



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

VALTER DIAULES WOLSCHICK FREITAG

**AGRICULTORES FAMILIARES E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RORAIMA:  
O CASO DA CEPRA NO PDA/PPG7**

Boa Vista, RR  
2017

VALTER DIAULES WOLSCHICK FREITAG

**AGRICULTORES FAMILIARES E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RORAIMA:  
O CASO DA CEPRA NO PDA/PPG7**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima - UFRR, Área de concentração: Políticas públicas, agriculturas familiar, identidade, espaço territorial e desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos

Boa Vista, RR  
2017

# VALTER DIAULES WOLSCHICK FREITAG

**“AGRICULTORES FAMILIARES E POLÍTICAS PÚBLICAS EM RORAIMA: O CASO DA CEPRA NO PDA/PPG7”.**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. Defendida em 13 de março de 2017 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



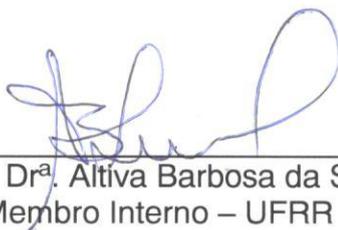
---

Prof. Dr. Nelvio Paulo Dutra Santos  
Orientador – UFRR



---

Prof. Dr. Celso Morato de Carvalho  
Membro Externo – NECAR/UFRR



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Altiva Barbosa da Silva  
Membro Interno – UFRR

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho aos movimentos sociais do campo pela sua trajetória e importância na história de Roraima, muitas vezes escassas na visibilidade social.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me fortalecer no ânimo, na saúde e no transcorrer do trabalho. Espero que este também venha contribuir com a prática na luta dos excluídos, orientados pela sua missão a nós.

Agradeço a minha família pela paciência e apoio em todos os momentos na retaguarda do cotidiano em que estive.

Ao meu orientador que com sua experiência fundamentou e muito contribuiu com meu aprendizado já de longas datas até este momento. A todos os professores e professoras que contribuíram com suas reflexões e indicações ao aprimoramento da pesquisa e aos amigos pela motivação na caminhada.

Agradeço a Universidade Federal de Roraima pela oportunidade de atingir um grau a mais para o benefício da pesquisa em Roraima e em especial na região do Apiaú.

À CEPRRA, seus dirigentes que com ardor de sua história na luta pelos movimentos do campo continuam com firmeza nos ensinando as transformações de que necessitamos na sociedade. Em especial à Maria Mendonça, liderança, mulher guerreira cuja história nos movimentos sociais neste estado nos dá profundo exemplo de sabedoria e compromisso.

Obrigado aos moradores da vicinal 7 do Apiaú, Município de Mucajaí, integrantes da CEPRRA que me apoiaram nas consultas dos documentos e nos relatos importantes para este trabalho.

Em fim, agradeço a todos que estiveram comigo neste processo torcendo pela realização deste estudo.

“A gente tá aqui lutando, tentando fazer algo diferente para se manter sem precisar de político nenhum. Só que não podemos fazer tudo, muito é obrigação do governo do Estado (...) o que só acontece perto da política, já perdemos muita coisa aqui...”

(Agricultor camponês – Apiaú)

## RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória da CEPRRA com o PDA. A CEPRRA é uma cooperativa formada por agricultores e agricultoras familiares, que em 1994 iniciam sua jornada em busca do desenvolvimento. Esta cooperativa fez parte do Projeto Demonstrativo Tipo A (PDA), um dos Subprojeto do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), mantido com recursos da Cooperação Internacional através do Banco Mundial BIRD, com apoio da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e demais países do antigo G7. Sua história é construída a partir de uma identidade oriunda dos movimentos sociais camponeses posicionando-se contrários ao assistencialismo e clientelismo político durante o processo de colonização da região do Apiaú. O PDA, enquanto política pública visa a produção alternativa fundamentada no ecodesenvolvimento e na gestão democrática participativa. No entanto, a Cooperativa encontrou dificuldades na execução do programa, uma vez que, outros grupos do entorno de agricultores, elites locais e estaduais se posicionavam contrários às ações realizadas pelo PDA. A CEPRRA, a partir de sua formação histórica construiu uma identidade própria a partir de um outro entendimento de valores ligados à terra, ao meio ambiente e à produção familiar alternativa que não prioriza e centraliza a agricultura familiar ao mercado capitalista. A metodologia fundamental nesta pesquisa contempla a interdisciplinaridade com ênfase ao estudo das políticas públicas, da história, da antropologia e da geografia. A pesquisa se utilizou do método qualitativo de pesquisa de campo e estudo de caso através da coleta de dados institucionais, entrevistas e demais documentos priorizando as fontes destes agricultores, dando a demonstrar sua história e concepções. Fontes de autores clássicos e outros específicos, na abordagem teórica serviram para fundamentar as relações deste grupo com o Estado, nas experiências com as políticas públicas e na construção de sua identidade.

Palavras-chave: CEPRRA. Apiaú. PDA/PPG7. Agricultura familiar. Políticas de desenvolvimento.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the trajectory of CEPRRA with the PDA. CEPRRA is a cooperative formed by family farmers who, in 1994, began their journey in search of development. This cooperative was part of the Type A Demonstration Project (PDA), one of the Subproject of the Pilot Program for the Protection of Brazilian Tropical Forests (PPG-7), maintained with International Cooperation resources through the World Bank IBRD, with support from the German Technical Cooperation (GTZ) and other countries of the former G7. Its history is constructed from an identity originating from the peasant social movements positioning themselves against the assistencialismo and political clientelism during the process of colonization of the region of Apiaú. The PDA, as a public policy, aims at alternative production based on ecodevelopment and participatory democratic management. However, the Cooperative found difficulties in executing the program, since other groups from farmers, local and state elites were against the actions of the PDA. From its historical formation CEPRRA built its own identity based on another understanding of values linked to the land, the environment and alternative family production that does not prioritize and centralize family agriculture to the capitalist market. The fundamental methodology in this research contemplates interdisciplinarity with emphasis on the study of public policies, history, anthropology and geography. The research used the qualitative method of field research and case study through the collection of institutional data, interviews and other documents prioritizing the sources of these farmers, giving to demonstrate their history and conceptions. Sources of classical and other specific authors in the theoretical approach served to substantiate the relations of this group with the State, in the experiences with public policies and in the construction of their identity.

**Keywords:** CEPRRA. Apiaú. PDA / PPG7. Family farming. Development policies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: "Vertebração" rodoviária do Brasil.

Figura 2 - Pólos de desenvolvimento do II PND.

Figura 3 - Rodovias federais e colonização em Roraima.

Quadro 1– Colônias do ITERAIMA em Roraima – 1997

Fotografia 1: Reunião preparativa da Assembleia da CEPRRA. Apiaú, Mucajaí, fevereiro 2016.

Fotografia 2: parte da estrutura física da CEPRRA construída com os recursos do PDA/PPG7. Apiaú, Mucajaí, fevereiro de 2016.

## LISTA DE SIGLAS

DEMA	Departamento Estadual do meio Ambiente
CEPRRA	Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Apiaú.
COOPIAÚ	Cooperativa dos Produtores Rurais do Apiaú do Estado de Roraima.
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FEMACT	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FETAG/RR	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de Roraima.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
PDA	Programa Demonstrativo Tipo A
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.
SEAPA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UFRR	Universidade Federal de Roraima.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 OS CONTEXTOS DE SURGIMENTO DA CEPRA E DO PDA/PPG7 NA REGIÃO DO APIÁU .....</b>	<b>17</b>
1.1 A POPULAÇÃO E A ECONOMIA DE RORAIMA NA FORMAÇÃO DO APIÁU .....	17
1.2 A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA Br 174 E AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO NO APIÁU .....	20
1.3 OS PRIMÓRDIOS DA REGIÃO DO APIÁU: A POLÍTICA DE MIGRAÇÃO E PROMESSAS DE TERRAS FÁCEIS .....	26
1.4 O SURGIMENTO DA CEPRA COMO UM GRUPO ALTERNATIVO NO SISTEMA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR – OS PRIMÓRDIOS DO PD/A EM RORAIMA .....	36
1.5 A CEPRA E A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	42
<b>2 CEPRA E O PDA: O CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>45</b>
2.1 O PDA E A CONSOLIDAÇÃO DA CEPRA COM A AGRICULTURA FAMILIAR EM RORAIMA.....	46
2.1.1 Um marco histórico - O episódio dos incêndios florestais e a influência dos movimentos sociais no fortalecimento do PDA em Roraima.....	46
2.1.2 O PDA como política pública alternativa da produção na agricultura familiar.....	55
2.1.3 O Fortalecimento da CEPRA e da agricultura familiar a partir da contribuição do PDA.....	63
2.2 A CEPRA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE IDENTIDADE, ESPAÇO TERRITORIAL E CAMPESINATO.....	67
2.2.1 As experiências da CEPRA no contexto do campesinato .....	67
2.2.2 A construção do espaço territorial e fronteiras.....	71

<b>2.2.3 A construção da identidade dos agricultores familiares camponeses</b>	<b>82</b>
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO – RUMOS PARA UMA “AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA”</b>	<b>89</b>
<b>3.1 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DIFERENCIADA NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA</b>	<b>89</b>
<b>3.2 OS AGRICULTORES FAMILIARES CAMPONESES COMO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO CULTURAL</b>	<b>92</b>
<b>3.2.1 A possibilidade para uma terminologia da “agricultura familiar camponesa” para as políticas públicas</b>	<b>92</b>
<b>3.2.2 A CEPARRA e a construção da identidade como processo de identificação frente às políticas públicas dominantes da agricultura de mercado</b>	<b>96</b>
<b>3.3 DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECODESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA</b>	<b>105</b>
<b>3.3.1 Alguns aspectos das políticas públicas e a democratização de suas ações à agricultura familiar camponesa</b>	<b>105</b>
<b>3.3.2 Os princípios do ecodesenvolvimento para os fundamentos das políticas públicas na agricultura familiar camponesa</b>	<b>108</b>
<b>3.3.3 Resultados e desafios ao desenvolvimento a partir da experiência da CEPARRA com o PDA</b>	<b>113</b>
<b>3.4 AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DE SEDENTARIZAÇÃO ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA CEPARRA E A RELAÇÃO DE PODER COM O GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA</b>	<b>115</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem a finalidade de trazer ao debate acadêmico e à sociedade os desafios das políticas públicas de desenvolvimento a partir da trajetória da Cooperativa dos Produtores Rurais da região do Apiaú (CEPRRA) no município de Mucajaí, Roraima, com o Projeto Demonstrativo Tipo A (PDA). Da mesma maneira, dar a conhecer esta Cooperativa, seu trabalho e importância enquanto movimento social neste Estado, destacando a sua história de formação, a construção de sua identidade cultural enquanto grupo diferenciado de agricultores familiares “camponeses” e a relação com o governo estadual.

Os primórdios desta Cooperativa estão inseridos no contexto nacional e estadual das principais políticas de desenvolvimento, tais como de colonização do então Território Federal de Roraima, período determinante para a formação populacional do Apiaú. A partir desta história, destacam-se os diferentes conceitos e práticas relativas ao ecodesenvolvimento. Procura-se, também, avaliar a trajetória desta Cooperativa na contribuição do PDA como política alternativa e diferenciada de desenvolvimento às famílias de agricultores familiares camponeses.

O envolvimento e a opção, já de vários anos, de atuar juntamente com agricultores e agricultoras familiares ao apoio e à sua organização social é a motivação principal deste trabalho. A expectativa principal, além de dar a conhecer esta trajetória, é contribuir com a discussão de um novo conceito para a agricultura familiar nas políticas públicas neste setor. Este conceito busca classificar e especificar diferentes grupos de agricultores familiares propondo a terminologia “agricultores familiares camponeses”, cuja identidade cultural e práticas de produção são diferentes de outros grupos voltados, prioritariamente, para uma agricultura familiar de mercado capitalista.

Diante das novas políticas de desenvolvimento que surgiram no início da década de 1990, em Roraima, esta dissertação vem a ser parte importante da concretização de uma opção de vida com estes agricultores familiares que lutam para sobreviver na terra. Da mesma maneira, também possui a expectativa do grupo da Cooperativa, cujo anseio é obter subsídios, para avaliar sua história com o Projeto a partir da reflexão dos seus resultados.

Os estudos aqui apresentados partirão da seguinte hipótese: Não houve no Governo Estadual a implementação de uma política pública voltada especificamente ao ecodesenvolvimento para a agricultura familiar da região do Apiaú. Bem como, as políticas direcionadas aos agricultores familiares não consideram suas diferentes identidades, ou seja, são padronizadas dificultando sua própria viabilidade em grupos que propõe ações produtivas alternativas e culturais diferentes. Esta inexistência é oriunda de um processo histórico de formação da população desta região, que a partir de uma política de desenvolvimento populista, desde o Governo do Território Federal de Roraima, enraizaram-se práticas assistencialistas e de clientelismo político dificultando o surgimento de novas propostas de desenvolvimento, tais como da CEPRRA com o PDA. Sua trajetória opõe-se a estas práticas dos governos estadual e federal.

A metodologia conta com pesquisas bibliográficas nos aspectos históricos dos agricultores familiares, da formação ocupacional populacional de Roraima e acerca dos conceitos de desenvolvimento sustentável no processo histórico mundial e sua influência nas políticas regionais através do PDA. A metodologia também fundamenta-se no estudo de documentos cedidos pela CEPRRA e colhidos em acervo pessoal de anotações durante os anos de contato com este grupo e com os movimentos populares. São estudados também documentos institucionais, tais como, atas, relatórios e publicações das instituições envolvidas. No capítulo inicial, principalmente, adotou-se a pesquisa de campo com ênfase no método qualitativo e história oral. Estes foram realizados através de técnicas de entrevista semidirigida e abertas com as lideranças dos movimentos sociais de agricultores familiares.<sup>1</sup> As entrevistas visaram dar a conhecer estes agentes sociais como opção prioritária em descrever sua história nas experiências com a política pública representada pelo PDA.

A dissertação está estruturada em três capítulos. Seus conteúdos revelam os momentos históricos importantes da formação populacional da região do Apiaú, do surgimento da Cooperativa, do movimento popular e ambiental; destaca o surgimento do PDA, sua contribuição às políticas de desenvolvimento na Amazônia. Trabalha também fundamentos teóricos contemplando fundamentalmente as

---

<sup>1</sup> Conforme os autores JOUTARD, Philippe, 1996 e RICHARDSON, Roberto, 1985.

políticas públicas e as relações entre o Estado e a sociedade. Nestes aspectos, dentre vários autores, optou-se basicamente pelo pensamento teórico sobre as mudanças na esfera pública, de Jürgen Habermas.

No primeiro capítulo serão abordados aspectos de localização do Estado de Roraima, de sua população, a colonização dirigida e aspectos relativos à agricultura familiar. É apresentada a história de formação populacional da vila do Apiaú, que inserido num contexto político governamental nacional e local, como se determinou a migração para esta região, bem como a criação da Cooperativa. Ainda no primeiro capítulo é estudado o contexto de formação da CEPRRA que contempla um apanhado histórico do movimento social respectivo aos trabalhadores rurais como importante instituição diferenciada de agricultores familiares camponeses em Roraima.

No segundo capítulo se descreve a política pública do PDA/PPG7 e sua implementação enquanto projeto de desenvolvimento gerido pela CEPRRA no Apiaú. A história de construção do Projeto Demonstrativo tipo A (PD/A) se opõe ao modelo de colonização dirigida descrito manifestando a consolidação da agricultura familiar num processo diferenciado de desenvolvimento. O contexto de criação do PD/A será estudado a partir de aspectos influenciados pelo movimento ambiental. Aborda ainda, o impacto do episódio do incêndio florestal de 1998, fato histórico fundamental que levou na busca das transformações das políticas públicas em busca do ecodesenvolvimento em Roraima.

Ainda no segundo capítulo se propõe demonstrar, a partir dos principais conceitos fundamentais, numa perspectiva interdisciplinar, sobre ruralidade, espaço, territorialidade e identidade, a formação de uma identidade diferente aos agricultores familiares, bem como a construção do espaço territorial e fronteiras enquanto fundamentos das dinâmicas das relações sociais. Estas abordagens teóricas conceituais pretendem demonstrar as diferenças entre os grupos de agricultores familiares na região do Apiaú. Estas diferenças são demonstradas ao analisar a construção cultural destes agricultores a partir dos enfoques da Antropologia Política e Interacionista. Com esta análise, se propõe fundamentar a nomenclatura “agricultores familiares camponeses” como grupo distinto, cujas políticas da esfera pública não os atendem em políticas específicas ao desenvolvimento. Estes estudos

subsidiarão, posteriormente, o capítulo terceiro para análises comparativas a partir das experiências da CEPRRA no PDA e as relações com o Estado, enquanto governos federal e local.

No terceiro capítulo, os resultados do PDA e os desafios ao ecodesenvolvimento a partir da trajetória da CEPRRA serão discutidos à luz dos pressupostos conceituais tratados no capítulo segundo relacionando-o com as experiências da CEPRRA no PDA. Num primeiro momento serão abordados aspectos teóricos relacionando a experiência do PDA com a CEPRRA aos fundamentos do ecodesenvolvimento apontando novos desafios a para a produção alternativa. Num segundo momento, serão discutidas as relações entre as instituições CEPRRA com o Governo Estadual e suas políticas públicas para o setor da agricultura familiar. Posteriormente se discutem os conceitos fundamentais em abordagem interdisciplinar para demonstrar, nas práticas da CEPRRA, a apresentação de um grupo, cuja identidade é diferenciada na Região.

## **1 OS CONTEXTOS DE SURGIMENTO DA CEPRRA E DO PDA/PPG7 NA REGIÃO DO APIÁU**

A CEPRRA e o PDA surgem a partir dos contextos históricos e políticos de migração e formação do Estado de Roraima. Este capítulo aborda estes contextos fundamentais deste grupo que se fixa na região do Apiaú em busca de uma nova vida junto à terra e à produção agrícola familiar. As políticas públicas de Estado são primordiais neste processo, onde dificuldades nas relações entre Estado e as organizações de agricultores e agricultoras familiares interferem no desenvolvimento destas, determinando, muitas vezes, o futuro das famílias.

A pesquisa neste capítulo compreende na coleta de dados institucionais, entrevistas com método qualitativo. As entrevistas foram semi-dirigidas, abertas e gravadas com lideranças destas organizações<sup>2</sup>. À estas foram dadas as ênfases e objetivos na pesquisa enfatizando suas histórias, avaliações e perspectivas partindo de suas práticas enquanto movimento social e sua relação com as políticas públicas dos governos central e locais. Os dados também são confrontados com subsídios auxiliares teóricos e históricos de autores fundamentais neste processo de construção das políticas no Estado de Roraima.

### **1.1 A POPULAÇÃO E A ECONOMIA DE RORAIMA NA FORMAÇÃO DO APIÁU**

O Estado de Roraima está localizado ao extremo norte da Amazônia brasileira, fazendo divisa a sudeste com o Estado do Pará, nordeste com a República da Guiana, norte e noroeste com a Venezuela, sudoeste e sul com o Estado de Amazonas. Sua história fez parte da construção de uma fronteira geográfica e política cujo povoamento e pioneirismo são conseqüências, em primeiro lugar, de uma estratégia política de ocupação populacional desta área no norte do Brasil e não de um processo de melhoria das condições de vida através de um desenvolvimento econômico e social (BARROS, 1994). Não obstante, na passagem do século XX a XXI, Roraima é o Estado com a menor população do país sendo em torno de 500.000 habitantes, concentrando-se a maioria na capital, Boa Vista<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Fundamentalmente foram utilizados os autores RICHARDSON, 1985 e JOUTARD, Philippe, 1996, dentre outros.

<sup>3</sup> IBGE Censo Demográfico 2010.

Possuindo diferentes ecossistemas, o Estado de Roraima se destaca dos outros amazônicos como sendo o Estado com maior variabilidade, sendo a vegetação predominante de Mata Amazônica. No entanto, a Capital Boa Vista, bem como as localidades à nordeste e sudeste são formadas pelas chamadas savanas e savanas estépicas que também fazem parte da Amazônia. O clima equatorial condiciona o calendário agrícola de acordo com a época de chuva e estiagem anual. Às épocas de plantio, correspondem a época de chuva que vão dos meses de março à outubro, com pequenas variações para abril ou novembro. Os meses de novembro a março configuram a época de estiagem. O clima geralmente é regular não havendo muitas alterações bruscas, com exceção de 1998 quando o fenômeno El Niño acelerou o favorecimento dos incêndios florestais à época, cujo qual motivaram projetos voltados ao ecodesenvolvimento como o PDA/PPG7 (AMBTEC, 1994).

Segundo Costa (1998), Roraima, em sua trajetória deixou de ser Território Federal do Rio Branco em 1962, passando a se chamar Território de Roraima. Com a Constituição Federal de 1988 passou a se tornar, então, o Estado de Roraima. Mesmo que o interesse pelas terras neste Estado fosse anterior, esta condição proporcionou um entusiasmo pela busca de terras e a exploração dos recursos naturais existentes, ocasionando assim um contínuo processo de migração, ocupações e posse da terra em lotes rurais.

Através da transformação em Estado Federativo e por inexistir uma iniciativa privada que dá sustentabilidade econômica e social, predomina em Roraima a economia do contra-cheque dos setores públicos federais estaduais e municipais. Manifesta assim, uma dependência à Federação e de seus recursos repassados através de políticas públicas e do Fundo de Participação dos Estados – FPE (COSTA, 1998).

A região do Apiaú se localiza no município de Mucajaí. Conforme Censo do IBGE no ano 2000, o município de Mucajaí possuía uma população estimada para 2004 de 11.247. No Censo de 2010 esta população chegou há 14.792, sendo 5.857 na área rural e 8.935 na sede da cidade.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup>IBGE, Censo demográfico 2010, Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse\\_tab\\_uf\\_zip.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_uf_zip.shtm)

Conforme o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), o município de Mucajaí, apresenta maior número de estabelecimentos rurais de 10 a 100 hectares (Ha), em relação com a quantidade de outras propriedades maiores, configurando assim a agricultura familiar como predominante. No entanto, há mais famílias de agricultores familiares para uma menor quantidade de terras em hectares (582 famílias para 47.745 Ha, ou seja, 82,03 Há por família), contrastando com propriedades maiores, ou fazendas, onde há concentração de terras para um menor número de famílias (131 famílias para 62.567 Ha, ou seja 477,61 Ha por família).<sup>5</sup>

Algumas iniciativas do setor privado do agronegócio há na produção da monocultura do arroz, da soja e de acácia mangium. Exemplos destas iniciativas existem através de empresas arroseiras como Arroz Faccio, Arroz Acostumado, a Cooperativa Grão Norte e o grupo Walter Vogel respectivamente (FREITAG, 2005). Em outros setores, como o comércio caracteriza-se pela revenda de produtos de outros estados, cabendo apenas os produtos agrícolas e da pecuária que são produzidos e comercializados em Roraima. Na área agrícola do Município de Mucajaí que é formada na sua maioria por agricultores familiares e pequenos pecuaristas, no entanto, em quantidade maior de área há fazendas de produção de gado de corte que abastece o mercado local e da Capital (COSTA, 1998).

Antes de sua emancipação em 1982, Mucajaí era conhecida como Colônia Agrícola Fernando Costa (1951). O município, por localizar-se no centro-oeste da mata amazônica do Estado de Roraima, sendo sua formação ao entorno da Br174, atraiu na sua maioria migrantes das mais diversas localidades do país, sendo a predominância de nordestinos. A vila do Apiaú situa-se a oeste da Br 174 no município de Mucajaí em Roraima. Esta vila distancia-se 50 km do município e 120km de Boa Vista capital do Estado. Adiante da vila, continuamente a oeste, percorrendo em torno de 50 km chega-se nos limites com a área indígena Yanomami.

Nas proximidades da Vila do Apiaú encontra-se a Serra do Apiaú, cujo entorno é povoado pela população rural que ali se instalou através de um projeto de colonização do Governo do Território de Roraima ao tempo do Governador Ottomar

---

<sup>5</sup>IBGE, Censo Agropecuário 2006, Disponível em: [ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/)

de Souza Pinto durante os anos de 1979 a 1983 (NASCIMENTO, 2005)<sup>6</sup>. Diferentemente das áreas de savana amazônica, ou “lavrado roraimense” como é chamada, a região do Apiaú é formada de Mata Amazônica e relevo acidentado. Por isso é predominante a presença de serras, sendo que o nome Apiaú provém da maior destas serras na região. Estas áreas de serra dão uma paisagem única no Estado que durante a época das chuvas o sol e a neblina matutina dão um brilho ainda mais especial, cuja beleza é exaltada pelos moradores no local. Entre as serras há o chamado Vale do Apiaú. São áreas de planícies onde é formada a maioria da colonização agrícola deste Vale (FREITAG, 2005).

A formação da população na região do Apiaú está intrinsecamente relacionada aos fatores de construção da Br 174, sendo inaugurado o trecho que liga Manaus a Caracarái em 1977<sup>7</sup>. Esta Br passa a ser um marco histórico inserido num contexto maior que era a política de ocupação da Amazônia iniciada no 1º Governo Getúlio Vargas (1930-1945) e fortalecida durante os governos militares, principalmente na década de 1970.

## 1.2 A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA Br 174 E AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO NO APIAÚ

A política de ocupação da Amazônia, a partir de meados do século XX, conforme Becker (1998), é oriunda de um contexto internacional que designava aos países chamados sub-desenvolvidos, políticas de desenvolvimento em larga escala e de grandes investimentos em infra-estruturas e algumas indústrias. A Amazônia, após o golpe militar de 1964 passa a ser prioridade numa política de ocupação.

É então elaborada uma “estratégia de redes de integração” viária, retalhando por rodovias a imensa floresta brasileira com objetivo de defender esta política de ocupação sob a cortina do desenvolvimento. Nesta perspectiva de um desenvolvimento industrial e dos incentivos na implantação das grandes lavouras e

---

<sup>6</sup> Ottomar de Souza Pinto retorna ao governo do já Estado de Roraima no mandato de 1990 a 1994.

<sup>7</sup> Cabe notificar que a BR 174 tem seu início no município de Cáceres MT. Caracarái é um município do Estado de Roraima que situa-se a 170 Km ao sul em direção a Manaus. Havia desde 1948, um trecho de estrada construída de Boa Vista a este município que passa pela Colônia Fernando Costa, atual Mucajaí. Ou seja, Mucajaí localiza-se entre Boa Vista e Caracarái, segunda maior localidade na época e que também possuía acesso fluvial a Manaus por situar-se nas margens do Rio Branco, afluente do Rio Negro.

pecuária, a região amazônica brasileira sofre grandes impactos de desmatamento, bem como conflitos com as populações já existentes, tais como as indígenas.

A figura a seguir demonstra esta política de construção rodoviária que objetivava a ocupação estratégica territorial do Brasil e da Amazônia, visando assim, uma clara política de garantir estes espaços territoriais sob o prisma do desenvolvimento econômico rápido e integrador das regiões mais afastadas do Brasil.

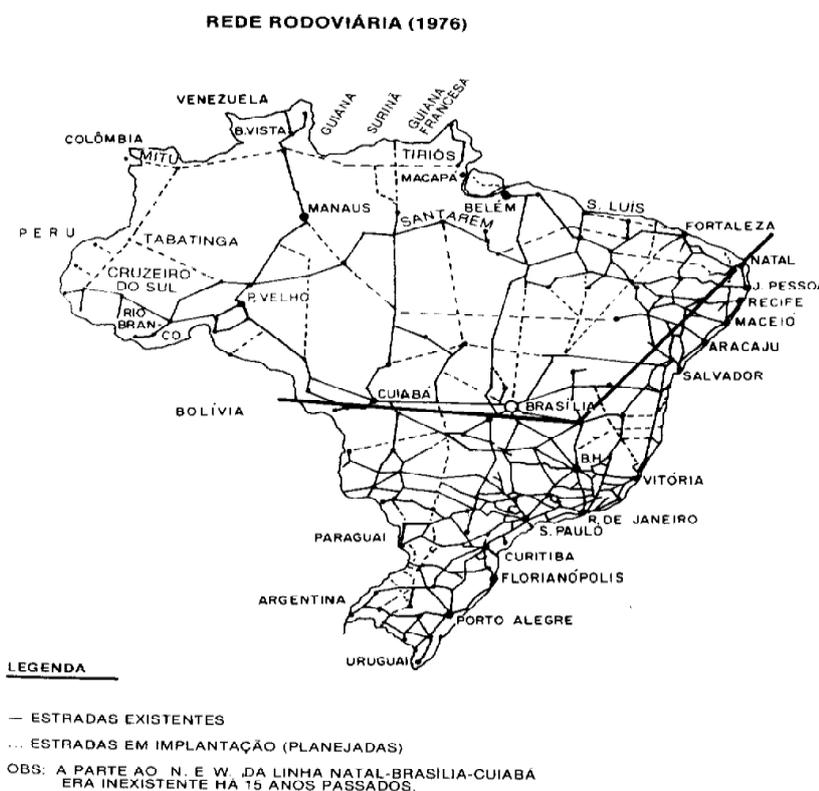


Figura 1: "Vertebração" rodoviária do Brasil.  
Fonte: Mattos, 1977, p. 91

Segundo Silveira e Gatti (1988), antes da construção da BR 174, Roraima permanecia isolada, cujas estradas acessavam a capital aos municípios apenas com condições durante o verão. O acesso à Manaus era fluvial através do Rio Branco, que somente era possível durante a época das cheias (maio-agosto). Esta situação dificultava a migração em grande escala, bem como o aumento da população. A finalidade da rodovia era integrar esta região às outras do Brasil, bem como as demais da Amazônia brasileira aos estados industrializados. Para isto foram

programadas as construções nas décadas de 1960 à 1970 da rodovia Transamazônica (BR 230) nos trechos Cuiabá – Santarém, Cuiabá Porto Velho (BR 174), Porto Velho – Manaus (BR 174), Perimetral Norte (BR 210) e Manaus-Caracará (BR 174). que por sua vez abriram caminho para migrantes dos mais diferentes estados da federação. Dentre estes, os estados do Nordeste e Norte são os principais.

O processo de construção das rodovias BR 174 e Perimetral Norte (BR 210), remonta ao momento político brasileiro onde desenvolvimento era sinônimo de planejamento. Por isso, já em 1969, foi elaborado e aprovado pelo governo militar o Programa de Metas e Base de Ação do Governo para 1970 a 1971. Neste “Plano de Metas”, como é conhecido, almejava-se elevar o Brasil na condição de país desenvolvido até o ano 2000. É com este Plano que se fortalecem ações de integração entre as regiões centro-oeste, Norte e Nordeste. (FURTADO, 1987)

Para Furtado (1987) a maior efetividade dos Planos foi dada quando da elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I-PND), de 1972 a 1974. Mais importante ainda, para o contexto de Roraima, é o II PND que desenfreou o processo de integração regional da Amazônia iniciada pelos Planos anteriores.

No II PND há políticas estratégicas claras de ocupação das áreas de fronteiras buscando diminuir as grandes diferenças existentes entre as regiões brasileiras através de programas específicos de desenvolvimento ao fortalecimento da indústria, da tecnologia, das exportações e de matéria prima para promover mudanças estruturais (BECKER e EGLER 1994). Neste contexto surge o Programa de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) e conseqüentemente o apressamento das BR 174 e Perimetral Norte (BR 210).

Conforme Bibiano (2005), a abertura destas rodovias atraiu a população de outros Estados em busca de melhores condições de vida. A propaganda do Governo de Roraima em outros estados atraía populações de baixa renda, desempregados, sem terra e pequenos agricultores que, por vezes endividados com bancos em seus estados de origem, viam uma oportunidade de reiniciar suas vidas na “terra da panela cheia”. Esta expressão “terra da panela cheia” era utilizada no início da

colonização do Apiaú como motivação de fartura e esperança de desenvolvimento da famílias no novo lugar.

Na figura a seguir observa-se a localização do POLAMAZÔNIA, bem como sua participação no Território Federal de Roraima neste processo estratégico de ocupação das áreas fronteiriças:

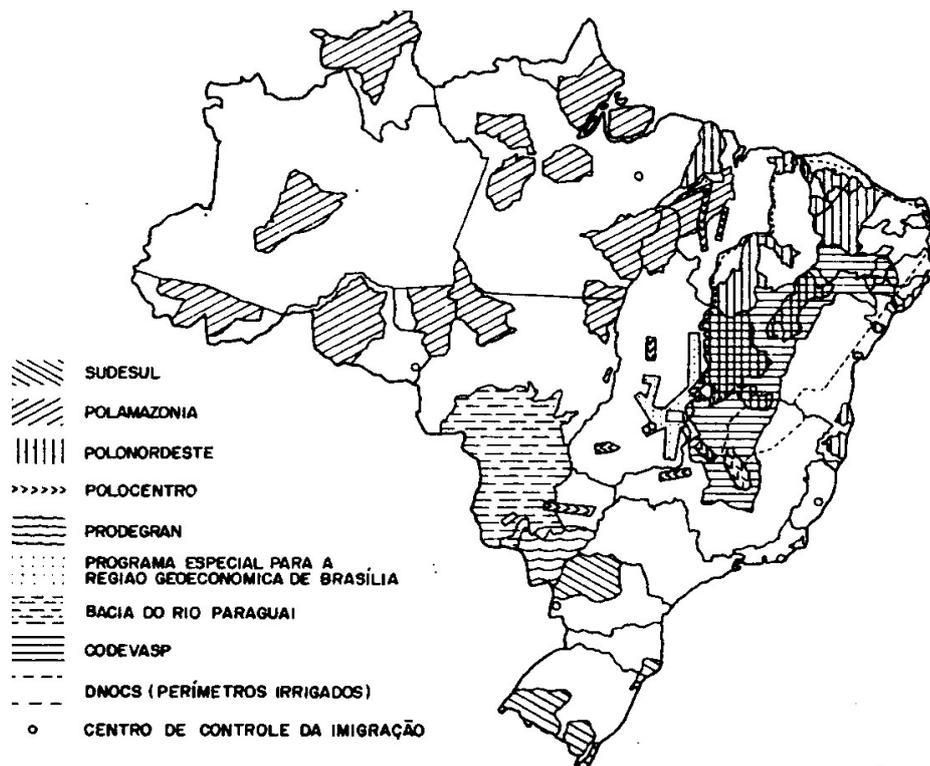


Figura 2 - Pólos de desenvolvimento do II PND.  
 Fonte: Becker, Egler, 1994, p. 143.

Embora não sendo concluída na sua totalidade, a construção da BR174 é considerada um marco fundamental na implantação de infra-estrutura viária que estrategicamente facilitou a chegada de migrantes, bem como a ligação com Manaus e Venezuela. Esta rodovia estabelece a ligação viária com Manaus onde anteriormente apenas havia o acesso fluvial e aéreo.

Com a construção da BR 174, especificamente no trecho de Boa Vista à Manaus, intensificava-se uma nova era de colonização, um projeto de “colonização dirigida” como estímulo governamental estratégico para ocupação de Roraima a partir da década de 1980. Conforme confere Miranda (2003), esta colonização teve seu maior ápice nos anos de 1980 a 1990, quando há o maior aumento da população registrada em Roraima. Os projetos geo-políticos de ocupação da política

militar na pecuária extensiva, no garimpo, na migração, na interligação nacional através das BR 174, Perimetral Norte (BR 210) e os assentamentos rurais, retratam uma política de ocupação espacial que deu origem à formação da maioria da população do Estado de Roraima. Esta política estratégica, muito diferente de uma política de desenvolvimento sustentável, visava a ocupação fronteiriça através da migração que, desordenadamente, acabou formando uma massa populacional com alto índice de pobreza e desemprego. Da mesma maneira, um dos objetivos principais era integrar esta região aos outros estados da federação através destas rodovias.

Freitas (1997) destaca a importância das colônias dirigidas para suprir com alimentação a capital. Da mesma maneira, as construções das rodovias BR 174 e 210, no final da década de 1970, fortaleceriam o desenvolvimento com a chegada de migrantes. Esta forma de pensar o desenvolvimento foi fortalecida veementemente a partir de 1979, durante o governo do Território, pelo então governador Ottomar de Souza Pinto (1979-1983). Portanto, tem-se neste período um elevado índice de migração durante o final da década de 1970 e início de 1980, em cuja última, houve uma intensificação desordenada na Capital e no interior favorecendo a abertura descontrolada de áreas de mata nativa para a produção de agricultura subsistencial, pecuária e extrativismo de madeira. Com a expansão desenfreada de aberturas destas áreas no interior, juntamente com o garimpo que viria a partir da segunda metade de 1980, fortaleceu-se o processo de se tornar um Estado Federativo o que ocasiona em 1988 (SANTOS, 2004).

Na obra de Freitas (2001), é enfatizada e enaltecida a história de Roraima a partir da história das elites empresariais e militares na formação deste Estado. Esta ênfase histórica parcial, reduz e omite as contribuições das populações pobres que contribuíram ao desenvolvimento, como por exemplo, dos migrantes sem terra, ribeirinhos, indígenas e trabalhadores assalariados que se instalam em Roraima. Acredita-se que estas populações merecem ênfase na história de Roraima cuja obra de Freitas (2001) não destaca. Observa-se, então, que estas populações forçadas à migração, durante a época do governo militar, e sem perspectiva de vida em seus Estados de origem, são excluídas da política de desenvolvimento e também da própria historiografia de Roraima.

Diferentemente, a importante autora que trabalha este processo geopolítico de ocupação em Roraima, Altiva B. Barbosa (2007) destaca também que, o processo de migração tem como objetivo uma preocupação geopolítica de fortalecer as fronteiras brasileiras nesta região de tríplice fronteiras. Há incentivos para implantação de novas bases militares, após os conflitos relativos à independência da República Federativa da Guiana, em 1969. Conseqüentemente, há a vinda de recursos para a infraestrutura do Estado e um certo fortalecimento de um “ethos militar” em Roraima.

Esta mesma autora ainda enfatiza (SILVA, A, B. 2012 p.168)

Apesar de não ser atendido plenamente aos propósitos de ocupação e integração aos centros mais dinâmicos do território nacional, as grandes marcas deixadas no espaço geográfico de Roraima são provenientes do “Fausto” da colonização militar na fronteira, iniciada com o Contingente de Fronteira, na década de 1940, e intensificada no final dos anos 60. Para muitos que vivenciaram este momento, a vida deste Estado divide-se em antes e depois da transferência do 6º BEC (1968) para Boa Vista, que em parceria com a Aeronáutica, mudaram totalmente a paisagem local.

Também Barbosa corrobora (1990) analisando que a formação política em que se dão as relações de construção do desenvolvimento na história de Roraima tem como a principal dificuldade a formação de uma base política voltada ao desenvolvimento de setores fundamentais para a sociedade que são a agricultura familiar e as populações indígenas. Aqui se vale do paralelismo que este faz da política de desenvolvimento existente em Roraima com o conceito de desenvolvimento sustentável incorporando as populações de agricultores familiares. Por isso, enfatiza uma nova compreensão de desenvolvimento que também considere a importância na preservação e uso sustentável dos recursos naturais. Segundo Barbosa (1990), a história das políticas governamentais, principalmente populistas e militares, causam impactos negativos ao meio ambiente restringindo o desenvolvimento à setores restritos da sociedade, como por exemplo, a monocultura através de grandes plantações e fazendas de gado bovino.

Fortalecendo e esclarecendo a afirmativa de migrantes excluídos do processo de desenvolvimento e de sujeitos da história, relatadas nas entrevistas com agricultores familiares no Apiaú, autores como, Barros (1995), Cavalcanti (1949) e Diniz (1998), fundamentam diferentemente o processo de colonização e desenvolvimento como sendo uma política seletiva de interesses setoriais das elites.

Esta política de desenvolvimento não levava em consideração o desenvolvimento da população a partir de um programa amplo de políticas públicas locais que se preocupava com o desenvolvimento econômico, social e equitativo para os agricultores familiares. Esta configuração da formação social e histórica da população está inserida num contexto não apenas estratégico, mas também a partir das promessas de desenvolvimento econômico rápido que possibilita-se ocupação humana em Roraima. Esta ocupação era muitas vezes realizada de forma desordenada e através de falsas propagandas sobre a região, como será visto a seguir.

### 1.3 OS PRIMÓRDIOS DA REGIÃO DO APIAÚ: A POLÍTICA DE MIGRAÇÃO E PROMESSAS DE TERRAS FÁCEIS

Chama a atenção que o Censo Agropecuário IBGE (1995-1996), em 1980 demonstra para Roraima um número de 345 proprietários rurais e este número aumenta em torno de 1000% chegando a 3.666 em 1985. Já nos anos seguintes há uma diminuição desta colonização, mesmo assim o fluxo de migrantes continua, uma vez que em 1995 tem-se 6.643 lotes rurais. Com estes dados percebe-se que a política de ocupação territorial, nas áreas de colonização de Mucajaí, tal como o Apiaú, através dos Projetos de Assentamento Rápido (PAR), obteve neste período de 1980-1985 um elevado número de assentamentos com famílias oriundas de outros Estados do país. Destaca-se, desta maneira, que esta prática tem o seu ápice durante o governo de Ottomar de Souza Pinto (1979-1983) como veremos adiante.

A colonização da Vila do Apiaú se expande em 1980 como colônia de assentamento dirigido, chamada de PAR (Projeto de Assentamento Rápido) realizado pelo Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA). Este PAR foi inicialmente formada por gaúchos oriundos do oeste do Rio grande do Sul, especificamente do município de Cruz Alta e seus entornos (BIBIANO, 2005). A figura a seguir demonstra a visualização espacial da colonização dirigida realizada em várias localidades do Território de Roraima. Observa-se também a localização da Colônia do Apiaú entre o Rio Apiaú e nas proximidades da divisa entre os municípios de Mucajaí e Iracema:



Figura 3 - Rodovias federais e colonização em Roraima.  
Fonte: Santos (2004, p. 196)

Nas proximidades da Vila do Apiaú encontra-se a Serra do Apiaú, cujo entorno é povoado pela população rural que ali se instalou através de um projeto de colonização do Governo do Território de Roraima ao tempo do Governador Ottomar de Souza Pinto durante os anos de 1979 a 1983 (NASCIMENTO, 2005)<sup>8</sup>.

Diferentemente das áreas de savana amazônica, ou “lavrado roraimense” como é chamada, a região do Apiaú é formada de Floresta Amazônica e relevo acidentado. Também é predominante a presença de serras, sendo que o nome Apiaú provém da maior destas serras na região. Estas áreas de serra dão uma paisagem única no Estado que durante a época das chuvas o sol e a neblina matutina dão um brilho ainda mais especial, cuja beleza é exaltada pelos moradores

<sup>8</sup> Ottomar de Souza Pinto retorna ao governo do já Estado de Roraima no mandato de 1990 a 1994.

no local. Entre as serras há o chamado Vale do Apiaú. São áreas de planícies onde é formada a maioria da colonização agrícola (FREITAG, 2005).

Estes pioneiros sulistas e nordestinos foram trazidos através das colonizações dirigidas, principalmente no final da década de 1970. Após este início de colonização houve outras aberturas de picadas aumentando o contingente populacional com migrantes oriundos do Norte e Nordeste brasileiro, principalmente do Estado do Maranhão e Amazonas.

Segundo constatam Santos (2004, p. 117), fundamentando em Becker e Egler (1994), o pioneirismo em Roraima está inserido num contexto geo-político brasileiro de ocupação estratégica onde:

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, especialmente o II PND (1975-1979), conforme Becker e Egler (1994, p. 144), seguiam a lógica do projeto geopolítico, objetivando ordenar o território nacional, através da sua ocupação rápida e combinada, incorporando o centro-oeste e a Amazônia e modernizar a economia nacional. Através dessas políticas, afirmam os autores, buscava-se ainda, estender o controle estatal a todas as atividades e a todos os lugares, com a função de também de legitimar o Estado. Um capítulo do II PND era o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) (1975-1979), elaborado pela SUDAM. O POLAMAZÔNIA era também específico para a região, enquanto cada território teve o seu Programa de Ação para o período.

Logo, o contexto em que se formou esta população é diversa e podemos dividi-la em momentos chaves para a sua compreensão. No entanto, o início da colonização é chamada de colonização dirigida, ou seja o deslocamento de grupos familiares de uma determinada região do país para ocupar terras em Roraima. O Apiaú, então, faz parte desta história de colonização dirigida, onde cento e dez famílias oriundas da região de Cruz Alta no Rio Grande do Sul e seus entornos, foram as primeiras trazidas em novembro de 1980 e lançadas à sorte na localidade do Apiaú. Esta colonização foi parte de um processo inserido num contexto maior de uma política de desenvolvimento a partir do POLAMAZÔNIA e principalmente do II PND (1974 – 1979) que visavam construir uma infra-estrutura para colocar o Brasil na qualificação de país desenvolvido até o ano 2000. Dentro destas estruturas estão a construção da BR 174 e a Perimetral Norte (BR 210) que favoreceram o acelerado processo de migração para Roraima (SANTOS, 2004).

A partir desta política de desenvolvimento através da ocupação, a migração se dá, principalmente, através de propagandas de atrativos econômicos realizadas

durante o governo Ottomar de Souza Pinto nos Estado do Rio Grande do Sul e Nordeste brasileiro visando atrair a população para Roraima.

Estas propagandas levam, então, ao deslocamento da população de outros Estados em busca de uma vida melhor em Roraima, que acabam dirigindo-se, dentre outras regiões do Estado, para o Apiaú. Nestas propagandas há promessa de terra fácil e infra-estrutura, bem como facilidades diversas para a produção. Neste contexto transparece a política de ocupação estratégica do governo militar em áreas de fronteiras, seguido pelo governo Ottomar, uma certa continuidade em Roraima através do POLAMAZÔNIA e II PND, já relatados.

Conforme relato de Bibiano (2005), houve a promessa de um avião fretado pelo então governador para deslocar as sem famílias que aguardavam acampadas no município de Cruz de Alta RS. Estas famílias eram compostas de desempregados, sem-terra, endividados e outros que viam nas propagandas uma oportunidade de mudar de vida indo para Roraima. A ocupação se dá com famílias do Rio Grande do Sul, cuja história de ocupação naquele Estado se deu através de europeus por haver uma tradição agrícola e de desbravamento. Através desta população o governo Ottomar incentivou a trazê-los para o Território objetivando criar uma agricultura tal com havia na região sul do país.

Segundo relato de Silva (2005), a seguir, houve várias promessas de terra fácil, financiamentos e infra-estrutura o que não aconteceu de fato. Houve, no entanto, uma política assistencialista e populista, principalmente através de entrega de ferramentas, cestas básicas e sementes. Após o primeiro governo Ottomar a população local viveu em extrema pobreza e muitos ainda conseguiram retornar aos seus Estados de origem. De acordo com Silva (2005), após o Território de Roraima ter adquirido o grau de Estado, o candidato Ottomar, em 1990, realiza, da mesma maneira, outros incentivos para a vinda de famílias nordestinas no Estado, novamente com promessas cujo único plano de desenvolvimento, era o plano eleitoral:

Em 1981, só existia favores para os que vinha de fora, dava machado, foice e rancho. Pegava uma vicinal e dava subsistência até a primeira produção. O governo trazia famílias de fora como estratégia política para a eleição. Então estas pessoas acabavam ficando devendo favor para ele (Ottomar). Na época das campanhas isto sempre existiu e até hoje é assim. O fato de trazer pessoas de fora em época de campanha era mais uma prática de

Ottomar, parou um pouco agora no último governo<sup>9</sup>.[...] Sobre projetos na região (Apiaú), é sempre politiqueiro, nunca querem (políticos) ver autonomia pois daí não terão como amarrar o voto. Cesta básica é a forma de controlar as pessoas. Há pequenos financiamentos de milho, e se faz uma grande mídia, mas não se garante nenhuma estrutura de trabalho.

Da mesma maneira relata Bibiano (2005)<sup>10</sup>:

No início (1980) dava a impressão que o governo (Território) queria desenvolver, que o Banco do Brasil estava financiando a lavoura, mas quando a gente foi entendendo a política do governo, a gente via que tinha muito mais politicagem e que não havia um compromisso de produção. Roraima não tinha uma política organizada, não tinha uma comercialização definida. Tudo o que a gente fazia era uma experiência nova e sempre errava, a gente se preparava em fazer um plantio de cana, com promessas do governo e depois não havia comercialização, fazia com a mandioca e com o pró-alcool, e mais na frente não dava resultado.

Embora neste governo difundiam-se propostas e propagandas de desenvolvimento e produção, na verdade eram realizadas ações assistenciais e de infra-estrutura, tais como entregas de sementes e ferramentas de trabalho, estradas e alguns serviços como de aradagem de solo aos agricultores. Houve com estas ações vários momentos e épocas diferentes de tentativas em realizar uma produção. Porém não havia um planejamento e uma política agrícola voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar integrada em etapas que vão desde o preparo do solo até a comercialização.

Quando estes momentos ou programas surgiam, eram oportunizados isoladamente em monoculturas precárias. Segundo relato dos agricultores familiares, estes eram motivados até porque a carência de investimento os levava a “pegar o recurso ou o que o governo traz” sem avaliar os resultados. Após este incentivo, as ações não aconteciam, ou quando se implantava uma proposta de produção, esta não “vingava” o que acabava por muitas vezes endividando e desestimulando estes agricultores familiares (BIBIANO, 2005).

Em 1987, as áreas de garimpo, em plena expansão na Amazônia, também atraíam muitos pioneiros para a região. Alto Mucajaí, Paapiú foram garimpos cuja Vila do Apiaú oferecia um corredor viabilizando a entrada destes garimpeiros, dos quais alguns, posteriormente se instalavam na região. Após a proibição dos

---

<sup>9</sup> Se refere ao governo Flamarion Portela, ex-governador eleito em 2002, cuja cassação do mandato em 2004 foi um processo protagonizado por Ottomar.

<sup>10</sup> A família de Bibiano é oriunda de Cruz Alta RS e trazida para Roraima pelo governo Ottomar em 1980. São moradores no Apiaú desde os primórdios da colonização dirigida.

garimpos, muitos desses garimpeiros realizavam trabalhos de peão em fazendas, ou trabalhavam em lotes de colonização durante a estação das chuvas. (NASCIMENTO, 2005).

Conforme Pinto (1992), a política garimpeira durante a ditadura militar era incentivada por grandes empresas estrangeiras que se instalavam na Amazônia e promoviam o avanço da mineração. Eram realizados estudos geológicos estabelecendo direitos e investimentos apoiados pelo governo militar abrindo assim a Amazônia para a entrega ao extrativismo mineral. A política era de abertura ao capital externo que oficializado pelo decreto do Novo Código de Mineração, neste governo, empresas nacionais e internacionais investem numa corrida cujos impactos negativos ambientais, sociais e culturais são questionados.

Segundo relato de Nascimento (2005), após a proibição do garimpo nas áreas Yanomami<sup>11</sup> esta região passou a ser um pólo de exploração agrícola na tentativa de fixação da população garimpeira no ramo da agricultura familiar. Isto porque esta população via-se obrigada a mudar de profissão, uma vez que muitos não tinham condições financeiras de retornarem aos seus estados de origem. Logo, a colonização passa a se realizar de forma autônoma, através das aberturas de “picadas”, cujas instituições como o INCRA e ITERAIMA<sup>12</sup> vinham, após esta abertura e a entrada da população, legalizar lotes de terras (COSTA, 2005). A seguir verifica-se o demonstrativo de lotes organizados pelo ITERAIMA. Em destaque a colonização do Apiaú em 1979 (SANTOS, 2004, p. 193) com um dos maiores contingentes de lotes legalizados:

PROJETO	MUNICÍPIO	ANO CRIAÇÃO	LOTES DISTRIBUÍDOS	FAMÍLIAS RESIDENTES
Alto Alegre	Alto Alegre	1976	317	300
São Silvestre	Alto Alegre	1988	58	35
Taiano	Alto Alegre	1965	92	40
Paubaru	Amajari	1985	180	80
Tepequém	Amajari	1989	370	70
Pacu	Amajari	1985	60	50
Vilena	Bonfim	1985	120	80
São Francisco	Bonfim	1983	135	70
Confiança I	Cantá	1980	109	40
Confiança II	Cantá	1981	228	100
Confiança III	Cantá	1982	2.988	850
Serra Grande	Cantá	--	107	50
Serra Grande II	Cantá	--	200	30

<sup>11</sup> Conforme garantida pela Constituição Federal em 1988 e executada durante o Governo de Fernando Collor de Mello (Governo Federal) em 1991.

<sup>12</sup> ITERAIMA – Instituto de Terras de Roraima

Cantá	Cantá	1944	73	40
América Ribeiro	Cantá	1986	186	30
Petrolina do Norte	Caracarái	--	401	65
Serra Dourada	Caracarái	--	150	40
Caicubi	Caracarái	--	80	--
Cachoeirinha R.	Caracarái	--	60	--
Terra Preta	Caracarái	--	60	--
Água Boa de Cima	Caracarái	--	48	48
Cemitério	Caracarái	--	50	30
Vila Iracema	Iracema	--	273	220
Roxinho	Iracema	1987	597	300
Campos Novos	Iracema	1996	253	40
<b>Apiaú</b>	<b>Mucajaí</b>	<b>1979</b>	<b>1.500</b>	<b>900</b>
Campos Novos	Mucajaí	--	82	20
Tamandaré	Mucajaí	1985	98	45
Tamandaré II	Mucajaí	1994	100	20
Roxinho	Mucajaí	1987	557	200
Samã	Pacaraima	1983	60	10
Sorocaima	Pacaraima	1983	38	20
Pacaraima	Pacaraima	1983	06	06
Santa Maria	Rorainópolis	--	80	80
Baliza	São João da Baliza	--	749	450
São Luiz	São Luiz	1978	1.016	800
Vila Moderna	São Luiz	--	242	90
		Total	11.723	5.249

Quadro 1– Colônias do ITERAIMA em Roraima - 1997

Fonte: Santos (2004, p.193) – baseado em Diniz (1998)

OBS: 1) Dados até junho de 1997; 2) (--) dados não disponíveis

Observa-se que a Região do Apiaú é o terceiro maior projeto de colonização de Roraima à época. Outro aspecto, ainda mais importante é destacar que no Censo Agropecuário de 2006, conforme demonstrado anteriormente, o número de lotes diminuiu significativamente (582 famílias em pequenos módulos rurais para 47.745 Há, e 131 famílias, na maioria pecuaristas para 62.567 Ha)<sup>13</sup>

O acesso aos lotes são voluntariamente realizados através das “picadas”<sup>14</sup>. Estas adentram a mata das áreas de municípios do interior e após um período de dois anos, geralmente, vem a regularização deste lote por parte do INCRA ou ITERAIMA. Estas picadas transformavam-se em vicinais, tal como é a estrutura física fundiária de organização dos projetos de assentamentos no Nordeste brasileiro que se implanta até hoje em Roraima. Chamada de assentamento em

<sup>13</sup>Op. Cit.; IBGE, Censo Agropecuário 2006, Disponível em:

[ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006](ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006)

<sup>14</sup>“Picadas” são aberturas de trilhas e estradas realizadas através da força braçal dos ocupantes e suas famílias através de foices, machado e moto-serras. Estes formam grupos de 5 a 10 famílias que através desta abertura, medem lotes e se instalam no local. Geralmente após um grupo iniciar uma picada e se instalar, a notícia se espalha na localidade e outros chegam para continuar adentrando cada vez mais na mata. O processo posterior é a realização do desmatamento, geralmente de 2 hectares no primeiro ano, para plantio de roça de subsistência familiar através da derrubada da mata e queima. Neste momento chegam também madeireiros que oportunizam a compra de árvores nobres para comercialização posterior de madeira. Estas geralmente são compradas em valores de R\$ 10,00 a 50,00 por árvore.

forma de “espinha-de-peixe”<sup>15</sup> (MIRANDA, 2003, p.40), esta formação é criticada por organizações sociais dos agricultores familiares e atualmente evita-se realizá-la, uma vez que isola estas famílias impedindo ou dificultando a construção da sua organização política-social, unidade e autonomia ao desenvolvimento (NASCIMENTO e SILVA b, 2005).

Após a regularização do lote de terras em áreas de colonização do ITERAIMA, ou dos projetos de assentamento realizados pelo INCRA, há frequentemente a venda ou desistência deste lote ocasionada pela situação de escassez de um plano de desenvolvimento adequado, já mencionadas anteriormente. Logo, a política do governo do Território levou ao endividamento e parcial abandono por parte dos posseiros<sup>16</sup>.

Caracteriza-se este posseiro como os primeiros a abrirem através de picadas novas áreas que se tornarão, futuramente, vicinais. São agricultores familiares, ou pequenos agricultores e pecuaristas. Segundo Bibiano (2005) a venda do lote está relacionada principalmente pela escassez de políticas agrícolas planejadas e organizadas num processo sistêmico e amplo que articula oportunidades desde a produção até a comercialização. Geralmente as políticas são específicas, assistenciais e pontuais como doação de tratores, equipamentos, ferramentas, sementes, insumos não abarcando um programa com objetivos e metas claras para o setor, como já enfatizado neste trabalho.

Em seguida à regularização, a tendência predominante é a formação de fazendas através da compra de lotes com objetivo de uni-los em uma única área. As fazendas avançaram nesta região de mata, principalmente para a criação bovina de gado de corte (NASCIMENTO, 2005).

---

<sup>15</sup> O assentamento chamado de “espinha de peixe” é devido à sua estrutura. Nela há uma estrada principal, chamada de “tronco”, onde outras são iniciadas a partir dela perpendicularmente e chamadas de “vicinais”. Ao longo destas vicinais estão lado a lado os lotes de terras. O problema reside principalmente no distanciamento e isolamento entre as famílias dificultando suas relações sociais e também se articular enquanto formas de organizações sociais. Isto porque há pouca mobilidade para as reuniões e participação social.

<sup>16</sup> Caracteriza-se este posseiro como os primeiros a abrirem através de picadas novas áreas que se tornarão, futuramente, vicinais. São agricultores familiares, ou pequenos agricultores e pecuaristas. Segundo Bibiano (2005) a venda do lote está relacionada principalmente pela escassez de políticas agrícolas planejadas e organizadas num processo sistêmico e amplo que articula oportunidades desde a produção até a comercialização. Geralmente as políticas são específicas, assistenciais e pontuais como doação de tratores, equipamentos, ferramentas, sementes, insumos não abarcando um programa com objetivos e metas claras para o setor, como já enfatizado neste trabalho.

A compra e o abandono de lotes nas áreas de colonização são observados no quadro anterior (SANTOS, 2004), quando se compara o número de lotes distribuídos com o número de famílias residentes em várias localidades, como por exemplo Apiaú, sendo que dos 1.500 lotes distribuídos se encontram apenas 900 famílias residentes. A situação de abandono e venda de lotes se agrava quando se percebe em Petrolina do Norte, na BR 174, que dos 401 lotes apenas 65 se constata famílias residentes, o que demonstra duas causas, a primeira a venda destes para fazendeiros que aumentam suas propriedades unindo os lotes, e a segunda pelo abandono buscando alternativas na capital ou nas sedes dos municípios (NASCIMENTO, 2005).

Por isso, é comum encontrar na extensão da estrada que liga o Município de Mucajaí à vila do Apiaú, sequencialmente, estas fazendas, sendo muitas delas formadas através da compra progressiva de lotes da agricultura familiar. Há casos no Apiaú em que quase a totalidade de uma vicinal pertencer a um único fazendeiro. (BIBIANO, 2005 e SILVA, 2005a ).

Segundo Silveira e Gatti (1988), é possível que em termos de projeto de desenvolvimento, a implantação de um sistema de políticas agrícolas em ações planejadas e conjugadas inexistiu porque a preocupação principal não era o desenvolvimento ou a formação de uma base social produtiva no Estado, mas sim a necessidade de povoação e ocupação estratégicas em áreas de fronteiras.

Conforme sintetiza Santos (2004, p.101), Roraima ainda nos dias de hoje sofre os impactos desta política de desenvolvimento quando relata que:

Os 15 municípios de Roraima têm em comum, problemas crônicos da falta de recursos e conseqüentes dependência do estado e da União. Os pactos políticos que se estabelecem entre prefeitos e os grupos dominantes no estado expressam visivelmente isso, pois é necessária uma mediação para a aprovação e a liberação de recursos. No geral, a economia inclui atividades extrativas, uma pecuária extensiva e uma agricultura familiar em crise, como mostra a sensível diminuição de sua população rural. [...] Mais da metade deles nasceram de antigas colônias agrícolas e assentamentos, junto às rodovias BR 174 e BR 210.

A população pioneira do Apiaú se constituiu principalmente de pequenos agricultores e ex-garimpeiros que através da implantação de roças sazonais, obtém o sustento de sua família. Sem condições de manterem-se na terra e produzir, organizam-se em associações e cooperativas. Algumas recebem o apoio da

Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>17</sup> que começam, então, questionar a realidade em que vivem na busca de solução para a permanência na terra.

Estes pioneiros-migrantes, sem condições para uma produção agrícola organizada e planejada, são lançados à sorte com incentivo de ações assistencialistas governamentais que doam utensílios e ferramentas rudimentares para o extrativismo e a produção de subsistência. Neste sistema de ocupação empregada, poucos são os grupos de agricultores familiares que possuem propostas alternativas de produção. A maioria reproduz a ideia da fazenda, onde se possui muita terra para realizar o sistema de monocultura e pecuária extensiva (NASCIMENTO, 2005).

Houve momentos na história pós década de 1980, onde se incentivavam em nível federal, por exemplo, investimentos isolados para o plantio da cana-de-açúcar na produção de álcool (Pró-álcool), mandioca para farinha, café, dentre outros. Estes investimentos, eram aproveitados pelo governo territorial, sem no entanto, haver planejamento que levasse em consideração o que atualmente chamamos de sustentabilidade (BIBIANO, 2005). Portanto, não havia a implantação adequada de um conjunto de fatores infra-estruturais, sociais, políticos e de planejamento integrando as esferas públicas e privadas que ordenasse de fato um processo de desenvolvimento autônomo.

Neste contexto histórico de migração e política de ocupação regional, determinante para Roraima foi a construção da BR 174 que possibilitou o aceleração e a facilidade da migração para o Território de Roraima e conseqüentemente ao Apiaú.

Opondo-se a este contexto, surge em 1994 a CEPRRA. Esta cooperativa passa ser um marco na tentativa deste determinado grupo se fixar na terra, e produzir sem haver a necessidade de novamente migrar em busca de novas áreas. Para isto era necessário modificar as práticas agrícolas de uso do solo e plantio, adequando-se em novas soluções que não sejam a monocultura e propor novas metodologias de trabalhar a terra sem degradar o ambiente em que vivem. Da

---

<sup>17</sup> Fundada em 1975, a Comissão Pastoral da Terra é uma organização eclesial ecumênica formada por lideranças de igrejas cristãs e outros apoiadores que se colocam ao lado das populações pobres e excluídas da terra.

mesma maneira, este grupo diferenciado almeja sua autonomia num processo de não depender única e exclusivamente de favores assistencialistas dos poderes estatais, ou da “ajuda” do governo.

Desta forma, a CEPRRA é constituída de agricultores familiares no município de Mucajaí que iniciam, fora das instâncias governamentais e políticas eleitoreiras locais, juntamente com organizações sociais de apoio e assessoria, um processo de desenvolvimento inovador, criando raízes e identidade social, que até então não havia incentivo por parte dos governos. Dentro deste processo de produção sustentável<sup>18</sup> os agricultores familiares tornam-se protagonistas de sua própria história e da fixação na terra com sistemas de produção integrados e diversificados em harmonia com a preservação do meio ambiente no Apiaú. Esta transformação de pioneiros oscilantes do garimpo e migrantes agricultores para agricultores familiares alternativos será demonstrada a seguir quando na formação da CEPRRA.

#### 1.4 O SURGIMENTO DA CEPRRA COMO UM GRUPO ALTERNATIVO NO SISTEMA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR – OS PRIMÓRDIOS DO PD/A EM RORAIMA

No percurso entre de Mucajaí até a sede da CEPRRA, predomina a exuberância da mata e das serras. O percurso de 40 km entre o município e a entrada da vicinal sete, somente havia fazendas e os desmatamentos, que juntamente com áreas queimadas demonstravam as consequências da escassez de um plano de desenvolvimento para o local. Em seguida, surgiram estradas terciárias chamadas de vicinais, antigas picadas, sendo a sede da Cooperativa a doze quilômetros adentrando a vicinal sete. Esta é uma estrada estreita de difícil trânsito e pequenas pontes em precário estado de conservação. No decorrer desta estrada estavam os lotes de terras distribuídos pela colonização, onde a cada quinhentos metros em média, havia residências em madeira, algumas com outras pequenas instalações para abrigar animais e seus produtos. Havia também roças, cujo processo de derrubada, encoivramento e queima caracterizavam a forma de lida e produção. Viam-se plantações de mandioca, macaxeira, arroz, milho, algumas casas com pequenas hortas e frutíferas ao seu entorno. Após 12 quilômetros a equipe chegou na sede

---

<sup>18</sup> Produção sustentável se refere com fundamentos no entendido “desenvolvimento sustentável” ou “eco-desenvolvimento” aqui é utilizado na concepção de Sachs (1989, p.37-38) como a política de desenvolvimento que incorpora as dimensões, social, econômica, ambiental, espacial e cultural (no sentido de tecnologia e conhecimento) no processo de desenvolvimento.

da CEPRRA, cuja estrutura física se destaca na localidade. Esta sede estava sendo construída em alvenaria, com os recursos do PD/A. Havia infra-estrutura como secadores de urucum, casa de beneficiamento de produtos como o mel, alojamento com refeitório, escritório e sala de reuniões. Aos fundos um viveiro de mudas com espécies frutíferas de açai, pupunha, urucum, graviola, espécies madeiráveis, leguminosas, dentre outros (FREITAG, 2005).

Formada em início de 1994 com dezesseis sócios-fundadores enquanto associação, em 5 de novembro deste mesmo ano já com 28 sócios-fundadores de agricultores e agricultoras familiares se torna uma cooperativa. Oriundos dos contextos de migração já descritos, a CEPRRA surge da necessidade da organização social em construir iniciativas de desenvolvimento alternativo frente às políticas assistencialistas e de colonização, até então, realizadas pelo Estado. A sua organização política e ideológica tem como fundamentos a participação de seus integrantes na CPT, bem como influências desta pastoral na organização social da CEPRRA.<sup>19</sup>



Fotografia 1: Reunião preparativa da Assembleia da CEPRRA. Apiáu, Mucajá, fevereiro 2016.

Fonte: Arquivo pessoal de Valter Freitag

No seu início, conforme relata um dos cooperados, “foi difícil convencer os cooperados, mas hoje (2005) até mesmo gente de fora (da CEPRRA) vê que destruindo a

<sup>19</sup> Ata de fundação da CEPRRA, 1994. Integrantes da CEPRRA participam da CPT desde seu fundamento, na década de 1990, até os dias atuais, 2016, conforme Atas da Assembléia da CPT.

mata prejudica nosso futuro”. Por isso, estes cooperados desencadearam no Apiaú, principalmente na década de 2000, um sistema de plantio e uso do solo sem a queima, valorizando, preservando o potencial da mata e a produção de espécies nativas locais sem degradar o meio ambiente. Esta prática produtiva incentivam outros agricultores familiares e fazendeiros que passam a visualizar concretamente uma nova possibilidade de desenvolvimento, considerando os fatores ecológicos e potencialidades da localidade (SILVA, 2005 b).

Dois anos após sua formação (1994), a Cooperativa já com a preocupação ecológica conhece e se integra ao PD/A (1996), que será explicado adiante, como uma alternativa de acordo com seus objetivos, ou seja, fixar-se naquele local e produzir com vistas na valorização dos recursos naturais de forma sustentável. Esta alternativa visa, principalmente, abdicar do uso da queima como uma das etapas de plantio, bem como o de agrotóxicos a partir da produção em SAFs (Sistema Agroflorestal), valorizando os saberes culturais tradicionais familiares. Os principais produtos eram a produção de urucum, açaí, pupunha cupuaçu, graviola, dentre outras, várias espécies nativas madeiráveis e apicultura. Além da produção, havia também as etapas de beneficiamento dos produtos e comercialização.<sup>20</sup>

Das dificuldades expostas pela comunidade do Apiaú quanto à permanência e sustentabilidade na terra, há outras como, por exemplo a atração pela cidade e o avanço da pecuária sobre os lotes de assentamento. No entanto, a ação do Projeto Demonstrativo Tipo A (PD/A) a partir da CEPRRA e com o apoio da Comissão pastoral da Terra (CPT/RR), torna a Região mais favorável à permanência de seus participantes, influenciando na organização do grupo e na trajetória ao desenvolvimento. Isto se reflete atualmente, não apenas entre os cooperados, mas também com outros agricultores e até mesmos fazendeiros da região que procuram a Cooperativa buscando informações sobre alternativas de produção (SILVA, 2005a).

Nos primórdios da chegada dos migrantes no Apiaú, acelerou-se o processo de desmatamento num sistema de produção que inclui a derrubada da mata nativa, a queima e o plantio. Este sistema caracteriza-se, principalmente, no plantio de espécies de subsistência como mandioca, milho, arroz e feijão. Neste contexto, muitas famílias chegam à pobreza, desistem, abandonam e vendem seus lotes,

---

<sup>20</sup> Ata de Assembleia da CEPRRA, 1996.

geralmente aos proprietários de fazendas, indo procurar outros mais adentro nos “picadões”<sup>21</sup>, ou dirigindo-se às cidades. Os fatores desta desistência e abandono vão desde a escassez de investimentos fundamentados num plano de desenvolvimento até as práticas não sustentáveis de utilização da terra e de seus recursos naturais. Porém, na época do PD/A algumas famílias organizaram-se com objetivos diferenciados de produção valorizando estes recursos naturais existentes mudando sua relação com o trabalho e a terra (BIBIANO, 2005).

A prática produtiva local desde os pioneiros, no Apiaú, realiza-se a partir das aberturas das picadas, a realização do desmatamento e da queima da mata derrubada. Esta prática é comum na região norte e caracteriza até nossos dias a maneira predominante de posse da terra e da implantação do sistema de plantio continua sendo o mesmo, conforme visto anteriormente. A queima da mata geralmente é realizada sem aceiros<sup>22</sup>, ou quando feitos são muito estreitos não oferecendo segurança ao isolamento do fogo que acaba por avançar na mata não pretendida para a abertura e plantio.

As queimadas levam conseqüentemente aos incêndios florestais, ou a queima de áreas não pré-destinadas ao plantio, bem como de outras propriedades vizinhas. A notícia do incêndio florestal em Roraima que aconteceu no ano de 1998 (KIRCHHOFF e ESCADA,1998) teve repercussão internacional e passou a ser um fator importante na reorientação do PPG7 e PDA, conforme será visto adiante.

Segundo Costa (2005) neste sistema de produção com a queima, o agricultor, com sua família, após a abertura da picada, limpa a mata por baixo, ou seja, retira através de foice ou terçado/facão, arbustos com objetivo de acessar as árvores maiores que geralmente são vendidas para as madeireiras. Isto feito é realizada a derrubada das outras árvores com uso de moto-serra. A área inicial de derrubada equivale em média dois hectares. Neste local escolhe-se o melhor para a construção de uma pequena moradia, feita geralmente de madeira da própria mata, ou de palha provisoriamente como acampamento durante o primeiro plantio. Após um período de um ou dois meses esta matéria vegetal derrubada permanece em fase de secagem. Terminado este período e sendo verificado se a

---

<sup>21</sup> Termo utilizado pelas famílias que significa as áreas onde estão sendo abertas novas roças em regiões de mata virgem. É uma trilha de entrada na mata para iniciar um novo local de assentamento no futuro.

<sup>22</sup> Aceiros são capinas, ou aradagens realizadas nos entornos da área em que será feita a queima, com objetivo de impedir o avanço do fogo para outras áreas não pretendidas para a queima. No entanto, estas muitas vezes não impedem o avanço do fogo devido ao vento forte na época de estiagem. Os agricultores familiares reivindicam muito pelo acesso às máquinas para efetuar este trabalho, uma vez que dá mais segurança e qualidade ao trabalho.

mata derrubada está em condições de queimar, é realizado o serviço da queima. Após a queima, realiza-se então o plantio de culturas perenes para a subsistência familiar.

Após a queima e a colheita do primeiro plantio é comprovado o empobrecimento do solo, o que leva os agricultores, no próximo ano, abrir outra área utilizando-se deste mesmo sistema de plantio. Geralmente as áreas não são reutilizadas para replantio num sistema de rotatividade. E quando reutilizadas são através do mesmo sistema. Estas áreas apenas servem para o primeiro ano, porque segundo os agricultores, estas terras só produzem com as cinzas, pois são o único adubo que possuem para as plantas (COSTA, 2005)

O sistema de plantio através da “broca” encoivramento e queima é questionado por diversos organismos ambientais, pois os impactos negativos à sustentabilidade familiar e do ecossistema são irreversíveis a curto e médio prazo, contribuindo assim, para a insustentabilidade e conseqüentemente para o processo de abandono e venda dos lotes. Relatos demonstram a escassez de conhecimento alternativo à produção, e quando surgem dentre raras oportunidades de inovação, a desconfiança por parte dos agricultores muitas vezes impede a introdução de novas alternativas. Isto porque, no decorrer da história de formação do Apiaú, todos os programas governamentais não deram resultados esperados para a sustentabilidade destas famílias o que descredibilizava e desanimava quaisquer investimentos por parte das famílias (BIBIANO, 2005).

Conforme descrito no Relatório de Avaliação do PD/A, a Cooperativa encontrou dificuldades tais como a escassez de infra-estrutura para a produção alternativa, capacitação técnica, bem como condições para a comercialização dos produtos (Ministério do Meio Ambiente, 2004). Há também conflitos internos e, acima de tudo, a ausência de órgãos públicos estaduais e municipais no apoio ao PDA na Região. Esta diferença política-social que identifica a Cooperativa no Apiaú, demonstra a possibilidade de construir alternativas visíveis de um processo de desenvolvimento alternativo. Este processo não agrada alguns outros setores, como madeireiros, fazendeiros e políticos locais (SILVA, 2005).

Observa-se que apesar da inexistência do apoio do governo estadual há uma conscientização dos cooperados de que esta região do Apiaú é a terra deles.

Ou seja, estas famílias estão preocupadas pelo seu desenvolvimento neste lugar e por isso buscam alternativas em projetos que não visam apenas o aspecto financeiro ou roças itinerantes, mas a conservação dos recursos naturais para que possam utiliza-los constantemente sem seu esgotamento para a fixação destes no local.

É importante observar a construção deste grupo que, a partir de sua história sempre se destacou e se consolidou procurando ser diferente dos demais no que tange a autonomia política de suas decisões e de seus objetivos, não deixando haver interferência de caráter eleitoreiro a partir de políticos e poderes locais. Isto demonstra uma nova prática social, política, econômica e ambiental no Apiaú, pois aponta uma modificação na relação do uso da terra, de seus recursos naturais e das relações de poder com os setores governamentais. Esta prática social enfatiza a formação de seus cooperados que com apoio de instituições como a CPT/RR, contrariavam o processo de colonização populista influenciado por um projeto de desenvolvimento nacional, chamado, conforme Stavenhangen (1999), de “desenvolvimentista” do governo militar para a Amazônia brasileira.

Estas diferenças de posicionamentos político organizacional, e da produção familiar, que identificam a CEPRRA, são fortalecidas quando episódios negativos tais como as queimadas de 1998, levam Roraima ao cenário nacional e internacional. Neste contexto, surgem políticas prioritárias que, a partir do Governo Federal se tentam construir programas de desenvolvimento com perspectivas à sustentabilidade e à preservação dos recursos naturais.

Neste cenário dos episódios, a CEPRRA ganha visibilidade através do PD/A como sendo o primeiro projeto diferenciado que chega neste momento conturbado do incêndio e que propiciou olhares e estudos sobre novas políticas desenvolvimento na agricultura familiar. A partir deste momento, o Governo do Estado, após cobranças dos setores organizados da sociedade, tais como CPT/RR e GTA, tomam iniciativas participativas na proposição de políticas públicas ambientais juntamente com municípios. Já as organizações populares, acessam recursos através de pequenos projetos alternativos incentivados por organismos internacionais que pactuam dos resultados da ECO92 e da história do movimento ambiental mundial.

## 1.5 A CEPRRA E A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

A associação do PDA com a CEPRRA efetivou-se a partir de um paralelismo histórico<sup>23</sup> numa iniciativa sustentável oriunda de dois movimentos populares que almejam alternativas aos problemas ambientais e de desenvolvimento. O primeiro, do chamado movimento dos trabalhadores rurais em Roraima, que tem na Cooperativa seu referencial, e o segundo do movimento ambiental. Ambos fundamentais para a construção de propostas alternativas ao desenvolvimento. Este paralelismo histórico é vislumbrado quando comparamos estes dois movimentos populares e suas trajetórias a partir da década de 1970 no Brasil e consequentemente em Roraima.

As grandes discussões mundiais sobre sustentabilidade são oriundas do ensejo das populações pobres que nos continentes do Hemisfério Sul iniciaram um processo de unificação inovador para alcançar o desenvolvimento. Estas discussões valorizam a sustentabilidade do ecossistema como fundamental à vida no planeta (MALHEIROS, 1999), sendo que também tiveram protagonismo no Brasil e em Roraima a partir das organizações dos trabalhadores rurais e das populações tradicionais. Neste processo histórico é importante entender os momentos de institucionalização que os trabalhadores rurais passam para se integrar aos projetos de desenvolvimento sustentável de cunho ambiental, tais como o PD/A.

A CEPRRA participou ativamente da fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT-RR), uma vez que anterior ao passo de se transformar numa cooperativa, seus sócios formavam uma associação de produtores rurais da região do Apiaú. Seus sócios participavam ativamente das reuniões e seminários de formação proporcionados pela CPT. Pode-se afirmar que a CPT-RR e a CEPRRA institucionalizaram-se na mesma época (1990-1995) em Roraima. Da mesma maneira, a CPT-RR, a CEPRRA e o PDA são um conjunto histórico único oriundo de um processo alternativo de desenvolvimento nascido do movimento popular dos trabalhadores rurais (CPT, 1999 b; SILVA, 2005 a).

---

<sup>23</sup> O conceito de “paralelismo histórico”, neste trabalho, significa dois percursos históricos distintos entre os movimentos sociais, mas que possuem objetivos comuns em determinados aspectos, neste caso, por um lado o movimento dos trabalhadores rurais e por outro o movimento ambiental,

A institucionalização recíproca da CEPRRA e da CPT é consequência da necessidade de organização social para reivindicação de políticas públicas para a agricultura familiar. Esta institucionalização fortalece estes agricultores familiares organizando-se a partir dos pressupostos do desenvolvimento sustentável como alternativa às políticas governamentais roraimenses enraizadas ao descaso e ao assistencialismo. A partir de uma demanda havia a necessidade, naquele momento histórico (1990-1995), de institucionalizar estes grupos para fortalecer esta alternativa e o movimento dos trabalhadores rurais no Estado (CPT, 1999).

A CEPRRA e a CPT/RR sempre estiveram juntos desde seus primórdios e priorizam em seu fundamento de atuação uma gestão participativa com objetivos voltados à agricultura familiar. Estes objetivos se identificam com o movimento ambiental que se fortalece após a Conferência das Nações Unidas (ONU) no Rio de Janeiro, chamada Rio92. Há, entre estas instituições e as decisões da Rio92, a compatibilização de princípios ao desenvolvimento na identificação dos problemas sócio-ambientais, da metodologia participativa e dos preceitos do eco-desenvolvimento. Segundo confere Silva (2005 a):

Há um jeito participativo, onde há abertura à opinião de todos e as decisões são coletivas, e a divisão do trabalho também. Quando acontece algum problema, impacto, reúne-se e vê o que fazer, sempre avaliando as ações e corrigindo erros. A discussão das não concordâncias ajuda a entender o que faz bem, de que trabalhar (junto) acaba se integrando mais.

Da mesma maneira que o surgimento paralelo entre estas instituições acima, percebemos que o movimento dos trabalhadores rurais em Roraima se institucionalizou no momento histórico quando, paralelamente, a Rio92 enfatiza em sua pauta os problemas ambientais na Amazônia e a necessidade de alternativas. Logo, o cenário mundial e nacional volta-se para a Amazônia sob a perspectiva e a necessidade de criar programas e projetos alternativos voltados para a valorização da produção familiar nas comunidades tradicionais, bem como da cultura indígenas e sua tradição histórica ao protecionismo e uso sustentável dos recursos naturais (MALHEIROS, 1999).

Portanto, percebe-se, ao se estabelecer um paralelo histórico comparativo de datas dos acontecimentos nacionais que as instituições CEPRRA, CPT-RR e o PD/A, em Roraima, surgem, por um lado com o processo de sedentarização de

migrantes, e por outro, fortalecidos com iniciativas alternativas inovadoras alicerçadas no eco-desenvolvimento e Rio/92 no Brasil.

A partir deste momento se fortalecem as iniciativas de organizações sociais com objetivos na estratégia de permanecer na terra e viver dela, através de políticas sustentáveis de produção, o que até então os mandatos dos governos do Território Federal de Roraima e do Estado de Roraima não haviam proporcionado. Esta estratégia encontra apoio quando são fortalecidas a partir da valorização de utilização da terra sem degradar o ecossistema, cuja política pública do PDA vem a fortalecer. Da mesma maneira, o PDA encontra terreno fértil para sua execução na CEPRRA, uma vez que, se configura um grupo com uma identidade diferenciada.

## **2 CEPRRA E O PDA: O CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Neste capítulo, num primeiro momento serão descritos aspectos históricos relevantes para a implantação do PDA a partir da CEPRRA no Apiaú, bem como os fundamentos teóricos desta política pública. Num segundo momento, estes aspectos históricos das experiências da CEPRRA com o PDA e as relações com os governos são fundamentados teoricamente numa perspectiva interdisciplinar.

A partir do caso da CEPRRA e do PDA, descritos no capítulo anterior, neste segundo capítulo são apresentadas aspectos auxiliares teóricos de Jürgen Habermas, bem como da antropologia política e da geopolítica como fundamentais para analisar as dificuldades e desafios das políticas públicas junto a este grupo de agricultores familiares na região do Apiaú.

Fundamentando-se nos novos contextos mundial e nacional das políticas públicas, pós Constituição de 1988, bem como, após a RIO 92, será visto que estas políticas públicas voltam-se para dentro de uma nova realidade que é a construção do desenvolvimento com menor impacto ambiental na agricultura. No entanto, enquanto no campo conceitual e teórico destas políticas há a valorização das diversidades culturais, no setor governamental sua prática ainda reproduz práticas históricas do poder que inviabilizam estas políticas. Logo, não são direcionadas priorizando as diferenças culturais, bem como a construção dos espaços territoriais distintos. As consequências no andar da implementação das políticas públicas, como no caso da CEPRRA com o PDA, são de tensão entre estado e sociedade.

Por isso, neste capítulo se descrevem as relações do Estado com a sociedade civil a partir de fundamentações teóricas e conceituais sobre agricultura familiar, as políticas públicas e aspectos fundamentais sobre identidade e construção do espaço territorial, que posteriormente subsidiarão as análises no terceiro capítulo.

## 2.1 O PDA E A CONSOLIDAÇÃO DA CEPRA COM A AGRICULTURA FAMILIAR EM RORAIMA

### 2.1.1 Um marco histórico - O episódio dos incêndios florestais e a influência dos movimentos sociais no fortalecimento do PDA em Roraima

Um marco para a expansão do PD/A no Apiaú e em Roraima foi a repercussão nacional e internacional dos incêndios florestais de 1998.<sup>24</sup> Segundo Barbosa (2000, p. 35-39), o forte incêndio florestal que atingiu Roraima foi causado por diversos fatores, dentre eles o principal chamado El Niño que contribuiu para a longa seca fazendo assim com que acamada vegetal tornasse inflamável, propícia para a combustão. Destaca também que o elevado número de áreas queimadas através de práticas agrícolas e da expansão da pecuária é outro fator de suma relevância para o quadro catastrófico de 1998 em Roraima.

O incêndio florestal de 1998 foi, então, um marco para que fosse discutido o histórico problema do desmatamento. Aprofunda-se a discussão sobre desenvolvimento sustentável como uma política de desenvolvimento diferenciada àquelas práticas ocorridas anteriormente. Roraima recebe atenção especial aos programas de desenvolvimento sustentável do Ministério do Meio Ambiente, que até aquele momento, eram insignificantes. As políticas públicas voltaram-se para Roraima com ênfase em torno das consequências da migração de duas décadas cujos impactos ambientais negativos desta política de desbravamento da mata, ocasionou elevado aumento de queimadas seguido dos incêndios florestais e da destruição do ecossistema existente. A região do Apiaú, fronteira com a reserva indígena Yanomami, foi um dos focos principais desta catástrofe ambiental que atingiu Roraima em 1998 (KIRCHHOFF e ESCADA, 1998).

Não se pode afirmar que o incêndio de 1998 foi o único momento histórico cujas políticas seguintes de investimento ao desenvolvimento fossem respectivamente somente a este episódio. No entanto, Roraima a partir deste episódio, passa a ser

---

<sup>24</sup> Grande incêndio que mobilizou além de bombeiros de outros estados, equipes estrangeiras. O fato tomou dimensões de grande impacto para a população, foi visto a nível internacional e Roraima passou a ser integrada em várias políticas públicas ambientais.

destaque no cenário nacional e as promessas de investimento para recuperação. Além da ajuda de vários países da América do Sul como a Argentina e Venezuela no combate ao incêndio, e como não poderia ser diferente, dos constantes ataques internos entre os políticos locais sobre quem seria culpado, apenas as iniciativas de fora do Estado realmente tentaram resolver o problema do grande prejuízo econômico, social e ambiental. A própria ONU pronunciou-se na ajuda ao Estado de Roraima (KIRCHHOFF e ESCADA, 1998).

Na interpretação de Bibiano (2005), as instituições públicas estaduais e federais, historicamente, tomam os pioneiros agricultores familiares como os principais sujeitos de desmatamento e conseqüentemente das queimadas descontroladas que ocorreram em 1998. Sabe-se que em anos anteriores, havia altos níveis de desmatamento e queimadas que, no entanto nenhuma política foi realizada para transformar a realidade. Porém, tem-se a informação de que várias origens de focos de incêndios são oriundos das fazendas, cujas práticas de queima das pastagens configuram a forma de manejo arcaico com que se realiza a pecuária no Estado. Da mesma maneira, o agricultor Silva (2005) destaca que “as práticas de produção, principalmente por fazendeiros que ateam fogo nas pastagens, depois perdem, não se faz aceiro e ele (o fogo) entra na mata e vai parar nos nossos lotes, essas são as causas dos incêndios”.

Destacar os agricultores familiares como únicos e principais vilões dos incêndios incorre em erro fortalecido num certo “pré-conceito” sem averiguar os fatos. Como relatam Kirchhoff e Escada (1998. p. 48): “Não por acaso, pois os incêndios florestais têm origem nas fazendas, onde perdura à décadas, senão séculos, a prática de atear fogo na vegetação seca na preparação da terra para o plantio”. Segundo BIBIANO (2005), agricultor do Apiaú, o fogo geralmente “vem das fazendas e entra nos lotes menores dos pequenos e queima até suas casas”.

Isto significa, dizer que as queimadas descontroladas de 1998 são uma consequência última do descaso à construção e efetivação de uma política agropecuária desde a época da colonização dirigida do Governo do Território (1980) seguido também pelo após a formação do Governo Estadual de 1998. Conforme relata

Bibiano (2005): “no próprio governo (estadual) havia uma política de décadas na doação de capim, incentivando indiretamente o desmatamento para a pecuária pensando que tava desenvolvendo alguma coisa sem se preocupar com o futuro, tudo era só política”.

Conforme Nascimento (2005), após o incêndio florestal de 1998, o Ministério do Meio Ambiente direcionou e abriu espaço para a integração da região nas políticas de proteção da Mata Amazônica apoiadas pelo PPG7. Este fato apresentou caminhos para que comunidades organizadas em sindicatos, associações e cooperativas, que já haviam discutido alternativas à produção familiar, encaminhassem outros projetos ao PD/A. Portanto, os incentivos do PD/A em Roraima aumentaram em função da situação do incêndio de 1998.

O projeto PD/A na região do Apiaú é gerido pela CEPRRA, e a partir de 1998, aumentou sua abrangência incorporando outras famílias que não participam da Cooperativa. Esta incorporação no projeto é resultado de diálogos em reuniões com os cooperados, onde estes se sensibilizaram em abarcar no PD/A às famílias mais carentes da região, ou que foram mais atingidas com os incêndios (CEPRRA, 1998).

Houve momentos importantes para a ampliação do PDA em Roraima. São eles: Num primeiro momento, houve a incompatibilidade política dos setores governamentais ao apoio de iniciativas alternativas enquanto fundamento para um programa de desenvolvimento realmente sustentável na agricultura. Num segundo momento, o sistema das relações político governamentais com agricultores familiares é clientelista e assistencialista, curso de uma política de povoamento não planejada, o que abriu espaço para que iniciativas não governamentais surgissem e tivessem êxito. Como descrevem Barbosa e Feranside (2000, p.35):

As implicações ecológicas do incêndio que atingiu diferentes ecossistemas em Roraima, no final de 1997 e início de 1998, vão além dos danos diretos causados pelo fogo. Entre as suas conseqüências estão mudanças na paisagem florestal, perdas de bio-diversidade, alterações no ciclo da água e altas emissões de gases que afetam o clima global. Apesar dos prejuízos, um incêndio dessas proporções traz muitas lições, inclusive a respeito da atual política de povoamento da Amazônia.

Houve também um terceiro momento determinante para o fortalecimento do projeto ambiental tipo PD/A, conforme Nascimento (2005), o episódio das queimadas em 1998 inseriu Roraima numa visibilidade nacional e internacional o que abriu espaços para incentivar e fortalecer projetos alternativos à produção sem a queima.

Segundo Bibiano (2005) “A catástrofe do incêndio em Roraima foi incentivador para a ampliação do PD/A, até porque era a única iniciativa que já havia dado resultado positivo aos agricultores”. Portanto, o PD/A era o único projeto alternativo à produção sem a queima que existia de fato no Estado. Esta experiência foi valorizada e referenciada como alternativa à situação de insustentabilidade da agricultura e, conseqüentemente, ao desmatamento e às queimadas em Roraima.

A referência do PDA em Roraima ocorre porque valoriza as sabedorias e experiências populares no uso da terra e dos recursos naturais como fundamental ao desenvolvimento (Ministério do Meio Ambiente, 2004). Isto porque as populações tradicionais possuem uma histórica relação de baixo impacto ambiental na sua forma de produção, considerada artesanal ou de subsistência, comparadas com as monoculturas e grandes plantações.

No entanto, esta forma de trabalhar com a terra e utilizar seus recursos naturais sem proporcionar sua escassez ainda é considerada “atrasada” pelo sistema predominante desenvolvimentista e populista. Contrapondo-se ao processo desenvolvimentista, o PD/A é um projeto que visa justamente valorizar estas formas de produção alternativas questionando este sistema de desenvolvimento. A valorização das experiências populares resulta em potencializar práticas de produção em pequena e média escala, diversificados, contrariando, por exemplo, a monocultura em alta escala extensiva de produção, cujos impactos ambientais são à longo prazo, insustentáveis para a própria produção e à vida no local (Ministério do Meio Ambiente, 2005).

Em Roraima, as políticas de migração e colonização se intensificaram dentro do contexto político do governo do Território Federal de Roraima, cujas praticas objetivavam, na época, a estratégia de ocupação territorial do espaço geográfico,

conforme já tratado. Não podemos afirmar que não havia um projeto de desenvolvimento para o então Território Federal de Roraima. No entanto, um programa de desenvolvimento sustentável ainda era embrionário somente nos movimentos populares nacional e nas grandes discussões mundial sobre desenvolvimento e meio ambiente, cujo marco histórico se dá através da Conferência Mundial das Nações Unidas em Estocolmo, Suécia em 1972.

Observa-se que ao comparar os períodos em que ocorrem os PNDs e o POLAMAZÔNIA pelo Governo Militar na Amazônia brasileira, as lideranças mundiais, caminham noutra direção e iniciam discussões inovadoras vislumbrando uma nova política de desenvolvimento, chamada de eco-desenvolvimento (ALMEIDA, 1994; SILVEIRA e GATTI, 1988).

Nos PNDs, havia o objetivo de integrar a Região Norte com outros estados da federação, como foram, por exemplo, a construção da Rodovia Transamazônica, BR 174 e Perimetral Norte-BR210, tratada anteriormente. No entanto, outro objetivo estava relacionado, principalmente, à estratégia de segurança nacional do governo militar através de da realização de assentamentos humanos em áreas longínquas nas fronteiras. Onde Brito (2000. p. 161) afirma:

Por outro lado, tendo que enfrentar a seca e a pobreza crônica no Nordeste, o governo resolveu solucionar estes problemas criando o Programa de Integração Nacional (PIN) (Decreto-Lei 1.106) e o Programa de Redistribuição de Terras (Decreto-Lei 1.179). (...) Os recursos forma aplicados na construção de estradas de rodagem, que facilitariam os assentamentos, atraindo uma parte da população sem terra do Nordeste para povoar a região Amazônica.

Mas esta integração, num âmbito regional desconsiderava a importância do território de Roraima como área de potencial desenvolvimento no mesmo equivalente dos outros estados e territórios da região norte. Isto significa que Roraima permanecia sempre à margem quando da divisão dos recursos financeiros na implantação dos projetos entre os estados da região norte.

Ou seja, mesmo havendo no governo militar investimento num projeto desenvolvimentista que incluía a abertura das grandes rodovias, como a 174, os projetos de mineração e de colonização da Amazônia, o Território de Roraima

receberia menor participação nestes investimentos. Da mesma maneira, esta política de desenvolvimento ocasionava alto impacto de destruição ambiental na floresta amazônica e desconsiderava as formas tradicionais de cultivo da terra e uso de seus recursos naturais (BAHIANA, 1991; MAHAR, 1978).

Para Luís C. Bahiana (1991) o surgimento da SUDAM, POLONOROESTE e os Projetos de Assentamentos humanos como políticas de ocupação juntamente com a malha viária, objetivava o recorte da Amazônia em grandes rodovias, facilitando assim a integração com os outros Estados e, conseqüentemente sua ocupação pela população.

Podemos também observar em Dennis Mahar. que o autor enfatiza a SUDAM e a “polarização da atividade econômica (especialmente industrial e comercial) em torno de Manaus e Belém. Da mesma maneira (SILVA, 2005 b) relata que “a gente ficava sabendo de algum recurso quando os políticos vinham e falavam, mas na prática a gente só ganhava algumas coisinhas pra ir levando, isto quando vinha campanha”.

Para Souza (2001), a partir da conjuntura política governamental estadual que marginalizava o acesso aos projetos, as famílias que aqui vieram no final da década de 1970, acabaram sofrendo as conseqüências dos interesses eleitoreiros e do abandono, formando uma ampla massa de agricultores familiares que não se desenvolveram sustentavelmente, mas tentam sobreviver em condições desumanas nas áreas de mata como o Apiaú.

Demonstra-se, então que o Governo Militar brasileiro e conseqüentemente as políticas de colonização dirigida iniciada pelo Governo Ottomar (1979-1983) em Roraima após 1990, caminham contrariamente, desde os primórdios, às preocupações e discussões mundiais sobre a sobrevivência do planeta e a escassez dos recursos naturais iniciadas em 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia.

No setor da agricultura familiar, houve a fundamental participação de instituições como a Comissão Pastoral da Terra (CPT - 1975) e, na Amazônia brasileira o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) como mediadores de um processo de

discussão sobre novos rumos de desenvolvimento baseados nas resoluções da Conferência de Estocolmo na Suécia em 1972. Estas instituições contrapuseram-se aos grandes projetos estatais brasileiros, enfatizados acima, que desrespeitavam acordos internacionais e as práticas das comunidades tradicionais na relação com a produção na terra e na mata. Além desta contraposição favoreciam espaços participativos de debates em torno da valorização desta relação construindo novas perspectivas diferenciadas das oferecidas pelo Estado.

O GTA surgiu na década de 1990, a partir da necessidade de criar um espaço participativo entre o movimento popular da região Norte para discutir assuntos que dizem respeito à Amazônia. Inicialmente para ganhar força às vozes do Norte dentro das próprias representações e temáticas nacionais no movimento popular brasileiro. A partir de meados de 1990, acaba por ganhar espaço nas representações públicas como o Fundo Nacional para o Meio Ambiente e do próprio Ministério do Meio Ambiente participando de vários conselhos paritários e debates nacionais e internacionais dos problemas da Amazônia.

Como o PD/A era o único Projeto de Desenvolvimento com características sócio-ambientais sustentáveis voltados para a agricultura familiar, passa então a ser aceito pelas autoridades políticas locais, cujo passado era de perseguição e contrariedade ao Projeto e à CEPRRA. Segundo Silva (2005) e Nascimento (2005) o PD/A, anterior a 1998, a Cooperativa era visto como ameaça aos poderes políticos locais. Após o grande incêndio florestal, o PD/A, como único projeto sustentável no Estado de Roraima, os políticos locais começaram a vê-lo com simpatia, até porque, esta classe política percebe uma oportunidade de ganho financeiro com a catástrofe, uma vez que vieram várias promessas do Governo Federal e Internacional para recuperar o Estado de Roraima das consequências dos incêndios.

Como destaca também Barbosa (1999, p.59):

O lúcido trabalho de alguns conservacionistas vem tentando inserir a Amazônia nesta nova visão ambiental, muitas vezes contrariando ações políticas-desenvolvimentistas de governos estaduais e federais que atingem como uma bomba-relógio os ecossistemas naturais, as populações locais e a economia nacional. Em Roraima, o mais novo estado amazônico, criado pela constituição

de 1988, as áreas de proteção não recebem a atenção devida por parte dos planejadores locais.

O incêndio de 1998 foi um marco para a construção de programas e projetos governamentais federais e não-governamentais em Roraima. Portanto, a partir desta catástrofe ambiental fortaleceu-se e fixaram-se as bases para o pensamento de sustentabilidade ambiental junto às mais diversas ações e políticas locais.<sup>25</sup>

A partir do incêndio de 1998 foi criado o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Roraima era o único Estado que não havia este Conselho. Foi criado para discutir as questões ambientais e políticas de desenvolvimento de Roraima. Este Conselho paritário tem o objetivo de estudar políticas de desenvolvimento, articular-se com a população, outros setores públicos e seus representantes visando o uso sustentável de recursos naturais, educação ambiental e outras medidas.<sup>26</sup>

O DEMA, Departamento Estadual do Meio Ambiente era o órgão Estadual representante-gestor do Conselho em 1998. No ano 2000, o DEMA configura-se na FEMACT – Fundação Estadual do Meio Ambiente. Esta mudança de Departamento Estadual para uma Fundação visava facilitar o acesso aos recursos públicos voltados ao meio ambiente e desenvolvimento em Roraima devido à constatação da morosidade burocrática na resolução dos problemas, tais como o incêndio de 1998, e também ao repasse de recursos financeiros para implementação de ações ambientais no Estado. Recebeu fundos dos Programas do PPG7, FNMA e MMA formando um conjunto de ações ambientais voltadas à produção sustentável na agricultura e educação ambiental, principalmente nos municípios do interior com agricultores familiares.

Segundo Nascimento (2005) e Bibiano (2005), a partir de 1998, o discurso de “sustentabilidade” passa a ser um jargão de uso comum nas esferas estatais onde, até então, circulava apenas nos setores populares. No entanto, o significado desta palavra não é totalmente conhecido nos setores públicos, tais com a sua história e, principalmente, seus objetivos. Portanto, podemos perceber que vários projetos

---

<sup>25</sup> Houveram visitas à Roraima com objetivo de incluí-la nas políticas de desenvolvimento sócio-ambientais do Ministério do Meio Ambiente. Destacamos a visita da Secretária da Coordenação da Amazônia Mary Helena Alegretti (conforme Ata da reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente em maio de 1998).

<sup>26</sup> Conforme relatório da reunião interinstitucional de políticas de combate aos incêndios. DEMA - 1998.

governamentais chamados “sustentáveis” estão aquém de seu significado e de sua política transformada, ocasionando, em muitas práticas, um continuísmo ao populismo puramente assistencialista.

Certamente que o incêndio de 1998 trouxe ao debate as inovações das políticas de desenvolvimento que há anos vinham sendo discutidas nos setores populares em Roraima e em outros estados do Brasil, e que por sua vez, conquistavam lentamente as políticas públicas locais, bem como setores acadêmicos das Universidades. Os setores públicos governamentais de Roraima passam então, após insistências do Ministério do Meio Ambiente, a criar espaços participativos debatendo e discutindo com os setores sociais.

Após 1998, os programas cujo fundamento estejam enraizados no eco-desenvolvimento, são valorizados sem, no entanto, as esferas públicas conhecerem seu significado e sua importância como política de desenvolvimento. Por isso, a terminologia “desenvolvimento sustentável” passa a ser utilizada, muitas vezes, em práticas ainda assistencialistas e como simples jargão político do modismo local (NASCIMENTO, 2005).

Com a implantação do PDA na CEPRRA, os resultados positivos ganharam repercussão entre os agricultores familiares. Durante o incêndio de 1998, o PD/A enquanto iniciativa que apresentou resultados significativos do aumento da qualidade de vida no local, acabou sendo um dos únicos projetos confiáveis para o fortalecimento de iniciativas de produção diferenciadas na região. O Ministério do Meio Ambiente, através do Fundo Nacional para o Meio Ambiente (FNMA) passa então a priorizar, ampliar e incentivar o fortalecimento do PD/A em Roraima, com possibilidades de maiores investimentos na tentativa de coibir futuros incêndios florestais.

Percebe-se que trinta anos depois deste processo de migração e de promessas de desenvolvimento (1970) através de grandes projetos, cujas práticas de implantação em sua maioria são assistencialistas, ainda encontra-se enraizadas nas relações entre agricultores familiares e governos, raízes de dependência, desrespeito e descréditos cujas políticas ainda são as mesmas.

### **2.1.2 O PDA como política pública alternativa da produção na agricultura familiar.**

Com os agentes sociais citados, inicia-se em Roraima um processo histórico de institucionalização do movimento popular dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que por sua vez procuram abrir novas perspectivas de entender e construir alternativas ao desenvolvimento. Como resultado deste processo histórico surgem grupos de agricultores e agricultoras familiares, em cuja região do Apiaú, a CEPRRA tem seu destaque como coordenadora do PD/A, um projeto alternativo valorizando os saberes locais, apoiando iniciativas de produção sem a queima e o uso de agrotóxicos (Ministério do Meio Ambiente, 2004).

Os apoiadores e financiadores do PD/A são o Governo Federal e parcerias internacionais de fundos para o meio ambiente. Todo este processo de construção e implantação prática do PD/A para que alcance realmente o desejo dos grupos familiares rurais, tem sua origem histórica dos resultados de encontros mundiais de discussão sobre os impactos da degradação ambiental no planeta. Significa então, que o PD/A a partir da CEPRRA concretiza a efetivação de conceitos antigos (1972-1986) do ecodesenvolvimento criados e elaborados num contexto maior da preocupação mundial com a vida no planeta.<sup>27</sup>

Em 1995, começando a ser operado em 1996, como sub-programa do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7 e, como resultado dos encontros ambientais mundiais (ECO 92 e Agenda 21) surge o PD/A. É um programa alternativo à produção voltado para a agricultura familiar financiado por instituições internacionais e nacionais que visam o desenvolvimento sustentado com equidade social e manejo adequado dos recursos naturais. Conforme descreve o próprio programa (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004):

Vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, o PDA é parte do Programa piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, e tem como objetivo contribuir para a preservação e conservação da Amazônia, da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados e apoiar o desenvolvimento sustentável

---

<sup>27</sup> Como p. exemplo, Relatório de Brundlandt (1971), a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, Suécia em 1972, a RIO 92 e a construção da Agenda 21, que desencadeiam novos investimentos numa política diferenciada de desenvolvimento.

dessas regiões a partir da participação e das contribuições das populações locais. Seu principal interesse é promover o aprendizado sobre a viabilidade de novos modelos de conservação e utilização dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, visando a melhoria da qualidade de vida da população local, por meio de processo de experimentação de tecnologias, de modalidade de manejo, organização social e gerenciamento das ações que conciliem a conservação dos recursos naturais com desenvolvimento econômico, social e ambiental, elevando as condições de vida da população brasileira.

Como sub-programa o PDA abrange os estados da região norte e da Mata Atlântica no Brasil. Em sua primeira fase de vigência de 1995 a 2003 foram apoiados 194 projetos, sendo 147 na Amazônia 47 na Mata Atlântica. Foram comprometidos US\$ 22.049.770,00 do PDA e mais US\$ 11.602.250,00 de recursos de contrapartida dos beneficiários, totalizando US\$ 33.652.020,00.<sup>28</sup> Ainda é importante destacar:

Em sua primeira fase (1995 a 2003), o PDA apoiou 194 projetos, sendo 147 na Amazônia e 47 na Mata Atlântica. Os projetos desenvolveram ações nas áreas de sistemas agroflorestais e recuperação ambiental, manejo de recursos florestais, manejo de recursos aquáticos e preservação ambiental. No processo de implementação das experiências, em sua maioria inovadoras, muitas foram as lições aprendidas pelas instituições executoras e parceiras dos projetos e pela Secretaria Técnica. O PDA tem em sua concepção, o entendimento de que está na sociedade civil e nos movimentos sociais grande parte do campo de inovações socioambientais, base para a construção de processos de desenvolvimento pautados em novos paradigmas. [...]Os projetos demonstrativos apoiados pelo PDA contribuíram na formação de uma extensa rede de projetos de desenvolvimento sustentável. Avanços importantes nas áreas ambientais e sociais associados à geração de renda foram conquistados por grande parte das comunidades apoiadas. Além disso, o PDA contribuiu para o fortalecimento comunitário e da autoconfiança de populações locais com a implantação de projetos autogestionados.<sup>29</sup>

Na região da amazônia brasileira, o PD/A atendia, anteriormente ao incêndio de 1998, principalmente as regiões do “arco de desmatamento” com vistas a incentivar projetos alternativos de produção que não utilizem o fogo como instrumento de trabalho na terra. Após a grande mobilização nacional e internacional para apagar este incêndio, cuja façanha se conseguiu apenas com a chegada do período das chuvas, conforme veremos adiante, era necessário efetivar políticas emergenciais para conter o desmatamento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005).

---

<sup>28</sup> Conforme site [www.mma.gov.br/ppg7/Subprogramas/pda](http://www.mma.gov.br/ppg7/Subprogramas/pda). Acesso em 30/11/2005.

<sup>29</sup> Idem.

Instituições europeias como Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial – FFEM, Banco da República Federal da Alemanha – KFW<sup>30</sup>, União Européia – ex-CEC e Fundo Nacional para o Meio Ambiente - FNMA são as principais financiadoras, bem como auxiliam em consultorias de avaliação dos resultados do Sub-programa PD/A. Todo este aparato de investimentos demonstra a preocupação mundial pela sobrevivência dos seres humanos no planeta. Por isso, as origens dos recursos financeiros são principalmente dos países que mais poluem e degradam, mas que através de setores conscientes, investem em formas alternativas de desenvolvimento sustentável nos países com dificuldade ao desenvolvimento alternativo, ou que ainda se encontram com políticas desenvolvimentistas (Ministério do Meio Ambiente, 2005).



Fotografia 2: parte da estrutura física da CEPRRA construída com os recursos do PDA/PPG7. Apiaú, Mucajaí, fevereiro de 2016.  
Fonte: Arquivo particular de Valter Freitag.

O PD/A é, então, um projeto que possui em seus objetivos a concretização de um processo histórico de iniciativas para a superação dos problemas de degradação ambiental iniciadas com o processo de colonização dirigida (1980) e da pobreza local que daí se resultou. Este projeto trás em sua configuração a implementação das

---

<sup>30</sup> Kreditanstalt Für Wiederaufbau, fundado em 1948.

políticas de eco-desenvolvimento direcionando-as às comunidades tradicionais, agricultores familiares e indígenas.

O PDA fundamenta sua construção a partir de metodologias participativas oriundas historicamente dos movimentos sociais que, a partir da década de 1990 são cooptadas por alguns ministérios do Governo Federal objetivando políticas públicas voltadas ao terceiro setor. É o que Habermas (2003) vai chamar de transferência de políticas públicas para entidades privadas. Estas entidades já haviam construídas experiências nesta metodologia, dentro de sua história enquanto movimentos sociais no Brasil, influenciadas, como por exemplo, pelas pastorais sociais (como a CPT, já citada anteriormente) com a decisão partilhada e consensual entre o grupo. A metodologia consiste na análise dos problemas através da elaboração de diagnósticos participativos e planejamentos detalhados das ações. Grandes projetos previam pesquisas de campo e levantamento de dados precisos através de zoneamentos ambientais e econômicos, bacias hidrográficas, dentre outros (PINHEIRO e TRUSEN, 2002).

Logo, o PD/A é um projeto de produção alternativa voltado para as populações pobres que não possuem suficientemente acesso às políticas estatais de desenvolvimento. Seus objetivos são: “a) gerar conhecimentos sobre a conservação, a preservação e o manejo sustentável dos recursos naturais, por meio de atividades demonstrativas e com o envolvimento e a participação das populações locais; b) transferir o conhecimento resultante das experiências para as outras comunidades, organizações não-governamentais (ONGs), tomadores de decisão e técnicos de governo; c) fortalecer a capacidade de organização e articulação das populações locais, bem como a sua capacidade de elaborar e implementar projetos.”(Ministério do Meio Ambiente, 2005).

Em novembro de 1999, houve na sede da CEPRRA no Apiaú, uma reunião de avaliação interna sobre o Sub-Programa Projeto Demonstrativo PD/A executado pela Cooperativa.

Os participantes da Cooperativa foram chegando animados para a reunião, afinal era a primeira vez que havia um projeto diferenciado que chegava de fato até aquela localidade. Havia um espírito comunitário e conversas a partir das últimas notícias da região. (FREITAG, 2005).

A reunião valorizava a opinião de todos, estavam presentes homens, mulheres, jovens e crianças. Todos podiam opinar sobre os acontecimentos, o Projeto e discutir sobre outras questões em pauta. Os assuntos em reunião, na sua maioria, diziam respeito aos trabalhos do PD/A. No início da reunião houve a realização da “análise de conjuntura”, momento onde se dialogava sobre as dificuldades das políticas públicas estaduais e seus impactos na implementação do Projeto, tais como, estradas precárias, inexistência de energia elétrica e inexistência de incentivos do governo estadual ao PD/A. (FREITAG, 2005).

Ainda na reunião houve um longo debate sobre a inexistência da implantação de uma política agrícola voltada para agricultura familiar e às inovações de uso sustentável dos recursos naturais no Estado de Roraima e no Apiaú. Na ocasião da reunião, os participantes também relataram momentos de perseguição e ameaças oriundas de grupos políticos por causa de sua tentativa de autonomia, uma vez que era um projeto diferenciado e, segundo eles causavam impacto negativo aos “currais eleitorais” da região. (FREITAG, 2005).

Conforme relata o agricultor Santos (2005), a prática costumeira, em época de campanha eleitoral, restringia-se na distribuição de utensílios, ferramentas, remédios, transporte e até mesmo, alimentação através de cestas básicas. Em período de campanhas eleitorais percebia-se o apoio através de envio de máquinas, através do Governo do Estado, para recuperar as estradas, pontes. Programas sociais apareciam como transporte escolar, professores, agentes de saúde e muitas promessas.

Conforme resultados da reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente em maio de 1998 coordenado pelo Departamento Estadual do Meio Ambiente (DEMA), convocada pelo Ministério do Meio Ambiente em Roraima, houve duas frentes para incentivos de alternativas ao desmatamento. A primeira, com organismos públicos, o

Governo Federal optou estender políticas já implantadas em outros estados, fortalecendo então o PPG7 em Roraima. Nestas políticas públicas, o DEMA, passa a gerir a partir do ano 2000, recursos do PPG7, um programa participativo de desenvolvimento que se fundamenta no ecodesenvolvimento.

A segunda, as organizações representativas populares e da agricultura familiar passam a participar de encontros de capacitação para elaboração de novos projetos alternativos ao desenvolvimentismo econômico com o PD/A. O PD/A passa então a ser visualizado como alternativa ao desenvolvimento e se projeta para contemplar maior número de instituições sociais em vista das consequências da política governamental estadual de desenvolvimento econômico e das queimadas.

No entanto, a nível local, tal como no Apiaú, estes investimentos alternativos se tornam de difícil implementação quando não possuem a participação articulada dos poderes governamentais estatais e locais, já que o desenvolvimento sustentável exige uma articulação e integração entre as diferentes dimensões e esferas públicas, conforme demonstra Sachs (1989). O Governo Estadual não participa com nenhuma forma de investimento financeiro ou parceria com o PD/A e a CEPRRA, demonstrando desta maneira a escassez da dimensão política no processo de construção e execução do Projeto. Ou seja, os governos locais não incentivam formas alternativas de produção que visam a proteção ao meio ambiente.

Dois momentos históricos iniciam um processo de mudança nesta política desenvolvimentista. O primeiro a queda do governo militar que culmina na Assembleia Constituinte de 1988, resultando na nova Constituição, e a segunda na RIO 92.

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 resulta na formulação do Estado brasileiro ancorado em direitos humanos e sociais. Estes direitos são gradativamente construídos, através das lutas dos movimentos sociais, fundamentando leis e políticas públicas na sociedade. Em se referindo à agricultura familiar o artigo cento e oitenta e sete (187) da Constituição Federal fundamenta a participação social nas políticas:

**Art. 187.** A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: [...]

A partir da RIO/92, cresce no Brasil novos olhares para esta agricultura tradicional, cujas maneiras de se trabalhar com a terra já há muito existiram, ou seja, inicia-se um reconhecimento destas práticas agrícolas tradicionais uma vez que os princípios do desenvolvimento alternativo concordam com estas práticas de impacto mínimo ao meio ambiente realizadas pela agricultura familiar. Isto significa que estas famílias modificam gradativamente sua forma de organizar-se enquanto grupo em torno de objetivos comuns, bem como sua relação com o Estado visando sua autonomia em face do clientelismo e assistencialismo político. Portanto, surge a valorização do processo de construção da cidadania a partir da agro-ecológica como inovação e transformação dos agentes sociais produtores (SHIKI, 2003).

A agricultura familiar campesina é uma forma diferenciada de produção através da força de trabalho familiar valorizando as tecnologias tradicionais de baixo impacto ambiental em propriedades de pequeno porte, ou seja, diferencia-se da agricultura extensiva e da monocultura por possuírem aspectos de elevada degradação ambiental, principalmente ao desmatamento e ao uso de agrotóxicos. Como destaca o artigo de Shiki (2003):

Se existe uma categoria social de produtores que pode usar plenamente a agro-ecologia como fundamento tecnológico e conseguir superar a agricultura química, é a do agricultor familiar. A tradição de poli-cultivo associado à criação animal e o conhecimento do ecossistema local do agricultor familiar são meio caminho para a agro-ecologia. (...) A agro-ecologia tem sido colocada pelas organizações não-governamentais – ONGs sociais e ambientais e, mais recentemente, pelos sindicatos e movimentos sociais.

Conforme Shiki (2003), a agricultura extensiva restringe o desenvolvimento setorizando o capital a poucos proprietários que utilizam grandes proporções de terras. A prática da agricultura familiar, diferentemente, valoriza uma pequena produção diversificada. Sua origem é historicamente atribuída às práticas agrícolas de

comunidades tradicionais e de antigos conceitos como, por exemplo, a agricultura de subsistência, tradicional ou agricultura artesanal.

Portanto, nesta agricultura familiar, todo o trabalho produtivo compreende um ciclo integrado de produção e de re-utilização dos recursos naturais empregados criando um sistema economicamente viável e ecologicamente correto como alternativa ao desenvolvimentismo. Com isto quer-se reforçar que o PD/A é um projeto agro-ecológico cujos fundamentos estão na agricultura familiar e nos modos tradicionais de lidar com a terra respeitando os ecossistemas. Como descreve Almeida (1994,p. 51):

[...] as “alternativas ao desenvolvimento” podem ser entendidas como as medidas adotadas para colocar em execução projetos de reconhecimento do “saber nativo”. Compreendem experiências concretas de cooperação, que tanto envolvem manejo quanto processamento e transformação de matérias-primas. Tais experiências não tiveram até então condições históricas de ganhar corpo, dado que a Amazônia foi sempre uma região “dominada”, pensada de fora e objeto permanente de projetos colonialistas.

O conceito de agricultura tradicional (que valoriza os saberes tradicionais das comunidades que respeitam o ecossistema, apresentadas atualmente como por exemplo na agricultura orgânica e na medicina alternativa), nem sempre foi aceito como é hoje. Isto porque remonta à um passado onde estas práticas agrícolas eram sinônimo de atraso e sub-desenvolvimento, principalmente durante a ditadura militar. Isto porque, justamente contrariava os princípios do desenvolvimentismo das décadas de 1970 e 1980, cujas políticas visavam incentivar as agriculturas extensivas e de monocultura no país.

Como visto anteriormente, esta nova forma de pensar e trabalhar a organização social de agricultores familiares, visando a cidadania e sustentabilidade, é oriunda de um processo histórico no país cujas lutas populares, desde a década de 1970, gradativamente transformam valores da sabedoria popular e científica em práticas de desenvolvimento sustentável. Este desenvolvimento diferencia-se do chamado desenvolvimentismo, das práticas populistas como política de migração para ocupação do espaço territorial nacional, bem como da produção em grande escala como monoculturas extensivas e latifúndios.

Temos então um paralelo histórico onde se encontram, de um lado o processo de luta popular dos agricultores familiares e de outro o movimento ambiental, que unificando estas lutas sociais numa perspectiva agro-ecológica, passam a valorizar as formas alternativas de produção tradicional considerando-as sustentáveis.

A CEPRRA surgiu, então, num contexto histórico de transformação do pioneirismo migratório para sedentarização de famílias no Apiaú, cujo objetivo maior era a fixação na terra para alcançar o desenvolvimento. Estas famílias iniciam um projeto de vida diferenciado a partir do trabalho agrícola familiar e de iniciativas sustentáveis à produção em harmonia com o meio ambiente transformando-se assim num grupo social *sui generis*, cujo projeto PD/A é o maior intercessor desta transformação.

Da mesma maneira, diferenciam-se de outros grupos cujas práticas admitiam a chamada dependência do Estado através de ações assistencialistas que não visavam a sustentabilidade do setor produtivo familiar. Logo, o PD/A torna-se um projeto alternativo local que não é aceito pela classe política quando a prática clientelista-eleitoreira passa a ser ameaçada pelos resultados do Projeto na região do Apiaú .

Como será visto a seguir, o PDA a partir CEPRRA passa a ter visibilidade local e nacional. Este Projeto se fortalece e torna-se pioneiro no processo de desenvolvimento sustentável. Este processo, oriundo de uma proposta de compatibilização de necessidades, reúne de um lado os trabalhadores rurais do Apiaú, através da CEPRRA e de outro lado do movimento ambiental cujas diretrizes fundamentam-se na RIO/92.

### **2.1.3 O Fortalecimento da CEPRRA e da agricultura familiar a partir da contribuição do PDA.**

A história do processo de sedentarização das famílias vinculadas à Cooperativa é consequência da compatibilização de propostas alternativas ao

desenvolvimentismo e ao populismo. Estas propostas encontram no movimento dos trabalhadores rurais, ambientais e instituições de apoio sua implementação e fortalecimento. Portanto, os movimentos sociais encontram nas políticas de eco desenvolvimento um fortalecimento de suas instituições, da consciência política e de sua importância para o desenvolvimento no local. Conforme resume Nascimento (2005), o Governo do Estado não objetivava a construção de uma política de desenvolvimento sustentável, mas apenas ações assistencialistas e eleitoreiras:

O governo do Estado nunca fez um projeto mesmo de desenvolvimento no assentamento, ainda era só a entrega de lotes, eram politiqueiros, tinha um projeto juquira que nunca se implementou. Começou com o Jucá e depois com o Ottomar. Este projeto, era só de gradear, mas se não tinha calcário e nem assistência técnica, o que acontecia, virava juquira né ... (risos), porque as pessoas tinham uma produção tradicional... O real interesse por parte dos governos, não era realmente trazer um desenvolvimento... O primeiro objetivo era a área ser colonizada, era ter pessoas aqui, outro, era o interesse político de se eleger. Isto criou um sistema assistencialista e paternalista.

Contrária ao modelo de colonização empregado pelos governos do Território e militar nas décadas de 1980 e 1990, a CEPRRA surge como numa instituição de oposição às instâncias governamentais estadual e municipal. Os governos de Roraima que a partir de suas práticas insustentáveis e assistencialistas levam ao clientelismo político, retiram de si a responsabilidade na tomada de um desenvolvimento duradouro e que proporcione autonomia aos agricultores familiares para manterem-se no poder (SILVA, 2005 b).

Este modelo de colonização e as relações que se estabelecem entre os governos e a sociedade corrobora com as análises de Jürgen Habermas (2003). Para Habermas, um dos pressupostos fundamentais para a compreensão dessas relações, formadas historicamente na validação da opinião pública construída pela burguesia, passa para além das estruturas do Estado e da luta de classes na sociedade. Como destaca (HABERMAS, 2003, p. 167):

Nos cem anos que sucedem o período áureo do liberalismo, num capitalismo que pouco a pouco se “organiza”, dissolve-se de fato a relação originária entre esfera pública e esfera privada; decompõem-se os contornos da esfera pública burguesa. Mas nem o modelo liberal, nem o modelo socialista são adequados para o diagnóstico de uma dimensão pública que, de modo peculiar, flutua entre ambas as constelações estilizadas no modelo.

Habermas expõe a caracterização funcional da esfera pública enquanto ações correlatas e compartilhadas que visam e servem a burguesia. Esta burguesia é entendida como sendo os grupos que não apenas detém o poder econômico, mas também a opinião pública dentro do Estado e da sociedade, enquanto ideologia que aceita o capitalismo e dentro destas relações como única via para se efetivar as ações públicas. Logo, as políticas públicas seguem priorizando este modelo.

Acrescentando outro aspecto, na prática, não se entende a esfera pública como de todos, nas suas diversidades culturais e sociais, mas apenas daqueles que propõe ao Estado ações concernentes à opinião pública ideológica do capital e do mercado. Ainda acrescenta Habermas (2003. p. 149)

[...] por isso, ao invés de uma sociedade de classes médias constituídas por pequenos produtores de mercadorias, forma-se uma sociedade de classes, na qual as chances de ascensão social de assalariado à proprietário tornam-se cada vez menores. Por fim, os mercados, no processo de acumulação do capital, são transformados oligopoliticamente[...]

Na visão de Habermas (2003) Karl Marx tinha uma interpretação limitada diante apenas do contexto do liberalismo da época. Pode-se entender que este contexto ainda não permitia analisar outros aspectos que se acrescentam nas relações entre Estado e sociedade no século XX e início do século XXI. Estes outros aspectos podemos entender, como por exemplo, os grupos sociais diversos e as várias dinâmicas culturais das relações sociais, e estas com o Estado. Estas dinâmicas também contam com os privilégios e corporativismos que procuram concentrar o poder, não somente econômico, mas também nas ações públicas do Estado priorizando setores burgueses e outros de concentração do poder.

São nestes significados de Habermas que surgem as tensões na construção e implantação das políticas públicas, como no caso da CEPRRA e do PDA. Configurando-se uma oposição, a CEPRRA e o PDA sofrem perseguições e ameaças dos setores públicos e latifúndios estaduais e municipais defensores de uma política assistencialista ultrapassada, bem como, da agricultura de mercado.

Estes veem ameaçado seu domínio político e econômico quando a experiência e a organização da Cooperativa torna-se referência de autonomia aos agricultores da

região do Apiaú. Estes agricultores começam a participar de encontros e seminários e, conseqüentemente questionar sua situação de exploração e dependência assistencial (CEPRRA, 2001). Segundo a posição convicta de Silva (2005,b) a seguir, a CEPRRA, além de participar do PD/A, possui como principal fundamento de desenvolvimento das famílias a conscientização política:

Da CEPRRA, na história, aprendi muito, pensava que todos os políticos eram bons, após participar de reuniões e cursos aprendi diferente e hoje não sou mais enganado. A diferença grande da CEPRRA é que já tá conscientizado e os outros ainda tão acreditando em político mentiroso, por exemplo, a maioria das associações só funciona em época de política e nós funcionamos o tempo todo. Nós votamos pra quem a gente quer. A maioria dos cooperados ainda está fixado na região, pois se não tivesse a CEPRRA, talvez já havia trocado muito mais. Assim, o PDA, ele ajudou a pensar uma produção e permanecer na terra.

Contrárias à dependência política, comprova-se que com as lideranças da CEPRRA, fortalecidas com o PD/A, surgem alternativas de produção familiar sustentável com autonomia sem receber favores políticos e assistenciais. Também se comprova que na região do Apiaú surge uma Cooperativa autônoma, anti-clientelista, cuja atuação torna-se referência aos outros agricultores familiares do Apiaú. Conforme Silva (2005 b) estas práticas causam descontentamentos de lideranças políticas que tentam desarticular e inviabilizar o PDA nesta através de ações judiciais e ameaças.

Constata-se também que as instituições dos movimentos populares, a CONTAG, o GTA, a CEPRRA e a CPT foram fundamentais para o processo de mudança das estruturas de colonização dirigida, contribuindo para o desenvolvimento sustentável naquela região. Este processo de mudança das estruturas de colonização ocorre com o resgate à valorização da agricultura familiar juntamente com os objetivos do movimento ambiental, cuja história se fortalece a partir do desenvolvimento alternativo do ecodesenvolvimento efetivada após a Rio92. Desta maneira, estas instituições com suas representações em Roraima, foram fundamentais para a consolidação, a assessoria e o apoio para o surgimento do processo de sedentarização através de iniciativas em projetos sócio ambientais. Um destes projetos é o Projeto Demonstrativo PD/A.

## 2.2 A CEPRRA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE CAMPESINATO, IDENTIDADE, E ESPAÇO TERRITORIAL

### 2.2.1 As experiências da CEPRRA no contexto do campesinato

Para entendermos a formação de diferentes grupos de agricultores familiares é necessária a compreensão sobre alguns conceitos fundamentais. Estes conceitos, a partir da antropologia política, procuram especificar o campesinato e a identidade cultural na agricultura familiar, numa tentativa de relacioná-la às práticas e valores destes agricultores para a lógica não capitalista de uso da terra, preconizada também pelo PDA.

Ao abordar a antropologia política, tem-se envolvido termos como grupo, povo, costumes e cultura a partir de uma dimensão política e social bem ampla. Os estudos sobre etnicidade norteiam as relações da antropologia com os contextos rurais camponeses enquanto construções identitárias.

A etnicidade está contextualizada nas diferenças de identidade dos indivíduos derivando de traços culturais herdados de um grupo. Poutignat e Streiffenart (1998, p. 38) explicam que a etnicidade determina:

[...] um tipo particular de grau social que se alimenta de características distintas e de oposições de estilos de vida, utilizadas para avaliar a honra e o prestígio segundo um sistema de divisões sociais verticais. Mas essas características distintivas só têm eficácia na formação dos grupos étnicos quando induzem a crer que existe, entre os grupos que existem, um parentesco ou uma estranheza de origem.

Como um diferencial, a etnicidade passa a ser valorizada e vista como um conteúdo cultural pela comunidade que busca sempre renová-la. Explica-se que a seleção dos traços culturais da etnicidade é determinada de acordo com o grupo cultural. Assim, camponês e campesinato são palavras de difícil definição, havendo muitas variações, devendo considerar os diferentes contextos dos quais o termo campesinato é usado (SEYFERTH, 2011).

A formação da identidade étnica de um grupo ocorre por meio da comunicação entre diferentes grupos que acabam absorvendo outros traços culturais. Como descreve Canclini (2003, p. XXIII):

[...] não é possível falar das identidades como se se tratasse apenas de um conjunto de traços fixos, nem afirmá-las como a essência de uma etnia ou de uma nação. A história dos movimentos identitários revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência.

Define-se um grupo étnico como uma coletividade de pessoas que participa de padrões de comportamento e que fazem parte de uma população interagindo com outras coletividades. Por sua vez a etnicidade vai além do conceito de grupo étnico, é a condição de um membro de um grupo étnico.

Weber traz considerações sobre comunidades étnicas e nação, conferindo ao Estado brasileiro na formação de campesinatos que também receberam rótulos étnicos (SEYFERTH, 2011).

Como afirma Sacristán (2002, p. 75), “A essência do existir de uma cultura como algo vivo é o fato de ser compartilhada, de englobar indivíduos [...]” e, nesse sentido, “[...] toda cultura pressupõe certa dinâmica de expansão ou de captação de indivíduos”.

Pode-se afirmar que o multiculturalismo é uma manifestação típica da pós-modernidade. Neste panorama cultural assistimos à progressiva deslegitimação do Estado e ao mesmo tempo à erosão de certa hegemonia das culturas dominantes; este fenômeno faz com que cada vez mais nos países capitalistas avançados se ponha a questão do lugar e do futuro das minorias. (TURNER, 1994).

O multiculturalismo acaba por trazer questões delicadas sobre a desigualdade social, a perda de identidade e influência de culturas devido a globalização que contrapõe contrastes entre a autonomia da pessoa em sua cultura de raiz e uma rede relações necessárias para o exercício da sociedade, liberdade e prática de responsabilidade.

Ressalta-se que durante as décadas de 1960 e 1970, estudos antropológicos sobre os camponeses aumentaram, em particular no Nordeste, em virtude da ocorrência dos movimentos sociais que contestavam a ordem oligárquica de dominação. No entanto, na região Sul também foram disseminados estudos, pela prevalência da colonização com imigrantes e descendentes. (SEYFERTH, 2011).

Houve também uma contextualização econômica do campesinato que confrontou diferentes tendências teóricas no campo da antropologia. Considera-se, contudo, o lar camponês como uma unidade econômica específica, com renda familiar e não individual que não pode ser compensada com ausência de salários atribuindo um valor ao trabalho na verdade não remunerado dos membros da família. Deste modo, a teoria da economia camponesa é uma proposição bem ampla no qual as atividades devem ser compartilhadas pelos membros da família (SEYFERTH, 2011).

Em 1950, a teoria econômica teve maior espaço na antropologia envolvendo o campesinato, em que se foi ressaltada a inaplicabilidade intercultural da teoria econômica formal na análise das economias não capitalistas.

O campesinato envolve o caráter familiar da pequena produção agrícola, sendo qualificado como agricultura familiar. Teixeira (1996, p. 142) explica bem essa questão:

A tendência é a crescente importância de outras atividades em detrimento da atividade agrícola. Isso pode ser explicado como uma consequência das políticas de modernização agrícola adotadas pelo Estado a partir da década de 1960, nas quais o segmento de pequenos produtores não foi privilegiado. Portanto, ao não encontrar meios de obtenção de renda com a produção agrícola, a família rural se volta para o artesanato, o comércio e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico e suprir as necessidades familiares.

O problema é que quando a família rural não possui terras suficientes para seu cultivo e não vê outro meio de sobrevivência no seu espaço, passa a buscar várias estratégias para sobreviver.

Exemplificando essa busca por sobrevivência cita-se o fato de migrar para a cidade, vender sua propriedade aos neo-rurais a serem exploradas como meio de

lazer, se tornam prestadores de serviço desses neo-rurais ou procuram combinar a atividade agrícola com a não agrícola. (TEIXEIRA, 2000).

Ao que indica, parece iniciar um abandono da atividade não agrícola, mas Graziano Silva (1999, p. 153) assegura que:

Embora as atividades não agrícolas deixem de ser complementares e passem a ser a principal fonte de rendas para as unidades familiares pluriativas, isso não significa necessariamente o abandono da atividade agrícola.

Segundo Eric Hobsbawm (1995), existe uma dificuldade, tanto entre as novas quanto entre as gerações mais antigas, de compreensão de uma para com a outra. Da mesma forma, existe dificuldade para os agricultores mais velhos aceitarem os valores diferenciados e a visão de mundo das novas gerações. Esta lacuna existente entre diferentes gerações evidencia o contraste existente entre elas

Enfim, o rural brasileiro vem passando por constantes transformações e sua população precisa se adequar para que encontrem atividades geradoras de renda que possam os manter no campo, porém, a adoção de políticas públicas que gerem incentivos e melhore a qualidade de vida do meio rural se faz necessário.

Os próprios camponeses a partir da noção de identidade, coletiva e individual reivindicam um modo de vida diferenciando, articulando percepções de ruralidade. Entende-se que o camponês é explorado, mas também se auto explora, como diz Grignon (1975, p. 21):

[...] é explorado por adversários anônimos, por ninguém, por todos, por mecanismos abstratos, pelo mercado e até por "outros" representados por si mesmo. Híbrido contraditório, fadado ao desaparecimento segundo autores que têm percepções limitadas das transformações sociais no campo.

No campesinato, a identidade coletiva vincula-se à posse da terra e a agricultura familiar específica e diferente, produzindo representações simbólicas articuladas a situações que muitas vezes não são compartilhadas pela agricultura do agronegócio. No entanto, há uma visão generalizada sobre os agricultores entendendo-os apenas em sua coesão com a terra, mas não nas interpretações e valores que a relação com a terra produz. É o que será visto nos próximos capítulos.

### **2.2.2 A construção do espaço territorial e fronteiras.**

O campo e a cidade sempre foram vistos como dois territórios geograficamente distintos e que muitas vezes se contrapõe culturalmente, ou seja, sendo o campo considerado, popularmente e ideologicamente, como aquele local ultrapassado, onde são realizadas atividades rurais, e localizados nos interiores dos estados. Já a cidade, representada pela capital do estado, sempre foi vista como o espaço de urbanização, avanços tecnológicos e um centro comercial. A partir desta visão, muitas políticas de estado não veem a agricultura familiar, como espaço de desenvolvimento.

Alentejano (2003) destaca a importância de que é necessário a sociedade entender os espaços rurais e urbanos enquanto diferentes. Isto significa que o rural não pode ser visto como atrasado, enquanto que o espaço urbano se trata de progresso e avanços técnicos. Ambos os espaços se constroem com técnicas e “artificialidades”, ou seja produtos culturais oriundos das relações sociais e da natureza.

No que se confere também no entendimento de Lipietz (2002, p. 18):

Homens são parte da natureza, respiram-na e dela tiram sua alimentação, ainda que hoje, irrefletidamente, os jovens relacionem os produtos derivados do leite ao supermercado, em vez de associá-los ao campo.

Assim, o território rural foi construído socialmente fazendo surgir sua identidade cultural, permeando um sentimento de vínculo ou identificação de uma coletividade em maior ou menor grau que é dinâmico e se modifica a partir das relações sociais com outros grupos de fora.

É importante destacar que esta construção do espaço territorial também encontra diferentes interpretações quando relacionadas ao estudo da cultura. Para Barth (2000), a identidade é um processo que se apresenta dentro de uma perspectiva analítica de construção de categorias sociais, no qual devem ser compreendidos a partir do seu contexto geográfico, histórico e econômico. Ou seja, sem entender estes contextos agindo na cultura, tem-se uma interpretação limitada ou equivocada da construção do espaço territorial, logo também de suas políticas públicas.

Barth (2000) nos estudos sobre as fronteiras entre os grupos étnicos a partir das relações culturais, para ele as fronteiras não se configuram simplesmente numa perspectiva geográfica, mas da construção dos “estatutos” e dos “contatos” num processo contínuo de mudanças culturais que acontecem a partir das novas configurações, dadas estas relações.

É importante estabelecer que existe diferença entre tipos de territórios. Aquele estabelecido por decisão política com região geográfica pré-definida e o território construído a partir do encontro de atores sociais e suas relações culturais. Neste último, há uma identidade cultural construída, associada ao território como espaço de ação coletiva, formadas por relações histórico-culturais (CUCHE, 2002).

Nas palavras de Cucho (2002, p. 176):

Em última instância, a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas.

Barth destaca os “traços organizacionais” como sistemas que são encontrados nas regras das relações interétnicas, como sendo também, “estatutos” (contratos e regras subjetivas) que regulam as situações destas relações. Nestas relações variadas e dinâmicas os sistemas podem ser políétnicos, principalmente nos sistemas de comércio e produção intercultural. Há controles como regras que se circunstanciam de acordo com novos contatos e estatutos, fazendo com que os comportamentos decorrentes destes estatutos culmina com a identidade étnica (BARTH 2000).

As identidades e padrões valorativos são transformados através de novos estatutos imperativos, ocasionado, muitas vezes, aos indivíduos que não mudam seus padrões, e aqueles diferentes a serem entendidos de forma negativa, inadequada para aquela identidade. Estes sistemas de sanções e dicotomizações são considerados a manutenção da cultura, ou seja, um reafirmar e reorganizar a identidade como novas “fronteiras” através das relações interétnicas (BARTH, 2000).

Estes são aspectos relacionados no entendimento da identidade aos fatores psicológicos de pertencimento somados à interpretação das formas de categorias sociais contemplam um entendimento coeso ao se entender a construção cultural num espaço territorial.

Wanderley (2000), em relação à interpretação das relações entre o campo e a cidade, considera duas correntes, sendo a primeira a visão dualista e dicotômica, que opõe o espaço rural do espaço urbano, sendo o campo, refletor do atraso, enquanto que a cidade reflete o progresso. A segunda corrente mencionada pelo autor é a *continuum rural-urbano*, esta que se fundamenta na ideia de que o avanço do processo de urbanização representa mudanças significativas para toda a sociedade, influenciando também o espaço rural, fazendo com que esse espaço se aproxime do espaço urbano.

Essa última corrente, *continuum rural-urbano*, é a que melhor se contextualiza na relação entre campo cidade como espaços compartilhados. Esta relação reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o seu sentimento de pertencimento ao lugar. (WANDERLEY, 2000).

Ressalta-se que na própria corrente do *continuum rural-urbano*, segundo Wanderley (2000), existem mais duas interpretações, a urbano-centrada onde ocorre uma hegemonização espacial e social que apontam para o fim da realidade rural. E outra, que considera o *continuum rural-urbano* com a aproximação entre o campo e a cidade, havendo semelhanças entre eles, as peculiaridades de cada uma não são excluídas, portanto, não há possibilidade do fim do espaço rural.

Como se pode perceber há uma ampliação do espaço urbano ao se utilizar o termo tecido urbano, os autores incluem as vias de circulação, torres de transmissão, redes de energia, enfim, objetos técnicos que estejam presentes no espaço rural, mas que na verdade tenham características urbanas.

Na abordagem de Pierre Clastres (2003), as sociedades primitivas, como são consideradas no vocabulário urbano as populações rurais, são discriminadas a partir de

uma visão fundamentalista política nas relações de trabalho capitalista. Para o autor, as sociedades primitivas são sociedades de oposição cultural à relação de dominação da cidade.

Clasters estabelece críticas aos modelos de interpretação das relações sociais onde valores positivos estão na quantidade de trabalho excedente para acúmulo de riquezas. Para ele a motivação satisfatória está na produção básica de energia para seus gastos, organizando seu tempo na importância da vivência de outras atividades. Nas suas palavras:

Para os homens das sociedades primitivas, a atividade de produção é exatamente medida, delimitada pelas necessidades que têm de ser satisfeitas, estando implícito que se trata essencialmente das necessidades energéticas: a produção é projetada sobre a reconstituição do estoque de energia gasto. Em outros termos, é a vida como natureza que – com exceção dos bens consumidos socialmente por ocasião das festas – fundamenta e determina a quantidade de tempo dedicado à reproduzi-la. (CLASTERS, 2003, p. 214)

O autor segue enfatizando que quando esta dinâmica de relação de trabalho, visando aspectos fundamentais na produção interna da energia suficiente para as necessidades do grupo é quebrada pela imposição de formatos de produção de excedente para acúmulo de capital há a perda da autonomia deste.

Neste processo de mudança é que se pode atribuir o conceito de “trabalho” como produção de excedentes. É então, com o surgimento do trabalho e das divisões deste dadas pelo surgimento do Estado, nestes povos, que o processo de dominação ocorre, forçando novas relações sociais. Logo para Clastres:

Na sociedade primitiva, sociedade essencialmente igualitária, os homens são senhores de suas atividades, senhores da circulação dos produtos dessa atividade: eles só agem para si próprios, mesmo se a lei de troca dos bens mediatiza a relação direta do homem com seu produto. Tudo se desarruma, por conseguinte, quando a atividade de produção se afasta do seu objetivo inicial, quando em vez de produzir apenas para si mesmo, o homem primitivo produz também para os outros, sem troca e reciprocidade. Só então é que podemos falar em trabalho: quando a regra igualitária de troca deixa de constituir o ‘código civil’ da sociedade, quando a atividade de produção visa satisfazer as necessidades dos outros, quando a regra de troca é substituída pelo terror da dívida.”(...) “É a isso que nós devemos nos pretender com firmeza: as

sociedades primitivas não são os embriões retardatários das sociedades ulteriores, dos corpos sociais de decolagem 'normal' interrompida por alguma estranha doença; (...) "O aparecimento do Estado realizou a grande divisão tipológica entre selvagens e civilizados, e traçou uma indelével linha de separação além da qual tudo mudou, pois o tempo se torna história (CLASTRES, 2003, p. 213-217).

A partir do estudo de Clastres não se pode deixar de indagar: É preciso e necessário que a agricultura familiar, para ser reconhecida, necessariamente tenha que produzir excedentes para as cidades? Que os povos da Amazônia, entendidos como comunidades tradicionais, necessariamente mudem sua relação de trabalho, também em excedentes para suprir demandas urbanas na sociedade?

Respostas, neste momento cairiam na superficialidade. No entanto, há no movimento camponês uma pressão externa, principalmente pela disponibilidade de projetos de produção "familiar" pelo estado, de capitalizar o camponês para uma jornada salvadora das cidades. São questões a serem aprofundadas.

Com o processo migratório do campo para a cidade, a urbanização se fortalece fundamentando-se num sistema de produção capitalista, onde o campo passa a ter menor importância, com exceção do emprego de modernização voltada para as monoculturas. No entanto, Santos (1996) enfatiza que esta modernização da agricultura aproxima o campo e a cidade em novas relações tecnológicas e econômicas. Como descreve:

Nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes [...] a agricultura moderna, à base de ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima. (SANTOS, 1996 p. 227).

Nesse contexto, a relação do campo com a cidade se torna diferente, uma vez que tecnologias inovadoras disponibilizadas para a produção em larga escala, modificam as práticas tradicionais locais numa lógica de mercado competitivo voltado ao capital. Ou seja, tem-se na relação do campo com a cidade a unidade determinada pelos objetivos prioritários da agricultura de economia capitalista e globalizada. Como reforça Santos:

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. (SANTOS, 1996, p. 242).

Portanto, as diferenças entre o rural e urbano vão se dissolvendo à medida que uma ideologia comum é construída em torno de necessidades prioritariamente visando o capital.

Mattei (2008) aborda a discussão de que a inserção intensiva de novas tecnologias com o poder do capital na agricultura, através de máquinas, insumos químicos, equipamentos e, principalmente das agroindústrias, reduziram famílias de agricultores para um processo de dependência do capital. Este processo levou estas famílias, de forma progressiva, à obrigatoriedade de adquirir produtos industrializados da cidade para seu consumo, bem como para sua produção. Segundo o autor, foi daí que ocorreram mudanças no modelo de desenvolvimento na agricultura e no sistema de produção familiar configurando-se, progressivamente novas maneiras de construção do espaço e das relações sociais.

Explica-se que o mundo rural sofreu várias transformações com a entrada do capitalismo, mas sem perder sua importância. Até meados do século vinte o processo de produção rural tratava-se de uma forma de sustento e as relações de trabalho não se baseavam apenas nas leis de mercado e sim em trocas entre famílias, parentes e vizinhos. (MARTINS, 1975).

Portanto, vale salientar que, com a entrada do capitalismo é sufocada a economia tradicional de subsistência da agricultura familiar camponesa, e com isto as relações sociais e os valores culturais locais identitários das localidades. Esta entrada fazia com que a agricultura familiar camponesa e os trabalhadores rurais fossem inseridos no meio urbano como consumidores e em seguida expropriados de suas terras para viver e trabalhar na cidade em condições subumanas. Esses fatores se devem a ideia de modernização, onde a máquina virou símbolo desta época,

provocando a mobilidade espacial dos agricultores e a busca de novos espaços de terra e de trabalho.

Sobre o termo “subsistência”, Sahlins (1970, p. 118) comenta que esta equivale à “produção para provisão” (...) a produção doméstica não é descrita exatamente como produção para uso, isto é, para o consumo direto. As famílias também podem produzir para troca, assim conseguindo indiretamente o que precisam.

Para Claude Raffestin (1993, p. 153) o território é entendido a partir das relações sociais no espaço. Como se importa:

O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática.

Logo, há críticas que podem ser expostas no sentido de relevar as relações de força, onde quem define onde é o território, o que é uma região nos é dada pela lógica do Estado, o poder central, a capital. Claude Raffestin (1993, p. 182) aponta este norteamento da imposição do entendimento sobre território da cidade sobre outras regiões:

[...] É inteiramente da lógica do Estado construir uma imagem de diversidade que ele assenta sobre a uniformidade. A região é dita, não vivida. E, no entanto, podemos nos enganar com isso, e de fato nos enganamos, uma vez que baterias de decretos e leis parecem dar uma consistência à ideia de região.

Esta consideração do geógrafo político Raffestin é substancial para uma crítica às políticas públicas. Significa que há na construção destas a desconsideração pelas diferenças no entendimento dos espaços construídos pelos grupos culturais diferentes a partir de suas relações sociais. Muito além, as políticas públicas para os agricultores familiares sofrem uma imposição e padronização dadas pelo Estado sediado na capital, porém da cultura globalizada e urbana.

No entender de Raffestin, a relação entre capital e campo se dão numa relação de dominação deste primeiro. No entanto, é importante destacar que o cidade não

sobrevive sem as produções oriundas do campo. As forças do poder do capital centralizadas na cidade constroem estas disparidades. No que ele descreve:

[...] A capital se apoia, em geral, numa ou em várias regiões, controla uma ou várias nações ou, enfim, se inscreve em grandes espaços. Por quê? Porque nenhuma capital pode possuir nela própria os recursos necessários ao exercício do poder. Ela pode reunir, drenar ou coletar recursos úteis, mas é pouco capaz de gera-los por si mesma (RAFFESTIN,p.196).

No que Raffestin (1993) segue descrevendo, os efeitos da mudança de poder dentro de um território, ou seja das relações sociais, cada poder em exercício possui formas diferentes de pensar e agir. Logo, os processos de construção dos territórios são dinâmicos e se transformam.

Este posicionamento de Raffestin implica que as fronteiras e os limites são duas das razões que são responsáveis pelas políticas públicas e estão em constante dificuldade de se relacionar com o Estado. Isto sem considerar que as dinâmicas podem levar à crise no território, crise de relações, modificando a geografia da região tanto politicamente quanto socialmente e, em casos mais graves fisicamente. Ou seja, a imposição de entendimentos por parte do Estado, sobre o significado de território, que conseqüentemente fundamenta uma política pública, pode levar a uma mudança radical naquele lugar das práticas produtivas e valores culturais. Como são quando se considera, por exemplo, a produção agrícola de mercado uma imposição aos grupos de agricultores familiares numa região.

Para Bertha Becker (2010), a Amazônia está inserida num contexto da globalização que modifica a construção dos territórios. Novas regras e lógicas mundiais são impostas nas políticas de desenvolvimento levando governos a implementá-las sem considerar fatores específicos nos territórios. As regras do mercado mundial, através das multinacionais, novas tecnologias de comunicação, de produção e de pesquisa, expressam um novo modelo que modificam as políticas. O Estado está perdendo sua força de decisão sobre estas, sendo esta lógica de mercado mundial sobreposta a partir deste novo modelo de capitalismo onde a economia é internacionalizada.

Percebemos nestas abordagens de Raffestin e Becker algumas diferenças, mas que estas se complementam ao entender as dificuldades da agricultura camponesa em existir e resistir na terra a partir de sua cultura e territorialidade. O primeiro a imposição do Estado, numa perspectiva direta sem valorizar as territorialidades diferentes. A segunda, nem o próprio Estado tem o domínio das decisões fundamentais sobre as concepções de suas políticas para a agricultura familiar.

Nestes contextos mundiais que influenciam os contextos territoriais regionais, há resistências de modos diferentes de produção do espaço que entram em conflito com o Estado e as forças do capital. Os movimentos sociais reivindicam o uso de seus territórios numa valorização dos seus espaços culturais, internos, produtivos e da própria vida como mantenedora de seus valores. Ou seja, há oposições que se organizam nos territórios rurais e buscam valorizar suas formas produtivas tradicionais que se contrapõe ao modelo da economia globalizada de mercado (LEFEBVRE, 2001).

Com o avanço da modernização tecnológica após a segunda metade do século vinte, a produtividade agrícola cresceu substancialmente priorizando o capital e com ela ocorreu a proliferação de empresas rurais. Com isto, o espaço rural passou a ser valorizado pelas indústrias como meio de minimizar os custos e potencializar a agricultura comercial.

Ressalta-se que o desenvolvimento econômico proporcionou o acesso dos trabalhadores rurais aos serviços na cidade, reduzindo a distância física e social entre as populações. Além disso, o campo deixou de ser somente espaço agrícola para se transformar em um ambiente de lazer para os moradores das cidades que procuram uma melhor qualidade de vida longe de congestionamentos e poluições urbanas. (WANDERLEY, 2000).

Esse fenômeno provoca uma mudança na identidade dos camponeses, que se trata da interação do “eu” com o “outro” sendo influenciados pelos valores, crenças e ideologias do capital no indivíduo. Ou seja, como uma ação em sucessivo desenvolvimento capitalista e obrigatoriedade de mudanças constantes, havendo um

processo eficaz associado a mudanças em relação a tempo e espaço social de referência (SANTOS, 2000).

Da mesma maneira aborda Barth (1998) a partir de seu entendimento de “grupos de pressão” como os grupos de oposição às pressões exteriores que estratificam as relações sociais e impõem nas comunidades locais as políticas majoritárias de Estado. A estratificação, pode levar os sistemas poliétnicos à relações desiguais e mudanças culturais, principalmente em modalidades hierárquicas de poder. Descreve ainda que as minorias, parias e organizações de periferia são resultados consequentes desta variabilidade de sistemas de relações que acontecem nos contatos como fronteiras. Outros aspectos de variações, grupos de pressão como contato, acrescentam estas constelações de possibilidades de estudos das relações e mudanças culturais.

As fronteiras são as fronteiras sociais, não apenas em território físico, mas nas relações como grupo étnico em contato social e em forças de dicotomização (oposições) com outros, que também servem como meio de manutenção (afirmação da identidade através de traços modificados pelos contatos) de fronteiras culturais. Ou seja, O contato com identidades diferentes levam o grupo às mudanças, no entanto, estas mudanças não são totais, pois também servem para, na contrariedade, reforçar sua própria identidade (BARTH, 1998).

Discorrendo sobre o conceito de ruralidade e identidade, os autores Candiotto e Corrêa (2008) descrevem que o termo é apontado por duas correntes, sendo que a primeira vê a ruralidade como um processo de valorização do meio rural, sendo a mesma disseminada pelas instituições globais por meio de financiamentos e políticas públicas.

Segundo os autores, está embutido nesse interesse das instituições a ampliação das relações capitalistas por meio de políticas e atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural. Candiotto e Corrêa (2008, p. 232) afirmam que:

Nessa perspectiva, a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela população rural, mas mais uma ideia imposta por organismos concentradores

do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e propagada por diversos pesquisadores como novos aspectos da realidade do espaço rural.

Já a segunda corrente que conceitua ruralidade, prefere tratar a mesma como uma realidade empírica, construída, sobretudo de forma endógena, ou seja, internamente. Para demonstrar o conceito de ruralidade dessa segunda corrente, Candiotta e Corrêa (2008, p. 233) citam Moreira (2005) afirmando que:

As ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais.

Estabelecendo um paralelo analítico destes conceitos e teorias com as práticas da CEPRRA a partir do PDA e as relações com o Estado, podemos perceber claramente as dificuldades de efetivação do Projeto, uma vez que os entendimentos sobre agricultura, ruralidade nas políticas de Estado preconizam e impõe a cultura dominante da agricultura e pecuária extensiva na região do Apiaú. E sendo esta também um fator de globalização econômica mundial impõe uma ideologia de desenvolvimento somente via economia de exportação, acúmulo de terras, desmatamentos e o conseqüente combate à agricultura familiar, tradicional e de conservação dos recursos naturais. Este combate se dá através da descredibilidade das práticas de preservação ambiental, uma vez que não priorizam o econômico, bem como da desvalorização da “ruralidade” comparada com a cidade. No entanto, ambos espaços produzem suas territorialidades que devem ser de igual perspectiva valorizados.

Em relação a esse assunto, o autor Biazzo (2007, p. 19) destaca que:

[...] em ambos espaços se manifestam identidades sociais que configuram ruralidades e urbanidade. Em paisagens do campo e das cidades (formas, conjuntos de objetos) existem urbanidades e ruralidade (conteúdos – heranças, origens, hábitos, relações, conjunto de ações) que se combinam, gerando novas territorialidades, admitindo-se que cada local ou região pode abrigar diferentes territorialidades superpostas, relativas a diferentes atores sociais.

Diante do exposto, compreende-se que o termo “rural” não se trata mais somente de um espaço geográfico, ou de atraso que se contrapõe ao moderno e, sim expressa as relações sociais, culturais e econômicas nela inseridas que influenciam os

projetos orientados pelas políticas públicas. Estas relações sociais não são inertes ao processo de capitalização na agricultura familiar, uma vez que as ideias de crescimento econômico e tecnológico, oriundos do consumismo urbano se veem nos objetivos das políticas públicas aos agricultores familiares.

Isto significa que, as práticas identitárias de construção do espaços territoriais da agricultura familiar na produção e nas relações sociais estão em constante tensão entre a valorização dos saberes tradicionais nestas relações e os valores capitalistas empregados pelo mercado e consumismo. Logo, os projetos como o PDA/PPG7 na CEPRA, estão inseridos nestas tensões, cujas dificuldades se manifestavam internamente nos objetivos da produção e externamente nas relações com o Estado e os poderes locais.

### **2.2.3 A construção da identidade dos agricultores familiares camponeses.**

A importância da agricultura familiar para a economia se refere aos tempos modernos, haja vista, antigamente a sua necessidade se resumia à subsistência para o produtor rural e sua família. Ou seja, no século XXI há um reconhecimento da importância da agricultura familiar na sociedade, no entanto, este reconhecimento somente é entendido enquanto valores de mercado e do capital, tendo a terra apenas como meio para tal.

Em alguns conceitos sobre agricultura familiar, destaca Lamarche (1993, p. 15):

A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado à família. E a interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão de patrimônio e sua reprodução.

Percebe-se que de uma forma cooperativista, a agricultura familiar transfere a exploração da força individual para o grupo familiar, visando por meio da introdução do

capitalismo novos aspectos econômicos, excluindo assim, o seu uso exclusivo para a subsistência.

No entendimento de Sahlins (1990), nos seus aspectos que trabalha a ruralidade na construção da identidade, esta se mantém viva, se reproduz na cultura sendo passada por gerações. No entanto, a identidade não é estática, se transforma com as mudanças que ocorrem no ambiente das relações sociais entre grupos e situações diferentes. O conceito de identidade faz parte da relação de uma cultura com outra e que desta maneira está imbricada com a identidade pessoal. Logo, é ligada, também, aos fundamentos psicológicos da existência humana enquanto sujeitos que produzem cultura a partir da interação com o “outro” e com as situações exteriores.

Desta maneira, tem-se como resultado a unidade do grupo social em torno de uma coesão construída a partir do outro diferente. A identidade é a interação do “eu”, local, com o “outro”, externo, influenciando os valores, ideias, crenças e ideologias do indivíduo, como um processo em contínua transformação, havendo um processo dinâmico associado às mudanças em relação ao tempo e espaço social como referência. Logo, a cultura estabelece um modelo de conduta e relaciona as pessoas de acordo com as características consideradas comuns e adequadas aos membros de determinadas categorias daquela cultura.

Pode-se dizer que a identidade é estabelecida na relação social com o outro e com os espaços externos, é um fenômeno concreto, social, psicológico, histórico e político. De acordo com Ciampa (1998):

A identidade é concreta; a identidade é o movimento de concretização de si, que se dá necessariamente, porque é o desenvolvimento do concreto e, contingencialmente, porque é a síntese de múltiplas e distintas determinações. O homem como ser temporal, é ser-no-mundo, é formação material. (...) Como ser histórico, como ser social, o homem é um horizonte de possibilidades (...) Na práxis, que é a unidade da subjetividade e da objetividade, o homem se produz a si mesmo. Concretiza sua identidade. (CIAMPA, 1998, p. 201)

O ser humano faz escolhas todos os dias, onde relaciona uma reunião de conceitos estabelecidos que surgem como uma forma de julgar aquilo que lhe será importante ou que irá lhe satisfazer.

Tomando como base as ideias de José L. Santos (2007), contextualiza-se a cultura desde sua diversidade, desenvolvimento e sociedade. Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade e de suas relações, não se atribui a causas naturais já fixas, dadas e imutáveis. Seguindo esta linha de raciocínio, ressaltam-se que o ambiente e a identidade humana estão estreitamente ligados, as condições determinadas pelo lugar alteram o modo de vida das pessoas, portanto à medida que o local sofre modificação, as pessoas também se renovam para adaptar-se a esse.

No campo da antropologia, o campesinato e a sociedade camponesa possuem abstração conceitual, em que camponeses constituem sociedades parciais com culturas sociais e o camponês é um cultivador do solo para que a terra que ele e a família trabalham seja um lar e um modo de vida.

Considera-se, deste modo, o multiculturalismo como um desafio para a construção da identidade do ser humano, devido a necessidade de reconhecer a própria cultura e de ultrapassar os estereótipos que impossibilitam a criação de uma verdadeira identidade.

Um desafio político do século XXI será a escolha entre duas opções possíveis: ou uma política de destruição das identidades culturais pela exterminação, a exclusão ou a assimilação – ou a instituição de sociedades políticas multiculturais nas quais as relações de diálogo produzirão mestiçagem cultural. Este desafio é o da fraternidade cívica. (SANTOS, 2000).

O multiculturalismo, segundo Milton Santos (2000) coloca o indivíduo a decidir sobre a sua identidade e a identidade do outro, que não é uma situação simples, provoca resistências contra a identidade estereotipada e o reconhecimento da sua unicidade, o entendimento que cada indivíduo, cada identidade é específica.

A globalização tem uma grandeza cultural substantiva, através de comércio de produtos culturais que confere uma globalização cultural – sobretudo pelos procedimentos de conhecimento e comunicação-transporte, comprometendo os estilos de raciocinar e viver dos sujeitos, de grupos e das sociedades de países, regiões ou lugares, com distinções de intensidade e alcance. (SACRISTÁN, 2002).

Nesse caso, concebe um desafio porque acende a constituição da própria identidade tendo em conta também a ideia que o outro tem do indivíduo, onde a diferença do outro transforma o seu comportamento.

De acordo com Costa (2001, p. 23):

O multiculturalismo, enquanto toca uma dimensão tão fundamental da pessoa como é a identidade, é um fenômeno que exige uma abordagem interdisciplinar; uma necessidade que procuraremos ter em conta na nossa investigação. Enquadrando a questão do multiculturalismo nestes termos, é evidente que a procura vai muito para além de uma pura questão de salvaguarda de direitos individuais versus direitos coletivos.

Na verdade o multiculturalismo pode ser entendido como o primeiro passo para a mudança, o início de uma análise que coloca em causa a disposição de hegemonia das culturas dos grupos étnicos dominantes, referindo-se as identidades coletivas quanto à importância da igualdade social.

O agricultor familiar camponês, portanto, sofreu várias transformações culturais com a entrada do capitalismo. Nos tempos “antigos” o processo de produção rural tratava-se de uma forma de sustento e as relações de trabalho não se baseavam apenas nas leis de mercado e sim em trocas entre famílias, parentes e vizinhos. Após a revolução verde (1970), que implantaram a ideologia do capital e mercado, através das monoculturas, tecnologias em plantios de larga escala, os agricultores familiares adaptaram-se à estas novas práticas (MARTINS, 1975). Estas práticas acabaram criando uma nova cultura nas relações sociais e mudando objetivos, sonhos e interpretações do mundo rural em que viviam direcionados pela lógica do capital na agricultura.

Esta lógica do capital entra na individualidade com novas certezas e práticas, bem como, na aceitação das relações sociais entre grupos, formando códigos de coesão comum que referendaram e impulsionaram as políticas públicas, também na agricultura familiar.

Há, no entanto, uma outra construção identitária na agricultura familiar. Uma construção cultural que valoriza as tradições antigas de produção familiar como

potencialidade. Pode-se dizer que esta é a agricultura familiar campesina, oriunda de movimentos sociais e que influenciaram, dentro de um contexto ambiental global, descrito no primeiro capítulo, novas políticas públicas tais como o PDA/PPG7. Esta identidade valoriza as diferenças culturais, a biodiversidade e, principalmente, relações que não priorizam o mercado capitalista, mas a manutenção desta cultura enquanto qualidade de vida no campo e para a cidade.

Froehlich (2002) reconhece que esta é uma categoria de pensamento não só local, mas também do mundo social que se diferencial do capital. Para ele:

Se o rural é uma categoria de pensamento do mundo social (Mormont, 1996), então, é possível apreender em sua análise as dinâmicas sociais e as transformações em curso que a lógica cultural contemporânea imprime. A valorização das diferenças culturais e das biodiversidades, as possibilidades de se construir identidades (culturais, étnicas, regionais etc.), o resgate e a composição das tradições com o moderno são elementos que se articulam na produção de novos sentidos (e funções) para o rural, conjuntamente com a associação positivada deste com a natureza. Em conjunto, tais fatores têm permitido aos espaços rurais o estabelecimento de novos patamares de relações, experiências e valorizações, que expressam o caráter estratégico do rural nas perspectivas de futuro e na tessitura presente das sociedades contemporâneas (FROEHLICH, 2002, p. 36).

Junto ao processo de diversificação do setor agrícola ocorre uma alteração da identidade dos agricultores na qual o formato tradicional deste estão em vias de tornarem-se entidades bastante diferentes daquelas que estamos habituados a perceber na agricultura de mercado, ou seja, a Pluriatividade nas atividades agrícolas gerou alterações em termos de representação política e auto-identificação.

A multifuncionalidade do rural e a Pluriatividade são manifestações que produzem novos sentidos e funções para este espaço e para a cultura. Deste modo, com a emergência do fenômeno da Pluriatividade, na última década, as políticas públicas se intensificam valorizando pequenos projetos locais. Estes incentivam produções diversificadas de acordo com o que cada cultura possui de especificidade local como valor para suas famílias, chamadas também de características pluriativas.

Destaca-se ainda que a identidade aqui abordada se refere à identidade cultural como um mecanismo de sobrevivência, defendendo o sujeito e seu território local e suas relações com o mundo e com a sociedade, onde fatores políticos

estruturais também influenciam a construção de identidades diferentes no âmbito da agricultura familiar.

Logo, os valores do capital, empregados na construção do espaço e na formação da identidade compreendem uma barreira que não permitem as políticas públicas classificarem e especificarem suas orientações.

No capítulo seguinte será trabalhada a implementação prática do PDA/PPG7. Este tem como fundamento os valores do codesenvolvimento, bem como iniciativas práticas para que esta política pública esteja mais enraizado nas realidades e culturas locais.

Os objetivos do PDA, conforme já visto, visam a transformação das práticas assistencialistas para a busca da autonomia dos agricultores familiares camponeses valorizando sua cultura e saberes diferenciados. Isto porque, na prática as políticas públicas locais ainda não caracterizam-se como sustentáveis, mas apenas enquanto discurso ao desenvolvimento propagado pelos governos.

O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme Sachs (1989), até a implementação dos projetos e programas, não encontra-se a dimensão política como fundamental para a discussão das relações de poder como instrumento de sustentabilidade visando diminuir os conflitos entre estes camponeses e os governos. Logo, a análise destas experiência da CEPRA com o PDA, que a partir de sua identidade tem práticas e objetivos diferentes do uso da terra chocam-se com antigos valores clientelistas, bem como, com políticas voltadas para a agricultura familiar que priorizam o mercado e o capital, são descritas no capítulo seguinte como desafios.

Como será demonstrado nos capítulos seguintes, são perceptíveis as dificuldades na formulação e implantação das políticas de desenvolvimento na Região. Estas dificuldades encontram-se principalmente na escassez de entendimento sobre as diferentes formas de uso da terra, de reconhecimento de diferentes grupos cuja identidade possui uma forma diferenciada de entender os valores da terra, da produção e das relações sociais e de poder com o estado. Ou seja, as relações políticas locais,

de produção e contextos culturais são diversas e não contempladas nas políticas públicas à agricultura familiar.

Estas dificuldades não são, muitas vezes, reconhecidas nas políticas públicas que tendem a generalizar e padronizar os programas direcionando-os prioritariamente ao capital pela via única no entendimento da agricultura familiar tal como é o agronegócio.

Quer-se demonstrar que uma das dificuldades fundamentais para as políticas públicas é a incompreensão sobre as diferentes identidades locais nos espaços e territórios distintos, bem como diferentes grupos de agricultores familiares, tais como os agricultores familiares camponeses.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO – RUMOS PARA UMA “AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA”**

O objetivo deste capítulo final é analisar as experiências da CEPRRA com o PDA relacionando-as no diálogo interdisciplinar sob à luz de aspectos teóricos quanto às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Ou seja, relacionar os resultados destas experiências, seus desafios e perspectivas em novos caminhos para as relações entre Estado e estes agentes sociais.

#### **3.1 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DIFERENCIADA NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA**

Opondo-se a este modelo de ocupação estratégica e política, surge em 1994 a Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Apiaú (CEPRRA). Esta cooperativa passa ser um marco na tentativa deste determinado grupo se fixar na terra, e produzir sem haver a necessidade de novamente migrar em busca de novas áreas. Para isto era necessário modificar as práticas agrícolas de uso do solo e plantio, adequando-se em novas soluções que não sejam a monocultura e propor novas metodologias de trabalhar a terra sem degradar o ambiente em que vivem. Da mesma maneira, este grupo diferenciado almeja sua autonomia num processo de não depender única e exclusivamente de favores assistencialistas dos poderes estatais, ou da “ajuda” do governo.

Desta forma, a CEPRRA torna-se um grupo diferenciado no Estado de Roraima, formado por agricultores familiares que, fora das esferas governamentais iniciam, juntamente com organizações sociais de apoio e assessoria, um processo de desenvolvimento inovador, criando raízes e identidade social, que até então não havia incentivo por parte dos governos.

As políticas públicas voltaram-se para Roraima com ênfase em torno das consequências da migração de duas décadas cujos impactos ambientais negativos desta política de desbravamento da mata, ocasionou elevado aumento de queimadas seguido dos incêndios florestais e da destruição do ecossistema existente. A região do Apiaú, fronteira com a reserva indígena Yanomami, foi um dos

focos principais desta catástrofe ambiental que atingiu Roraima em 1998 (KIRCHHOFF e ESCADA, 1998).

Como o PDA foi o único Projeto de Desenvolvimento com características sócioambientais sustentáveis voltados especificamente para a agricultura familiar, passa então a ser aceito pelas autoridades políticas locais, cujo passado era de perseguição e condenamento ao Projeto e à CEPRRA.

Segundo Silva (2005) e Nascimento (2005) o PDA, anterior a 1998, a Cooperativa era visto como ameaça aos poderes políticos locais. Após o grande incêndio florestal, o PD/A, como único projeto sustentável no Estado de Roraima, os políticos locais começaram a vê-lo com simpatia, até porque, esta classe política percebe uma oportunidade de ganho financeiro com a catástrofe, uma vez que vieram várias promessas do Governo Federal e Internacional para recuperar o Estado de Roraima das consequências dos incêndios.

Como destacou também Barbosa (1999, p.59):

O lúcido trabalho de alguns conservacionistas vem tentando inserir a Amazônia nesta nova visão ambiental, muitas vezes contrariando ações políticas-desenvolvimentistas de governos estaduais e federais que atingem como uma bomba-relógio os ecossistemas naturais, as populações locais e a economia nacional. Em Roraima, o mais novo estado amazônico, criado pela constituição de 1988, as áreas de proteção não recebem a atenção devida por parte dos planejadores locais.

Não se pode afirmar que o incêndio de 1998 foi o único momento histórico cujas políticas seguintes de investimento ao desenvolvimento fossem respectivamente somente a este episódio. Roraima a partir deste episódio, passa a ser destaque no cenário nacional e as promessas de investimento para recuperação (KIRCHHOFF e ESCADA, 1998).

Certamente que o incêndio de 1998 trouxe ao debate as inovações das políticas de desenvolvimento que há anos vinham sendo discutidas nos setores populares em Roraima e em outros estados do Brasil, e que por sua vez, conquistavam lentamente as políticas públicas locais, bem como setores acadêmicos das Universidades.

Logo, o incêndio de 1998 foi um marco para a ampliação de programas e projetos governamentais federais e não-governamentais em Roraima. Portanto, a partir deste episódio fortaleceu-se e fixaram-se as bases para o pensamento de sustentabilidade ambiental junto às mais diversas ações e políticas locais.

Segundo Nascimento (2005) e Bibiano (2005), a partir de 1998, o discurso de “sustentabilidade” passa a ser um jargão de uso comum nas esferas estatais onde, até então, circulava apenas nos setores populares. No entanto, o significado desta palavra não é totalmente conhecido nos setores públicos, tais com a sua história e, principalmente, seus objetivos. Portanto, podemos perceber que vários projetos governamentais chamados “sustentáveis” estão aquém de seu significado e de sua política transformada, ocasionando, em muitas práticas, um continuísmo ao populismo puramente assistencialista.

Os setores públicos governamentais de Roraima passam então, após insistências do Ministério do Meio Ambiente, a criar espaços participativos debatendo e discutindo com os setores sociais. Após 1998, os programas cujo fundamento estejam enraizados no ecodesenvolvimento, são valorizados, sem, no entanto, as esferas públicas conhecerem seu significado e sua importância como política de desenvolvimento. Por isso, a terminologia “desenvolvimento sustentável” passa a ser utilizada, muitas vezes, em práticas ainda assistencialistas e como simples jargão político do modismo local (NASCIMENTO, 2005).

Com a implantação do PDA na CEPRRA, os resultados positivos ganharam repercussão entre os agricultores familiares. Durante o incêndio de 1998, o PDA enquanto iniciativa que apresentou resultados significativos do aumento da qualidade de vida no local, acabou sendo um dos únicos projetos confiáveis para o fortalecimento de iniciativas de produção diferenciadas na região. O Ministério do Meio Ambiente, através do Fundo Nacional para o Meio Ambiente (FNMA) passa então a priorizar, ampliar e incentivar o fortalecimento do PD/A em Roraima, com possibilidade de maiores investimentos na tentativa de coibir futuros incêndios florestais.

Os conflitos, principalmente com os governos locais, acirravam-se conforme a CEPRRA executava, gradativamente, o PDA. Isto porque, as estruturas recém

construídas do Projeto, a mobilização desta Cooperativa e os objetivos de seus cooperados, demonstravam a possibilidade de nesta região haver a implementação diferenciada de um projeto, bem como o fortalecimento identitário de um novo grupo, o que chamava a atenção de outros agricultores familiares. Segundo relatos dos cooperados, a população local começava perceber outro referencial de desenvolvimento que não apenas os de assistência que surgiam nas épocas de campanha política-eleitoral. Desta maneira, causava-se certa preocupação aos outros setores da política e economia local (SILVA, 2005, b).

Constata-se, então, o surgimento de um grupo diferenciado que buscava autonomia política, não deixando enganar-se pelos favores que chegavam apenas nas épocas de campanha eleitoral e que por sua vez tinham uma preocupação exclusivamente assistencial e momentânea. Este surgimento é consequência de um processo histórico oriundo do movimento dos trabalhadores Rurais e da CPT/RR, como será visto a seguir.

## 3.2 OS AGRICULTORES FAMILIARES CAMPONESES COMO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO CULTURAL

### 3.2.1 A possibilidade para uma terminologia da “agricultura familiar camponesa” para as políticas públicas

Como demonstrado anteriormente, a partir da formação populacional na região do Apiaú, configurada por migrantes oriundos das diferentes regiões do Brasil e, instalados à sorte pela política estratégica de ocupação populacional dos governos militares, nota-se o surgimento de identidades distintas entre os agricultores familiares formados por dois grupos, o primeiro de agricultores familiares e o segundo de agricultores familiares camponeses que se identificam também enquanto movimentos sociais desta categoria. Este segundo não é reconhecido pelo Estado e suas políticas como grupos diferenciados no sistema de produção da agricultura familiar e nas relações de poder acarretando dificuldades ao seu desenvolvimento diante da imposição da ideologia da produção agrícola capitalista de mercado para dentro da agricultura familiar.

O primeiro grupo de agricultores familiares tem a compreensão de que as relações de poder com as forças políticas locais e do Estado unem-se em benefícios

assistenciais imediatos numa produção fundamentada no desmatamento, conforme também já demonstrado. O segundo, diferentemente, visando a unidade do próprio grupo e autonomia política na tomada de suas decisões participativas e coletivas, também voltados à uma produção tradicional diferenciada compatibilizando desenvolvimento com conservação ambiental.

Dentre autores da Antropologia Política, que descrevem sobre este segundo grupo diferenciado do primeiro, Eric R. Wolf (2003), possui amplo trabalho sobre estudos da macroestrutura das relações de poder estatal e do capitalismo com a América Latina, seus povos e grupos locais. Nestes trabalhos há ampla pesquisa sobre os camponeses em análises de estruturas de poder nas relações culturais internas e externas.

Segundo Wolf (2003), camponeses são aqueles que exercem as atividades rurais, estas voltadas principalmente, e historicamente, para a agricultura de subsistência. Com o processo de industrialização mundial, suas práticas mudam, interagindo com a cidade e produzindo excedentes para a alimentação desta. Esta produção excedente, fundamental para a cidade, não é reconhecida pelo sistema capitalista, colocando os camponeses no âmbito da exploração servil e dependente ao comércio urbano e outros poderes dominantes.

Nesta exploração ocorre a luta de classes entre os camponeses e os setores comerciais e interesses estatais sendo colocados à mercê deste sistema. Logo, camponeses se referem aos grupos e organizações sociais rurais (toda aquela não urbana) que estão exercendo tipos de produção na relação capital/trabalho e na luta de classes.

Isto significa também, segundo Wolf, que camponeses não são apenas agricultores, mas o que hoje se usa como nomenclatura de comunidades tradicionais. Em sua descrição temos:

Na escolha da definição de camponês que seria adequada ao nosso objetivo, devemos lembrar que as definições são ferramentas do pensamento e não verdades eternas. Raymond Firth, por exemplo, define o termo da forma mais ampla possível, incluindo não somente agricultores, mas também pescadores e artesãos rurais (1952:87). Outros podem sentir-se tentados a incluir seringueiros independentes e mineiros de superfície.” WOLF (2003, p. 119)

Como abordado anteriormente, embora esta definição ousada de Wolf amplia a possibilidade da conceituação sobre “camponeses”, não se pode de modo genérico categorizar os grupos não urbanos desta maneira. No entanto, se por um viés de análise estrutural nas relações de capital, “camponeses” podem ser entendidos sob tal nomenclatura. Da mesma maneira, para se referir às formas de interação destes grupos e povos com o capital e as consequências desta interação nas formas de exploração e dominação.

Estas formas de exploração e dominação acabam configurando novas relações de interação nos processos de identificação e identidade cultural. Ou seja, as culturas camponesas em muitas situações de exploração e dominação dos poderes locais, tais como ocorrem na CEPRA, acabam adaptando seus valores e suas relações de poder opoicionistas ao governo (por exemplo) em relações de parcerias, quando lhe convém o aumento da renda e capital. Estas adaptações se comprovam quando, em reuniões de discussão da exploração de seus serviços e produtos agrícolas pelos comerciantes locais, acabam também defendendo representantes destes no pleito eleitoral visando benefícios.

Quanto ao processo de construção da identidade camponesa, segundo Wolf (2003) atribui às formas de organização social como “comunidade corporada” que está em processo de mudanças constantes de sua identidade, uma vez que não são isoladas do sistema capitalista. No entanto, estas comunidades também demarcam diferenciações internas e externas visando à manutenção de sua estrutura cultural. Segundo ele:

O caráter distintivo da comunidade camponesa corporada é que ela representa um sistema social demarcado, com limites nítidos, tanto em relação aos de fora como aos de dentro. Ela tem identidade estrutural ao longo tempo. Vista de fora, a comunidade como um todo realiza uma série de atividades e representa certas representações coletivas. Vista de dentro, ela define os direitos e deveres de seus membros e prescreve grande parte de seu comportamento. (WOLF, 2003, p. 123)

Esta descrição de Wolf leva à entendê-lo como antropólogo que, pertencente à linha marxista na antropologia política, circula também em análises interacionistas quando dos conceitos específicos referentes à cultura e identidade. Sua abordagem amplia estes conceitos para uma discussão, onde, estas interações, também estão envolvidas das estruturas macro políticas e econômicas. Seu trabalho pode ser

importante para se entender os processos de mudança ideológicas marxistas dos camponeses, quando estes, nesta relação de mercado, acabam mudando suas práticas e adaptando-se aos mecanismos de poder locais.

Portanto, tem-se a configuração de uma identidade diferenciada que podemos conchamar e nomear como agricultura familiar camponesa, onde podemos perceber, como por exemplo, nesta narrativa:

As barreiras enfrentadas foram (e são) muitas. Dentre estas, a mais marcante foi a divisão política do grupo de associados: uma parte era favorável ao apoio, dependência e atrelamento político-ideológico a personagens da política local; a outra parte, consciente dos valores cooperativistas, dos princípios em que uma organização social de base não deve ser atrelada a ideologismos políticos, e sim às iniciativas pela busca de autonomia sócio-econômica, queria independência ideológica, com capacidade de visão crítica da realidade e valorização da cidadania. (SILVA, 2005b; NASCIMENTO, 2005)

A narrativa aponta que no início da formação da CEPRRA já havia uma construção diferenciada de práticas com a terra, com a política eleitoral e com formas de se entender o desenvolvimento, que conseqüentemente levava à situação de perseguição e ameaças.

A história da organização dos movimentos sociais rurais na Amazônia através de um processo de institucionalização de grupos minoritários marginalizados e excluídos é estudado por Almeida (1994). Segundo ele, estes grupos buscam na sua história a intervenção política e ambiental como estratégia de sobrevivência entre “localismo” e “universalismo” e de suas intervenções nas políticas públicas para sua valorização no contexto regional.

Estas instituições sindicais, conforme demonstra Almeida (1994), percebendo a influência macro-política do desenvolvimentismo sobre os trabalhadores rurais, cujas práticas autocráticas levam à exclusão social, travam uma luta política contrária aos projetos governamentais de integração e ocupação territorial, principalmente ao regime militar na década de 1970 e 1980 no Brasil. Sua principal reivindicação defendia a democratização e a valorização dos “pobres da terra” excluídos deste sistema de desenvolvimento.

O movimento destas populações excluídas inicialmente é isolado, mas com a programação de eventos, tais como seminários e organizando-se numa integração a nível estadual e federal, estes se articulam numa proposta unificadora de suas reivindicações, dando mais força ao movimento e às transformações esperadas para a agricultura familiar.

O movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, ou também de camponeses, é um movimento social que partindo das necessidades de inclusão e equidade social, principia uma forma solidária entre si, bem como da produção agrícola valorizando a pequena produção tradicional, artesanal e familiar. Conforme destaca Almeida (1994, p.521):

No bojo destes antagonismos aguçados têm-se manifestado, todavia, desde meados de 1988, condições favoráveis à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais diferenciados. (...) Em outras palavras e em outro nível de abstração, pode-se adiantar que as políticas públicas é que possibilitam os elementos básicos à formação de composições e de vínculos solidários, tal como registrado naquelas situações de confronto.

São nestes antagonismos que estes movimentos constroem sua identidade num processo de relações sociais com os outros grupos e com os poderes locais, tais como, os governos e representações políticas deste. Neste processo, surgem as crises e conflitos dadas suas diferenças e o não reconhecimento destas frente ao Estado, suas políticas à agriculturas familiar e de dos poderes locais dominantes.

### **3.2.2 A CEPRRA e a construção da identidade como processo de identificação frente às políticas públicas dominantes da agricultura de mercado**

Na temática desenvolvida foi verificada que as fronteiras políticas são importantes, tal como nos diferentes grupos de agricultores familiares do Apiaú. Suas identidades étnicas contrastivas, verificadas nos modos de produção, na lida com a terra e seu valor sentimental, ou de outro lado, seu valor financeiro, atuam concomitantemente para suas diferenciações nas oposições produtivas, políticas e ideológicas. Destas diferenças disputam espaços políticos e representativos a serem aceitos, reconhecidos e atendidos nas políticas públicas estatais disputadas entre estes grupos.

O processo de identificação, como ruptura ideológica, mas também como mudança das práticas, costumes e tradições demarcam fronteiras entre os agricultores familiares ligados ao movimento social camponês e os outros ligados às estruturas políticas do poder local.

O antropólogo Cardoso de Oliveira (2006, p.88), dentre suas incomensuráveis estudos sobre identidade, contribui com fundamentos importantes sobre a dinâmica das identidades nos contextos internos, nacionais e globais, a que chama de “crises identitárias relativas a nacionalidades”. As identidades étnicas pressupõe o conceito de etnicidade que é:

definido como envolvendo relações entre coletividades no interior de sociedades envolventes, dominantes, culturalmente hegemônicas e onde tais coletividades vivem a situação de minorias étnicas ou, ainda, de nacionalidades inseridas no espaço de um Estado-Nação, (...) como uma mera interação entre grupos comuns atuando em contextos sociais comuns (OLIVEIRA 2006, p 89)

Neste contexto, identidade étnica é o processo interno de construção de um grupo que está relacionada com a sua etnicidade. Embora o autor conceitue dentro de um contexto de migrantes fora de seu país, este conceito se aproxima das relações sociais entre os agricultores familiares fazendeiros e agricultores familiares camponeses no Apiaú, bem como destes últimos com o Estado. Há uma relação de se entender o primeiro como dominante e o outro como minoria quando das relações sociais na região.

Da mesma maneira como Cardoso de Oliveira (2006) segue destrinchando o estudo sobre identidade como processo, muitas vezes, de “manipulação positiva” agindo de acordo com as diferentes situações que se apresentam ao indivíduo. Com isto a etnia, diferentemente de nacionalidade, é um lugar identitário, dado por outros de fora, como categorizações, bem como, também é um processo de reconhecimento frente a identidade nacional ou aos outros estrangeiros. Ou seja, os grupos étnicos, enquanto identidade étnica, interagem procurando se diferenciar de outros, ao mesmo tempo em que, a identidade nacional pode discriminar os grupos étnicos dentro de seu estado nação, ou para com os estrangeiros.

Para Cardoso de Oliveira (2006), ancorado em Barth (1998), tratado anteriormente, ainda nas situações de fronteiras étnicas pode haver o que se chama

de “identidade contrastiva”. Esta se configura nos contextos pluriétnicos ou de “dupla dimensão” da identidade. Ou seja, a identidade é um processo de construção de contraste entre um grupo e outro, onde os dois são importantes para a formulação de suas identidades e se apoiam nestes contrastes.

Cardoso de Oliveira, citado por Renatho Athias (2007), ao descrever as atitudes tomadas aos povos indígenas, que se pode comparar aqui com a visão do agricultor familiar, apresentou quatro tipos de “mentalidades” entendidas como “obstáculos ideológicos a um indigenismo racional”. Destaca-se, neste contexto dos camponeses, atenção ao quarto tipo, a que chama de mentalidade

[...] capitalista, seria aquela que existe, sobretudo nos principais meios de decisão. Aqui os índios são vistos como improdutivos (...) Este pensamento ganha aos poucos os setores oficiais a ponto de integrar em programa de partido de governos anteriores. Seria possível dizer que este olhar sobre os povos indígenas sempre esteve presente no desenvolvimento de uma política indigenista no Brasil, desde a colonização até nossos dias. Os índios representam apenas mão-de-obra para grandes investimentos, e ainda, eles não são reconhecidos como grupo social etnicamente diferenciado. (CARDOSO DE OLIVEIRA. In.: ATHIAS, 2007, p.34-35)

Esta análise de Cardoso de Oliveira, remetente ao contexto indigenista brasileiro, que mesmo não se tratando dos camponeses há similitudes incontestáveis, significa que pode haver, por parte do Estado e do sistema capitalista, padrões de interpretações ideológicas e valoração discriminatória quando em se tratando das populações tradicionais, tanto indígenas como campesinas. Esta discriminação ocorre quando as políticas públicas impõe a ideologia de priorização da agricultura extensiva de mercado e uso da terra como bem de capital e lucro.

Este sistema afeta as relações sociais fora dos grupos. Para Athias, estes grupos, que chamados de “minorias”, são por vezes “maiorias” que buscam espaço por uma representação política, uma vez não reconhecidas suas identidades específicas, mas apenas a partir de estereótipos. (ATHIAS, 2007)

As relações dos povos indígenas com projetos governamentais, bem como dos agricultores familiares camponeses, podem também reforçar as dificuldades das relações existentes entre Estado e estes grupos. Este tema também é analisado por Manuela Carneiro da Cunha (2009). A autora aborda os diferentes processos de

construção de projetos e políticas indigenistas em torno dos conhecimentos tradicionais, a partir da percepção e interpretação de dentro das culturas indígenas.

Logo, esta autora analisa as varias interpretações que as culturas e suas identidades assimilam os projetos e acabam remodelando suas expressões e interpretações nas relações inter étnicas. Como ela descreve: “Acredito firmemente na existência de esquemas interiorizados que organizam a percepção e a ação das pessoas e que garantem um certo grau de comunicação em grupos sociais”. Esta configuração demonstra que o processo de identidade e cultura é dinâmico, sofre intervenções, mas são reorganizados pelos grupos. (CUNHA, 2009, p 313)

Para Carneiro da Cunha, a identidade é um processo subjetivo de identificação que se interagem e variam com o âmbito em que se apresenta, tanto internamente, como dado pelos de fora do grupo ou circunstanciais. Desta maneira descreve:

Embora esses sistemas sejam conceitualmente distintos, tendem a se articular entre si. É claro que estamos operando em escalas diferentes, cada qual com sua própria organização: um mesmo indivíduo é um membro de uma casa específica na aldeia, é um krahô em relação a outros grupos étnicos vizinhos, é um índio diante do Congresso Nacional ou em um sistema de cotas na universidade e pertence ao povo tradicional da ONU. Essas escalas, por mais diferentes que sejam, não são independentes entre si; antes apoiam-se em uma constante atividade de articulação. (CUNHA, 2009, p. 371)

Hobsbawm (1997), importante autor onde suas análises contemplam na antropologia política as estruturas internas das relações sociais de poder, bem como os processos de dominação político estatal sobre as vontades humanas, as culturas e nações menores. Ele analisa a formação das tradições em consolidações mantendo as práticas e os valores do passado.

Ao contrário dos costumes rotineiros, facilmente adaptados em novas configurações. Estas últimas são dinâmicas e flexíveis, quando necessárias adaptações aos novos desafios da cultura e das suas práticas interacionais. No entendimento das “tradições inventadas”, as classifica em três categorias que se pode atribuir às formas de organização social campesina na formulação de sua identidade como diferenciação de outras organizações:

Elas parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão

de um grupo ou de uma comunidade reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou instituições, status ou relação de autoridade; e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento. Hobsbawm (1997, p. 17)

Nesta dicotomia entre tradições e costumes rotineiros adaptados as práticas agrícolas familiares estão em constante conflito, observável nos encontros de avaliações da CEPRA e na diferenciação com outros grupos. A produção tradicional na agricultura familiar, não objetiva, prioritariamente, o lucro da venda excedente e a monocultura para tal. Prioriza a subsistência familiar, logo encontra um campo de identificação com sistemas de produção agroecológicos e com o movimento camponês numa coesão social de ideias e comportamentos, interna e externa ao grupo.

Outro clássico fundamental que se relaciona para o ensaio de uma análise dos processos de construção da identidade campesina, a partir das perspectivas nas interações sociais entre grupos, e também com o Estado é Frederik Barth. Parece ser demais pretencioso, mas a categoria conceitual de “grupo étnico”, descrita em Barth (1998), pode ser atribuída aos camponeses, no caso, na região do Apiaú. Segundo suas características, são demonstradas nas relações com outros grupos locais, bem como para assegurar suas diferenças. Segundo Barth, grupo étnico compreende as formas de organização social em

uma população que: 1 perpetua-se biologicamente de modo amplo; 2 compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais, 3 constitui um campo de comunicação e de interações, 4 possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo.(BARTH, 1998, p. 189-190)

Embora em seu texto Barth (1998) pretende estabelecer uma crítica aos conceitos de aculturação, seu objetivo é estabelecer parâmetros para o entendimento da formação da identidade cultural nos grupos étnicos. Neste entendimento, o autor destaca que as culturas não são construídas isoladamente, mas nas interações culturais através de sinais/signos diacríticos, ou dicotômicos<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Ver também CARDOSO DE OLIVEIRA (2005, p.10-11), ao se referir a Barth, destaca que onde a “ordem cultural pode mudar significativamente sem, no entanto, ocorrer mudança na identidade étnica de seus membros. (...) A riqueza dos elementos ditos culturais sempre estarão a serviço da identidade como sinais diacríticos, diferenciadores, manejados pelos indivíduos e grupos para marcar simbolicamente suas respectivas especificidades”

que demarcam as diferenças e o seu “traço cultural”. Esses sinais dicotômicos são práticas e valores, codificados em sinais, comportamentos, muitas vezes contrários aos valores da outra cultura, como uma forma de se identificar nas relações inter-étnicas e estipular o que chama de “contratos imperativos”, ou regras e limites para as interações.

Segundo Barth (1998), esses “traços culturais” são necessários para a formalização da “fronteiras” culturais. Logo, a cultura não é apenas um processo de auto-identificação. Ela é fundamentalmente um processo de construção onde o “outro” diferente, ou contrário, é necessário para o processo de construção identidade. Neste processo de construção da identidade, estes grupos também representam uma resistência, ou seja, contrariam o sistema e lutam por permanecer na terra a partir de sua auto-identificação no contrário do outro, o capitalismo, o mercado e o uso da terra com fins exclusivamente econômico.

Nos sinais diacríticos, também são elaboradas, o que Barth chama de “manutenção da cultura”. Este é um sistema de interação que consolida a identidade através dos sinais diacríticos de fronteira inter étnica, configurando as relações em “estatutos imperativos” (regras) que mantém a dicotomização para haver a interação. Ou seja, nos processos de relações inter étnicas diacríticas, há um conjunto de regras pactuadas e aceitas para que haja relações regrado o uso das diferenças. (BARTH, 1998)

Na relação da CEPRA com outros grupos locais, são formados sinais diacríticos claros e contrapostos nas opostas modalidades de produção, valores de organização política coletiva e autonomia deste grupo. Por um lado, se relacionam amigavelmente unindo-se em buscas de melhores condições estruturais para a localidade, quando em reuniões com as elites locais, para solicitação de pontes, estradas, escolas, etc. Por outro lado, divergem quando da utilização da queima e agrotóxicos para a produção, bem como de fazer do lote uma fazenda de pecuária.

Gramsci (1968) já destacava que a relação de poder entre Estado e a classe camponesa (entendendo os grupos de classe como “classes subalternas” por estarem alheios e submetidos aos poderes políticos estatais, excluídos dos acessos aos meios de produção), sempre na história foi uma relação tensa e conflituosa em

função do interesse capitalista inserido numa política de desenvolvimento restrita às aristocracias. Por isso, a alternativa ao processo de vislumbrar um desenvolvimento no país passa, crucialmente, pela democratização do poder entre a esfera governamental e a campesina. Ou seja, criar espaços participativos de decisões coletivas é o passo fundamental para o desenvolvimento compatibilizando objetivos e poder.

Numa análise interna das relações de poder dentro dos grupos sociais, ousando comparar Barth (1998) e Gramsci (1968), que embora trás à tona as dificuldades de organização interna destes grupos que, acabam em grande parte, reproduzindo a organização da elite (militarista, totalitária e aristocrática). Ou como Barth destacaria, adaptando os sinais diacríticos (de poder?) como formas de configurar novas relações com o Estado e a realizar a manutenção de sua cultura transformando seus valores e práticas.

Estas práticas são percebidas quando muitas vezes, mesmo contrários às imposições dos representantes dos poderes locais, os camponeses acabam aceitando-as. É o que Gramsci chamaria do momento onde acontecem a “crise orgânica” dentro de um grupo, como sendo um processo de rompimento com o poder “tradicional” interno, e que busca pela inovação a partir das transformações históricas da sociedade como necessidade de sobrevivência. A falta de consenso, ou “força consuetudinária”, bem como a burocratização, são os maiores entraves para a organização coletiva destes grupos nestes momentos de crise (GRAMSCI, 1968).

Não contrariando Gramsci, mas numa diferente abordagem, Bobbio (1987) destaca que as relações de poder entre Estado e a sociedade civil sempre foram desiguais e conflituosas, principalmente com a problemática agrária e produtiva rural. Defende então, estabelecer uma relação de poder de forma igualitária numa afinidade de interesses, este é o caminho necessário para a democratização do poder e, com isto, almejar um desenvolvimento a partir das relações políticas sólidas entre forças muitas vezes opostas.

É nesta relação de forças que os grupos étnicos, também do movimento campesino, constroem, enquanto um processo dinâmico, suas identidades como

identificações adaptativas nas circunstâncias das relações de poder em que a realidade lhe apresenta nos momentos históricos diferentes.

Conforme descrito anteriormente, os agricultores e agricultoras familiares da (CEPRRA) formam um grupo diferenciado no que diz respeito à autonomia política e à implementação de um sistema de produção alternativo. As políticas de migração e colonização se intensificaram durante o governo militar influenciada pela estratégia de ocupação territorial da Amazônia brasileira através de assentamentos dirigidos ao longo da Br 174. Reagindo à esta política de migração, a partir da década de 1990, há um processo de institucionalização e resistência do movimento popular dos trabalhadores rurais, ou camponeses, que procuram abrir novas perspectivas para o desenvolvimento visando sua autonomia.

A CEPRRA surgiu, então, enquanto grupo diferenciado num momento histórico de transformação do pioneirismo migratório para sedentarização de famílias no Apiaú. Esta Cooperativa passa a ser um marco para a permanência de agricultores e agricultoras familiares camponeses na terra criando uma identidade diferenciada no uso do solo, nas relações sociais e de sua organização interna, e nas relações de poder com o Estado e outros grupos locais.

Embora as abordagens da antropologia política, fundamentadas nas análises estruturais e materialistas (seguindo Marx) de análise dos povos, não aprofundam a construção da identidade como processo dinâmico de interação nas relações sociais e culturais, é fundamental entender que estes aspectos macro políticos e econômicos, em muitos aspectos históricos, levam à subjugação de povos e grupos ao domínio das elites do poder político e econômico do capital.

Estudar este grupo na tentativa de um viés antropológico interacionista juntamente com a antropologia política é um desafio que merece ser aprofundado em futuras pesquisas concedendo maior profundidade e debate. A identidade como processo de identificação, construção diacrítica e dicotômica, ou de contraste, as culturas interagem modificando suas relações e adaptando-se em novas construções de identificação internamente, e com outros grupos. Logo, este processo é negado, até então, pela antropologia das relações de poder nas políticas públicas e na economia. No entanto, se por um lado elas avançam em pesquisas

ênfatizando os aspectos subjetivos das interações culturais, é por outro lado, limitado no entendimento das influências determinantes das consequências do capitalismo e das estruturas de poder sobre os povos e grupos.

No aspecto de oposição aos sistemas monoculturais de produção, como já demonstrado, estes agricultores familiares são por vezes discriminados e submetidos à margem dos acessos aos meios produtivos dominados pelos poderes locais. Como descreve Barth (1998, p.211) ao analisar os sistemas de estratificação, “quando um grupo étnico controla os meios de produção utilizados por outro grupo, prevalece uma relação de desigualdade e estratificação.”

Por isso, os agricultores familiares dos movimentos camponeses, cujas tradições com a produção na terra identificam-se com valores ambientais e de democratização coletiva do poder entre si, são um grupo diferenciado aos outros grupos que possuem valores do uso da terra no lucro financeiro da produção e no clientelismo político eleitoral.

Logo, as políticas públicas não podem generalizar, estabelecer uma relação desigual e padronizar seus programas e projetos, uma vez que há diferentes grupos identitários, cujas histórias de formação, apesar de estarem influenciadas pelos contextos do capitalismo, da globalização e da urbanização, possuem diferenças interpretativas de seus valores com a terra.

Esta relação desigual acontece principalmente na relação dos camponeses com o Estado. Este, por sua vez, não reconhece o agricultor familiar camponês como um grupo importante no sistema produtivo de alimentos para a cidade, aumentando sua discriminação quando visa sua autonomia política e econômica.

Portanto, isto significa que há diferenças importantes nas interpretações das políticas públicas e das relações com os governos, onde estes grupos de agricultores camponeses resistem na terra, se posicionam questionando e agindo contra as estruturas de dominação do capital nestas políticas, bem como contra o clientelismo e assistencialismo político eleitoral na agricultura familiar.

Outra diferença reside que estes valores ligados substancialmente à terra, vão além de ocupar seus espaços territoriais com único, ou prioritário objetivo

financeiro, de mercado e capitalismo ao qual a maioria das políticas públicas ainda são construídas de forma unilateral fazendo-se impor a ideologia de mercado na agricultura familiar. É esta ideologia de mercado que não apenas influencia, mas também determina a priorização das políticas públicas de Estado para a agricultura familiar, deixando as experiências e práticas alternativas e sustentáveis isoladas num gueto de produção invisível e discriminada nestas políticas. Isto decorre pela escassez de democratização das políticas que observem as diferentes identidades culturais e ideológicas fora da lógica do mercado capitalista, como será abordado a seguir.

### 3.3 DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECODESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

#### **3.3.1 Alguns aspectos das políticas públicas e a democratização de suas ações à agricultura familiar camponesa**

No entendimento de Teixeira (2002), “entende-se por políticas públicas, as diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público, formuladas em documentos que geralmente envolvem aplicações de recursos públicos”.

Outro autor, Cristovam (2005, p. 8) define da seguinte maneira:

As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Fazendo uma distinção entre políticas públicas e políticas de governo, Carvalho Filho (2008, p. 110-111) explica:

Políticas públicas, por conseguinte, são as diretrizes, estratégias, prioridades e ações que constituem as metas perseguidas pelos órgãos públicos, em resposta às demandas políticas, sociais e econômicas e para atender aos anseios oriundos das coletividades. Vale a pena explicar o conceito. Diretrizes são os pontos básicos dos quais se originara a atuação dos órgãos; estratégias correspondem ao *modus faciendi*, isto é, aos meios mais convenientes e adequados para a consecução das metas; prioridades são as metas obtidas mediante processo de opção ou escolha, cuja execução antecederá à exigida para outros objetivos; e ações constituem a efetiva atuação dos órgãos para alcançar seus fins. As metas constituem os objetivos a serem alcançados: decorrem, na verdade, das propostas que

nortearam a fixação das diretrizes. Por fim, temos os elementos mobilizadores, ou seja, as causas responsáveis pelas políticas públicas. De um lado, as demandas sociais, políticas e econômicas, representando os fatos que, em determinado lugar e tempo, rendem ensejo à perseguição de metas específicas. De outro, os anseios das coletividades, que é o que resulta das vontades coletivas, vale dizer, os resultados que, efetivamente, podem causar satisfação às pessoas em geral.

A adoção de políticas públicas é um demonstrativo de que o poder público está exercendo sua função sendo necessário o envolvimento de vários agentes sociais para que se possa ter eficácia nas ações.

A importância das políticas públicas para a agricultura familiar e a economia se refere às últimas décadas, haja vista, que até então a sua necessidade se resumia à subsistência para o produtor rural e sua família. Reforçando esta compreensão, destaca Lamarche (1993, p. 15):

A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado à família. E a interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão de patrimônio e sua reprodução.

Consideram-se ainda três categorias de diferentes agricultores familiares a partir da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/IN CRA, apud VEIGA, 2001): consolidados, em transição e de subsistência. Tais categorias se diferenciam a partir das características como organização e gestão do trabalho, bem como durabilidade dos recursos empregados e diversificação da produção (VEIGA, 2001).

Sobre elaboração de políticas públicas Teixeira (2002, p. 2) diz ainda que:

Definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente.

Com isso a função o maior objetivo das políticas públicas é promover resultados democráticos, no sentido de serem participativos durante o processo de construção que se dá entre Estado e movimento social. Também objetiva atender questões e investimentos que envolvem o interesse público geral, ou de determinado grupo social devendo por isso ser transparente e elaborada em

espaços públicos, dentre estes, como amplamente demonstrado, aos movimentos sociais tais como a CEPRRA ou uma determinada região.

Logo, a democratização das políticas públicas não ocorre como deveria, pois não prioriza, ou não trata de forma equitativa a agricultura familiar e tão pouco a agricultura familiar camponesa, como demonstrado até aqui.

Políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, via Estado, objetivam atender as necessidades dos agricultores (BUAINAIN *et al* 2005), buscando transpor barreiras como dificuldades para tomada de crédito financeiro que viabilizem a estrutura produtiva, comunicação deficiente, apoio para o desenvolvimento da propriedade, cooperativismo e outros.

Estudos sobre o rural têm demonstrado que este espaço não pode ser mais visto apenas como o conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais objetivando a competitividade de mercado capitalista, em decorrência das suas novas funções, dos novos tipos de ocupação, da modernização e da conjuntura de crise de reprodução da agricultura familiar entre outras questões (CARNEIRO, 2000).

Este vem a ser um grande problema nas políticas públicas para a agricultura familiar, pois padronizam-se em projetos e ações priorizando e forçando esta agricultura somente pela lógica de mercado capitalista. Logo, desconsideram as diferenças nas identidades culturais locais, territoriais e espaciais que, não veem na produção de mercado sua prioridade, valorizando outros aspectos fundamentais dados por cada cultura.

Conforme descreve Carneiro (2000) quando coloca em questão a suposição de um novo rural, único no Brasil. A autora argumenta neste contexto que a combinação da agricultura com a atividade não-agrícola pelas famílias camponesas é uma prática tão antiga quanto é o campesinato brasileiro que, no entanto, não são consideradas nas políticas públicas.

Da mesma maneira, para Martins (1986), compartilha a ideia de que o rural não pode ser compreendido mediante o adjetivo apenas de lugar enquanto demarcação do espaço físico geográfico, ou também apenas como atividade

produtiva e, sim, é preciso estudar as relações sociais e suas transformações culturais.

Essa afirmação dos autores remete ao fato de que independente dos espaços geopolíticos, há uma diversidade de relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Inclusive, por este motivo os estudos sobre o rural não se limitam mais a determinadas áreas específicas tais como agronomia e agropecuária.

Retomam-se os aspectos já descritos sobre a multifuncionalidade do rural e a pluriatividade são manifestações que produzem novos sentidos e funções para este espaço. Em muitos países desenvolvem-se estes conceitos nas políticas estipulando-as em tempo parcial ou *part-time farmer*.

Ressalta-se que, até o final da década de 1970, a agricultura em tempo parcial era considerada como um fator que travava o desenvolvimento capitalista da agricultura, assim como este havia sido previsto por alguns autores marxistas – como Kautsky – que denominavam o processo de paradigma de "la proletarianización agraria". Era entendida como um processo de atraso, cujas práticas antiquadas que não visavam o crescimento puramente econômico e competitivo descapitalizava a região e colocava a sociedade em caminhos decadentes e inúteis que barravam a economia agrícola (ANJOS e CALDAS, 2004).

Percebe-se que de uma forma cooperativista, as políticas públicas, fundamentadas no capital orientado pelo Estado, leva a agricultura familiar transferir a exploração da força individual para o grupo familiar, visando por meio da introdução deste capitalismo novos aspectos econômicos e de mercado, excluindo assim, o seu uso para a subsistência e a preocupação ambiental como viável, não somente para a economia, mas também para a vida e as relações sociais num lugar.

### **3.3.2 Os princípios do ecodesenvolvimento para os fundamentos das políticas públicas na agricultura familiar camponesa**

Abordar tal temática sobre ecodesenvolvimento é ampla. Portanto, serão descritos alguns aspectos contextuais que norteiam os fundamentos do PDA/PPG7 enquanto importante às políticas públicas da agricultura camponesa a partir da experiência da CEPRRA com o PDA.

Conforme se descreveu anteriormente, a economia camponesa nacional passa a ser estudada com maior ênfase numa crítica ao desenvolvimentismo puramente econômico e excludente dos setores marginalizados da sociedade durante o final da década de 1970. A partir desta crítica ao modelo desenvolvimentista, surgem gradativamente novas propostas de desenvolvimento que valorizam as perspectivas ecológicas, culturais e sociais cujo objetivo maior é a sustentabilidade dos ecossistemas e a equidade social. Temos, portanto, no período histórico do governo militar, um movimento contrário que inicia um inovador processo de políticas de desenvolvimento, chamado inicialmente de ecodesenvolvimento. Um de seus principais autores é Rodolfo Stavenhangen, cujos fundamentos expressam sua relação com os movimentos sociais camponeses:

O papel da economia camponesa no desenvolvimento econômico e social tornou-se agora o principal tema de pesquisa nas ciências sociais. A antropologia, a sociologia, a economia agrícola, a história econômica e outras disciplinas, preocupam-se com ela. Até a ciência política passou a interessar-se por movimentos políticos camponeses e pela dinâmica do poder nas sociedades rurais. Podemos vincular o ressurgimento do interesse científico pelo campesinato à busca de alternativas de desenvolvimento a que me referi acima. (STAVENHANGEN, 1985, p. 22)

Rodolfo Stavenhangen (1985), a compreensão da sustentabilidade vem substituir e superar a compreensão “linear evolucionista” do desenvolvimento apenas como crescimento econômico e financeiro. Esta compreensão é superada porque o mundo acorda para os seus “limites ecológicos” forçando a buscar novas alternativas. Neste sentido, o autor traz a compreensão do “desenvolvimento alternativo” incluindo os setores excluídos do desenvolvimento evolucionista, como os camponeses, numa prática participativa de desenvolvimento. Esta incorpora três dimensões: a) Suprir as necessidades básicas de um povo; b) visão interna de desenvolvimento acima da externa (exportações); c) valorizar a visão ecológica.

Defendendo o mesmo pressuposto, para Sachs (1989) estes camponeses fazem parte das sociedades que se encontram à margem do desenvolvimento, quando, deveriam ser a base para tal. Ou seja, defende que a base para o real desenvolvimento é aquela que valoriza as potencialidades sociais e ambientais encontradas na grande diversidade cultural das populações:

O crescimento econômico não deve, entretanto, ser aquele que conhecemos há décadas, que externaliza livremente os custos sociais e ambientais e que alarga a desigualdade social e econômica. O crescimento

através da desigualdade, baseado na economia de mercado desenfreada, pode apenas aprofundar a divisão entre e dentro das nações.” (SACHS, 1989, p. 34)

No conceito de desenvolvimento sustentável, para Sachs (1989), não se encontram abordagens sobre a dimensão das relações políticas como fundamentais para a discussão das relações de poder entre sociedade civil e Estado. Logo, a análise desta experiência da CEPRA com o PDA, que a partir de sua identidade diferenciadas no uso dos recursos naturais e produção, chocam-se com as políticas prioritárias de mercado inseridas na agricultura através das políticas da esfera pública. Portanto, temos em Sachs uma lacuna, pois em seus fundamentos deveriam ser contemplados os aspectos políticos nas análises sobre desenvolvimento. Ainda conforme Sachs (1989) considerado um dos precursores do conceito de “desenvolvimento sustentável” e “eco-desenvolvimento”, o desenvolvimento deve ser “equitativo” que inclui a sociedade civil como terceiro sistema de poder que não pode ficar de fora do desenvolvimento:

Os países precisam entender reconhecer que apenas com a modificação do comportamento econômico danoso ao meio ambiente e à sociedade será possível oferecer uma condição de vida decente para todos no planeta. Isto requer que se estabeleça uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, com obrigações específicas para o norte, o sul e o leste, que estabeleça padrões de desenvolvimento com equidade social e respeito ao meio ambiente. (SACHS, 198, p 34)

O conceito de desenvolvimento sustentável, ou ecodesenvolvimento, na história da Amazônia é trabalhado, fundamentalmente, com Becker (1998) e com a Agenda 21 da Amazônia. A primeira trabalha a avaliação das políticas de desenvolvimento juntamente com a amplitude ambiental e sua relação com as populações tradicionais. Por isso, um processo de desenvolvimento só poderá ocorrer com a participação das populações na construção das políticas públicas.

No entanto isto não basta, pois o desenvolvimento, segundo Sachs (1989, p.37) deve conter cinco amplitudes fundamentais a serem consideradas: Social, econômica, ecológica, espacial e cultural (nota-se que cultural, em seu texto, refere-se à “cultura” como sendo o avanço tecnológico e não as relações entre grupos culturais diferentes). Diegues (2000, p. 75) afirma que:

Certos aspectos da cultura são mais suscetíveis de relação mais forte com meio ambiente que outros, como: atividade econômica, de subsistência, tecnologia, organização social que constituem o núcleo central da cultura.

Portanto, esses aspectos correspondem a formas de inserção do homem ao meio ambiente, ou seja, as estratégias de trocas e comercialização representam objetos de estudos da Ecologia cultural, embora esta não contemple elementos simbólicos importantes como o mundo mítico e ritual no núcleo cultural.

Há ainda autores identificados com a Etnociência que se preocupam em obter conhecimentos das populações tradicionais, por intermédio da linguística. Esta analisa a forma como o homem percebe o meio que o cerca, ampliando desta maneira o saber das populações humanas a respeito dos processos naturais. Por conseguinte, o modo de produção, reprodução social e a forma como as populações percebem seus ambientes são objetos de estudos da Antropologia Neomarxista, embasada em teóricos franceses. Desta maneira, são socializadas informações no seio da comunidade a respeito do funcionamento das economias baseadas na coleta, pecuária extensiva e a agricultura itinerante e as limitações impostas, tanto pela técnica como pelo meio ambiente (DIEGUES, 2000).

Essa proposição nos remete as ideias de conservação dos recursos naturais de forma racional, ou melhor, evidencia a semente materializada do desenvolvimento sustentável, o qual representa um dos primeiros movimentos contra o desenvolvimentismo a qualquer custo, que ignora as necessidades das gerações futuras.

A década de 1970 congregou uma grandiosa gama de conhecimentos durante longos anos de estudos e debates governamentais e não governamentais, que se transformaram em um grande marco histórico, entorno do ecodesenvolvimento. Neste processo, a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente (CMMAD), instituída pela ONU em 1983, o desenvolvimento sustentável foi definido como: “aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades” (ALTVATER, 1992).

Todavia, transcorridos todos esses eventos, a percepção dos problemas ambientais continuam a corporificarem-se, tanto que inúmeros institutos de pesquisas ecológicas passaram a produzir para as sociedades interessadas,

“relatórios retratando a situação ambiental em função da redução das reservas dos recursos naturais do planeta” (ALTVATER, 1992, p. 12).

Como vemos a emergência das manifestações ecológicas discutidas, nas Conferências de Meio Ambiente das Nações Unidas, nos anos de 1972 e 1992, refletem a visão de um conflito crescente entre a expansão do modelo de crescimento econômico, de base industrial e os efeitos sobre os ecossistemas naturais, os quais tendem a crescer no mundo potencializando a crise ambiental e social, levada adiante pela falta de engajamento efetivo das potências econômicas mundiais, que buscam favorecer o desenvolvimento econômico em detrimento da evolução social. Nestes aspectos, a sinergia de forças tem contribuído para a formação e a difusão de uma consciência ecológica, assim como as discussões produziram avanços em termos ecológicos, já que foi estabelecida a separação entre áreas de proteção integral e as de uso sustentável, conforme Lei Federal nº 9985/2000, a qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, e determina a criação áreas de proteção de acordo com suas finalidades, possibilitando o uso eficiente dos espaços que necessitam de proteção, por parte do poder público e comunidade.

Dessa forma, a compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável é fundamental, segundo Sachs e Stavenhangen, descritos anteriormente, a fim de que possamos visualizar a consolidação do modelo de produção capitalista que nos coloca na situação de crise ecológica global.

Estes vários problemas de degradação das condições de vida no mundo e da conotação explícita de que o padrão de desenvolvimento social atual produz, não só melhoria de vida para uma pequena parcela da sociedade, mas também reproduz em grande escala pobreza e violência. Esta que atinge uma parte significativa da população, assunto que foi debatido durante a preparação para a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992.

Neste período, segundo Jacob (2003, p. 3), “surgem diversos grupos ambientalistas, que se estruturam no início do processo de liberalização política” e pelo estímulo ambiental da Conferência de Estocolmo (1972). Entretanto, em âmbito nacional a postura brasileira recebia críticas por parte de alguns países.

Assim, as transformações econômicas, sociais e políticas operadas nas últimas décadas do século passado, confirmam a valorização do capitalismo como modelo econômico global, ou seja, neste processo está inserida a crise ecológica, de um lado e de outro, o sonho do projeto social, com a adoção do estado do bem-estar, onde houvesse uma política distributiva com justiça e cidadania, porém nem sempre os resultados previstos são favoráveis aos desígnios sociais e culturais.

Entretanto, o conceito de desenvolvimento sustentável é resignificado possibilitando projetos antagônicos, com apropriações distintas por diferentes grupos e classes sociais, com visões de mundo e interesses divergentes. Portanto, novos termos acabam sendo lançados, para se tentar incorporar as preocupações com o uso inadequado dos recursos naturais e demarcar campos distintos de compreensão acerca da sustentabilidade planetária como: socioambiental, justiça ambiental. Portanto, esse período de 1970 à 1986, em pleno autoritarismo militar a criação era feita de cima para baixo, conseqüentemente, sem consulta das partes envolvidas (região e população) (ALTVATER, 1992). Sobre este aspecto, se entende que as lutas travadas no campo dos conceitos de desenvolvimentos têm avançado, mas há necessidade da efetivação destes em políticas públicas com maior preocupação inserção nas realidades sócio-culturais.

### **3.3.3 Resultados e desafios ao desenvolvimento a partir da experiência da CEPARRA com o PDA**

A construção do desenvolvimento alternativo, na concepção de Stavenhangen (1985) e Sachs (1989) é uma alternativa que, se viabilizada no seu real conceito e prática, pode modificar as estruturas das políticas públicas e da agricultura familiar da comunidade participante do PDA no Apiaú, bem como no Estado de Roraima. No entanto, no caso específico, o conceito de desenvolvimento sustentável, ou ecodesenvolvimento, ainda inibe dois fatores fundamentais ao desenvolvimento: A incorporação da amplitude das relações políticas entre o Estado e o PD/A numa dimensão de políticas públicas específicas para a agricultura familiar com a democratização do poder entre estas esferas estatal e civil. A experiência do PDA como projeto de desenvolvimento fundamentado nos conceitos de desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento estabelecendo paralelos de suas relações com o Estado, bem como avanços e dificuldades a partir de sua

história, trouxe ao longo destes breves anos experiências aos agricultores familiares que vão além da produção diferenciada sem uso de queima e agrotóxicos.

Aspectos da construção da cidadania, ser sujeitos da história, direitos e a chamada “conscientização política”, são entendidos pelos integrantes da CEPRRA como um dos melhores resultados na construção do processo de desenvolvimento desencadeado pelo PD/A Para estes, desenvolvimento não é somente plantar, colher e vender, mas ter acesso ao conhecimento, saber da sua própria história e ser sujeito dela, ser responsável pela construção de políticas agrícolas e melhoria da classe trabalhadora rural (SILVA, 2005a; e NASCIMENTO, 2005).

Jürgen Habermas (2003), conforme já referido, analisa o processo histórico que levou à construção do Estado e das suas mudanças nas estruturas da esfera pública e de suas ações até chegar ao século XX. Sua obra descreve sobre os fundamentos do capitalismo alavancado pela burguesia no controle do Estado encontrando um caminho analítico diferenciado de Hegel e Karl Marx demonstrando algumas lacunas nestes quando das bases para se entender as relações entre Estado e sociedade. Neste autor se contempla uma análise mais ampla destas relações que ultrapassam estudos apenas estruturais do Estado (Hegel), bem como somente a partir das lutas de classe (Karl Marx).

Portanto, a esfera pública, representado pelo governos, mesmo formada com objetivos de promover as ações públicas, segundo Habermas, acaba se construindo um caminho de ações estatais voltadas ao privado interesse da burguesia e também aceita pela opinião pública. Se entende então, relacionando a teoria deste autor com o caso da CEPRRA e do PDA que esta opinião pública rejeita as práticas produtivas, as formas de organização sociais participativas e culturas diferentes daqueles modelos defendidos pelo capital e mercado. Isto significa, também que, não somente a burguesia mas autoridades e funcionários governamentais, movidos por esta ideologia, acreditam que estas ações devam ocorrerem, dentro desta função do Estado, ao atendimento dos setores produtivos agrícolas e da pecuária que visam prioritariamente o mercado.

A partir das teorias de ecodesenvolvimento há também que se perceber inexistência da dimensão política nos diagnósticos e planejamentos participativos

oferecidos pelo setor público. Conforme percebemos em Sachs (1989) e Stavenhangen (1985), deixa lacuna no que se refere à construção das relações de poder aceitável entre Estado e os camponeses, bem como das práticas assistencialistas do governo do Estado não são analisadas com ênfase necessária. Esta lacuna, dificulta um desenvolvimento equitativo e sustentável devido às relações de poder serem conflituosas entre Estado e sociedade, neste caso específico, os agricultores familiares do Apiaú. No entanto, o PDA enquanto um projeto piloto diferenciado e de cunho direcionado ao desenvolvimento na Amazônia brasileira, desencadeou uma nova perspectiva de construção da cidadania e sustentabilidade da agricultura familiar na região do Apiaú.

Esta experiência de “libertação”, conforme preconiza os fundamentos da CPT, anteriormente, transcende os limites do grupo da Cooperativa e é disseminado para outros grupos de agricultores familiares deflagrando-se, então, nova esperança para a inclusão sócio-econômica e o desenvolvimento realmente sustentável em Roraima.

A partir dos estudos percebe-se que o conceito de desenvolvimento nas políticas públicas do Governo Estadual não faz parte do “desenvolvimento sustentável”, mas sim de antigas práticas que remontam à época do Governo do Território no que se refere ao modelo de desenvolvimento econômico. Não obstante, desenvolvimento sustentável não pode ser confundido com crescimento econômico levando em consideração apenas o fator econômico financeiro. Portanto, a preocupação com as eleições em práticas assistenciais aos agricultores familiares enraíza dependência destas assistências o que contraria os pressupostos do desenvolvimento sustentável. Isto responderia a dificuldade do Governo do Estado de Roraima ao apoio e parceria nos projetos alternativos de desenvolvimento, tais como o PDA no Apiaú, uma vez que a política de desenvolvimento deste projeto busca a autonomia destes grupos.

#### 3.4 AS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS DE SEDENTARIZAÇÃO ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA CEPRA E A RELAÇÃO DE PODER COM O GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA.

Podemos avaliar que houve uma relação desigual de poder que o Governo do Estado estabeleceu com os agricultores familiares devido à sua autonomia. Esta desigualdade ocasionou uma tensão entre o setor produtivo familiar da Cooperativa e o Governo do Estado de Roraima. As causas destes conflitos foram em grande parte devido às diferenças identitárias e ao posicionamento político. Enquanto o setor governamental defendia práticas assistencialistas, desde a colonização dirigida (durante o Governo Ottomar a partir de 1980), a Cooperativa defendeu a autonomia dos grupos a partir de novas práticas políticas e de produção.

Segundo Martins (1981), as relações de poder levam muitas vezes aos conflitos e manifestações sociais. Estas relações de poder, muitas vezes, são conflituosas pelas dificuldades de consenso entre os interesses e a posição política-social que cada instituição compõe ou representa.

Ainda segundo Martins (1981), os agricultores familiares são excluídos da política de desenvolvimento e são levados às mais variadas situações de abandono de seus lotes, forçando-os à migração. Ou seja, as políticas de desenvolvimento estritamente econômicas visavam atender uma elite nacional e internacional. Este atendimento era favorecido através de financiamentos oriundo de um modelo mundial de desenvolvimento. Esta exclusão é o principal fator do chamado êxodo rural na década de 1980, ou seja, a saída das famílias camponesas, que abandonando seus lotes, buscando melhores condições de vida na cidade.

A situação de abandono de lotes também foi flagrada na região e na Vicinal Sete do Apiaú, onde está localizada a CEPRRA. No entanto, percebeu-se que as famílias participantes do PDA não praticaram estes abandonos dos lotes, tais como as demais. Ou seja, as famílias vinculadas neste Projeto sustentaram-se e resistiram nesta vicinal, sendo que havia relatos que muitas outras famílias, que não incluídas no PDA e na CEPRRA já haviam vendidos ou abandonados seu lote de terras e deixaram o lugar.<sup>32</sup>

Estudos sobre a história da relação entre o Estado com a agricultura familiar, têm entre seus principais expoentes Furtado (1987) e Martins (1981). Ambos autores

---

<sup>32</sup> Segundo Diniz (1998), a região do Apiaú integra vários assentamentos desde 1979, com grande abandono de lotes chegando a 85% em alguns assentamentos.

descrevem a história das políticas econômicas desde o regime militar da década de 1970 e suas implicações para os setores produtivos e industriais na expansão das novas áreas de colonização na década de 1980.

Não obstante, Martins (1981) descreve a importância da luta de classes a partir da história dos agricultores familiares e migrantes em nosso país. Seus trabalhos esclarecem e descortinam a realidade de exploração e luta no campo a partir das políticas nacionais que não priorizam a agricultura familiar, lançada num ambiente de constante migração e mobilidade social excluindo-as do processo de desenvolvimento.

No entanto, segundo Bourdieu (2002), o poder político é um instrumento de dominação a partir das “vantagens correlativas” ligadas à identidade social que forma um grupo. Este poder é simbólico, ou seja, oficialmente afirmado pelo grupo e reconhecido por ele. As relações internas de busca de espaço de poder acontecem quando este poder simbólico é visto diferentemente entre os membros do grupo num determinado espaço social.

Pode se perceber que, de acordo com Bourdieu, o conflito estabelecido entre as forças do governo estadual e municipal, contrária ao PDA no Apiaú, com a Cooperativa, um grupo autônomo, foi causado pelas características diferenciadas da CEPRRA comparadas à prática comum de dependência de outros grupos no local. Logo, a diferença que se estabeleceu numa relação não assistencialista causaram desconfiças e estranhezas à classe política local, repercutindo numa situação de conflito.<sup>33</sup>

Gramsci (1968) já destacava que a relação de poder entre Estado e a classe campesina sempre na história foi uma relação tensa e conflituosa em função do interesse capitalista inserido numa política de desenvolvimento restrita às aristocracias. Por isso, a alternativa ao processo de vislumbrar um desenvolvimento no país passa, crucialmente, pela democratização do poder entre a esfera governamental e a campesina. Ou seja, criar espaços participativos de decisões

---

<sup>33</sup> Conforme (NASCIMENTO, 2005; e BIBIANO, 2005). Esta situação de conflito chega a se manifesta através de ameaças e atentados à vida das lideranças da CEPRRA. Não diferentemente, é criada uma perseguição através de calúnias, difamação e acusações acerca de interferências estrangeira para invadir e comprar o Apiaú, ou que a CEPRRA estaria vendendo seus recursos naturais e a Amazônia roraimense.

coletivas é o passo fundamental para o desenvolvimento compatibilizando objetivos e poder.

Numa análise interna dos grupos sociais, Gramsci (1968), embora trás à tona as dificuldades de organização interna destes que, acabam em grande parte, reproduzindo a organização da elite (militarista, totalitária e aristocrática), é constituída a “crise orgânica” dentro de um grupo, como sendo um processo de rompimento com o poder “tradicional”, e que busca pela inovação a partir das transformações históricas da sociedade uma alternativa de sobrevivência. A falta de consenso, ou “força consuetudinária”, bem como a burocratização, são os maiores entraves para a organização coletiva destes grupos.

Não contrariando Gramsci, mas numa diferente abordagem, Bobbio (1987) destaca que as relações de poder entre Estado e a sociedade civil sempre foram desiguais e conflituosas, principalmente com a problemática agrária e produtiva rural. Defende então, estabelecer uma relação de poder de forma igualitária numa afinidade de interesses, este é o caminho necessário para a democratização do poder e, com isto, almejar um desenvolvimento a partir das relações políticas sólidas entre forças muitas vezes opostas.

Bobbio também defende que a relação entre Estado e sociedade é uma relação de “poder político”. Embora haja outros poderes como o econômico e o intelectual, todos estão submetidos ao primeiro, pois só este tem a acesso à força de controle físico. Esta forma de poder atinge a sociedade e não há interesse de relações concretas uma vez que o Estado tem um poder maior que a sociedade e, portanto esta é desprezada servindo apenas quando há interesse de manter certos grupos sob seu controle (BOBBIO, 1987).

Este conflito refletiu nos resultados de projetos ambientais e sustentáveis tais como o PDA nesta experiência da CEPRRA. Este reflexo é visualizado através dos dizeres da comunidade, quando esta enfatizou a dificuldade nas relações de proximidade com os setores públicos que representaram a agricultura do Governo Estadual, em busca de uma política pública específica para a agricultura familiar na época.

Logo, o projeto PDA, desde o início em 1995, teve dificuldades na sua implementação devido à omissão do Estado, bem como foi escassa a infra-estrutura fundamental, tais como estradas, assistência técnica e incentivos fiscais à comercialização de seus produtos. Esta escassez de uma política por parte dos governos locais, segundo estes agricultores, foi um dos entraves à sustentabilidade das famílias. Onde declara um componente da CEPRRA:

A gente ta aqui lutando, tentando fazer algo diferente para se manter sem precisar de político nenhum. Só que não podemos fazer tudo, muito é obrigação do governo do Estado manter as estradas, o que só acontece perto da política (época de campanha eleitoral), já perdemos muita coisa aqui, ou somos forçados a vender para atravessadores. Também é difícil conseguirmos regularizar nossa venda com nota fiscal, a gente não consegue por que a Secretaria de Agricultura daqui (Estado) é muito desorganizada e não ta nem aí pra gente pequena. Também o mel, a legislação exige muita burocracia para conseguir vender, tudo é muito complicado e a assistência técnica não informa como temos que agir, a fiscalização parece que só observa a gente (CEPRRA) aqui no Apiaú! (SILVA, 2005)

Alguns exemplos desta escassez de políticas fundamentadas no ecodesenvolvimento são, por exemplo, a dificuldade na comercialização de produtos agroecológicos orgânicos e nativos, bem como a dificuldade da participação dos representantes da CEPRRA/PDA em conselhos que definiam as políticas governamentais.

Exemplo desta dificuldade de participação se mostra quando, o Estado de Roraima é criado no ano de 2001 o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Sua coordenação é estatal e a composição, embora o regimento interno preconizava a paritariedade, não praticava a participação em 50% de representantes do estado e 50% das organizações civis. Tampouco se reunia com frequência para planejar políticas públicas e programas juntamente com o setor. Portanto, a dificuldade de construir uma política pública que democratize poderes entre Estado e representante dos agricultores familiares camponeses influenciou negativamente no processo de desenvolvimento do setor, bem como no PDA.

Conforme Ata de fundação do Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável (2001) este foi fundado quando a FETAG/RR, juntamente com seus técnicos e dirigentes, assumiram a responsabilidade de convocar todas as instituições públicas e civis para discutir sua criação, uma vez não haver uma política

de Estado para a agricultura familiar. Ou seja, o governo estadual, embora sabendo da importância deste conselho para o setor da agricultura familiar, não foi sujeito de sua criação. Outrora, depoimentos de dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Roraima (FETAG/RR), o Estado de Roraima foi o último a fundar este Conselho tão importante na representação junto ao Governo Federal, principalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), na época, e a respectiva Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) responsáveis pelo PRONAF.

Este Conselho tinha por objetivo construir políticas públicas participativas para o “desenvolvimento sustentável” da agricultura familiar no Estado. Era, também, responsável ao envio e aprovação de projetos locais em suas reuniões e remetê-los ao MDA para segunda avaliação.

Logo, segundo os relatórios de avaliação do PDA<sup>34</sup>, houve um expressivo descaso do governo estadual com este Projeto em função desta relação conflituosa de poder, das perseguições e dos interesses não convergentes entre estes agricultores familiares e o Governo Estadual. Não obstante, esta relação de poder conflituosa se acirra com maior intensidade quando inexistente, por parte do poder estatal, uma democratização do poder através de uma política de aproximação com estes grupos, conforme demonstrada em Gramsci (1968). Portanto, a escassez desta democratização causa o entrave ao desenvolvimento destas comunidades de agricultores familiares.

Estes conflitos ocorreram quando a partir de sua opção política, a CEPRRA pretendia alcançar uma autonomia frente ao clientelismo eleitoral e assistencialista na região do Apiaú, bem como a produção orgânica visando a conservação dos recursos naturais a partir dos princípios do ecodesenvolvimento. Ou seja, este grupo diferentemente de outros, não aceitava a prática de políticas assistencialistas, mas exigia dos poderes estatais o cumprimento de seus deveres na região. Isto causou descontentamento de políticos locais, uma vez que, a CEPRRA passou a ser uma perspectiva esperançosa disseminadora de desenvolvimento alternativo ou sustentável para uma população local de agricultores familiares já desacreditadas pelo modelo assistencialista e eleitoral.

---

<sup>34</sup> Relatório de avaliação PDA/PPG7 – CEPRRA, 2001..

Permite-se analisar que a política do Governo do Estado de Roraima, na época, não superou o antigo modelo da colonização dirigida, enraizada durante o Governo do Território Federal de Roraima. Esse modelo, por um lado, trouxe consequências tais como o assistencialismo dependente, o clientelismo político e a insustentabilidade sócio-ambiental. E por outro lado, cria uma situação de conflito entre as instituições representativas dos agricultores familiares e o governo estadual impedindo, então, a existência de espaços democráticos eficazes para a valorização e a construção da política da sustentabilidade para a agricultura familiar, como demonstra a trajetória da experiência da CEPRRA com o PD/A na região do Apiaú.

Para os agricultores familiares do Apiaú, o Governo Estadual não participou com nenhuma forma de investimento financeiro e parceria com o PD/A e a CEPRRA, isto demonstra a escassez da dimensão política no processo de construção e execução do Projeto.<sup>35</sup> Após a criação do Estado de Roraima até nossos dias de 2017, inexistiu a consolidação de uma política pública diferenciada de ecodesenvolvimento implantado de fato para a agricultura familiar campesina. No entanto, a terminologia “desenvolvimento sustentável” ainda é utilizada disfarçando antigas práticas centralizadoras de políticas públicas que beneficiam, na sua ampla maioria, os grandes setores produtivos da monocultura extensiva de exportação fundamentada na ideologia de mercado e capital no uso da terra.

Fica evidente que o Governo do Estado, não participou com nenhuma política pública específica que contribua com a sustentabilidade para o desenvolvimento. Da mesma maneira, a relação conflituosa, como demonstrada anteriormente através das situações de perseguição aos seus líderes, estabelecem uma anti-política nas relações entre estes setores.

Por isso, fica claro que inexistiu uma política de ecodesenvolvimento na história da colonização dirigida no Apiaú que iniciou durante o Governo Ottomar de Sousa Pinto (1979-1983) e continuou durante o PDA. Da mesma maneira, este processo de colonização dirigida causou uma dependência histórica assistencialista dos agricultores familiares para com os governos locais. Estas práticas dificultaram a implantação do PD/A no Apiaú, por ser este projeto a execução de uma política

---

<sup>35</sup> Conforme relatado em todas as entrevistas com os agricultores familiares em 2005 vinculados à CEPRRA e ao PD/A.

alternativa de desenvolvimento que busca a autonomia e protagonismo dos agricultores familiares campesinos.

A CEPRRA continuou com aos trabalhos do PDA numa perspectiva autônoma. Em 2004 integrou-se numa nova iniciativa do PDA chamado de PDA-Consolidação, uma proposta avançada do Projeto cuja iniciativa vêm atender as lacunas e dificuldades apontadas durante as avaliações nacionais do PD/A.

Sua metodologia de trabalho continuou sendo participativa. Quanto aos resultados da produção, há um significativo avanço da Cooperativa quando seus integrantes continuaram investindo em produção alternativa, tais como com o plantio de Sistemas Agro-florestais (SAFs) e apicultura. Da mesma maneira há uma produção contínua devido às árvores frutíferas conterem já dez anos, desde o início do PD/A em 1996, e contemplam uma produção de frutíferas nativas e exóticas. Não diferentemente, a produção de mel é um de seus principais suportes alimentares e econômicos das famílias desde seu início.

A participação juntamente com a CPT-RR continuou sendo importante para a construção da conscientização política interna e externa ao grupo no apoio a outros grupos no Apiaú. Logo, a CEPRRA e a CPT-RR continuaram exercendo sua importante função diferenciadora na sociedade local através da crítica política social e na reivindicação de políticas públicas diferenciadas aos agricultores familiares campesinos em Roraima.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores e agricultoras familiares camponeses da Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Apiaú (CEPRRA), formam um grupo identitário diferenciado e de oposição às políticas desenvolvimentistas dos governos estadual e local, com autonomia política nas suas relações sociais com o capital e à implementação de um sistema de produção alternativo fundamentado nos preceitos do ecodesenvolvimento. A autonomia política da Cooperativa deve-se, principalmente ao apoio de instituições do movimento popular, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT-RR) e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) que contribuiu ao processo de conscientização política e ambiental da CEPRRA. A implementação desta conscientização ocorreu principalmente através da experiência com o PD/A, um Projeto alternativo de produção familiar por instituições internacionais e pelo Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal.

Percebe-se que estes agricultores estão inseridos historicamente nas políticas de migração e colonização se intensificaram durante o governo militar brasileiro (1964-1985) em Roraima. Esta política objetiva uma estratégia de ocupação territorial da Amazônia brasileira e do governo do então Território Federal de Roraima, pelo então Governador Ottomar de Souza Pinto (1979-1983). Neste contexto estratégico, incentivou-se populações, principalmente da Região Sul e Nordeste do Brasil para a realização de assentamentos humanos, chamados de colonização dirigida. Esta colonização desencadeia um processo de ocupação cujas consequências históricas locais são o clientelismo político eleitoral, conflitos sociais e aceleração do desmatamento da floresta amazônica. Esta migração acontece, principalmente, a partir da construção da BR 174.

A construção da Br 174 foi um marco histórico estrutural fundamental para a migração em direção à Roraima e à Amazônia brasileira. Esta construção está relacionada aos objetivos estratégicos de ocupação das fronteiras territoriais com outros países. No entanto, para se incentivar a vinda destas populações foram divulgadas propagandas com muitas promessas de aquisição de terras fáceis para a produção agropecuária e conseqüentemente para o desenvolvimento destas famílias. Para isto, os governos da época traçaram ações assistencialistas a estes futuros produtores assentando-os, principalmente, nas regiões da floresta

Amazônica. Com o passar dos anos, pós década de 1970 e 1980, a situação de abandono governamental levam a consequências. Uma destas, proporcionadas pelas ações assistencialistas e precárias através de ferramentas e equipamentos simples, levam muitos agricultores familiares a deixarem a terra e retornarem aos Estados de origem, ou indo para as cidades. Outra consequência foi o clientelismo eleitoral, uma vez que, esta situação precária ocasionou a dependência com setores políticos locais.

Conforme se constata neste trabalho, não houve a construção de uma política pública específica para a agricultura familiar camponesa formada na sua maioria por estes migrantes. Tampouco houve políticas de ecodesenvolvimento no decorrer daqueles anos, cujo contexto enraizou, então, esta relação de dependência política, ocasionando o abandono de lotes e a insustentabilidade para grande parte destas famílias no Apiaú.

A partir deste contexto histórico de dependência, inicia-se em Roraima, na década de 1990, a partir de mudanças estruturais no país, tais como a Constituição Federal e a RIO 92, um processo de institucionalização do movimento popular dos agricultores e agricultoras familiares. Estas mudanças procuram abrir novas perspectivas para o desenvolvimento visando a autonomia destas famílias que passam a se organizar coletivamente. Opondo-se a este contexto de dependência, a CEPRA surgiu num momento histórico de transformação do pioneirismo migratório para sedentarização de famílias no Apiaú.

Esta Cooperativa passa a ser um marco para o fortalecimento da permanência de agricultores e agricultoras familiares na terra. Este grupo é diferenciado e alcançou sua autonomia política e de desenvolvimento frente ao assistencialismo dos poderes estatais e do clientelismo eleitoral. Seu caráter diferenciado foi sendo construído a partir da influência dos movimentos sociais, principalmente da CPT e do GTA, que historicamente no país, forma e orienta estes grupos na busca de sua autonomia, democratizando decisões através de metodologias participativas e objetivando a fixação na terra com dignidade e qualidade para as famílias camponesas. Portanto, surge um grupo social que se fortalecem e busca alternativa. Uma destas alternativas foi alcançada através da elaboração e implantação do PD/A no Apiaú.

A CEPRRA passa a ser símbolo e modelo para outros agricultores familiares, na região do Apiaú, de que é possível conquistar esta autonomia. Para isto esta Cooperativa realizava pequenas ações e projetos a partir da valorização das tradições e costumes de produção, oriundas das diferentes culturas produtivas que se acolheram e se uniram nesta região vindas de outros lugares do Brasil. Estas tradições e costumes da produção familiar camponesa possuía uma relação de utilização dos recursos naturais buscando sua conservação e menor impacto ambiental possível. Não obstante, as formas de organização social diferenciada, orientada pelos movimentos sociais apresentados anteriormente, criam uma cultura democrática que caracteriza um dos aspectos diferenciados destes camponeses. Portanto, surge um grupo social e cultural diferente e que se fortalece na busca de alternativas ao desenvolvimento.

Uma destas principais alternativas a CEPRRA buscou com a elaboração e implantação do PDA no Apiaú, por este possuir enquanto política da esfera pública, nos seus objetivos, a valorização de tradições e experiências produtivas que conservem e tenham a manutenção do ecossistema local. O PDA é um projeto de produção alternativa fundamentada nas políticas de ecodesenvolvimento discutidas nas Conferências Mundiais das Nações Unidas, cujas principais ocorrem na Suécia em 1972 e no Rio de Janeiro em 1992.

O Projeto Demonstrativo é voltado para as populações locais de agricultores familiares e outras, que não possuem suficiente acesso às políticas estatais de desenvolvimento. Este projeto é a concretização de um processo histórico de iniciativas para a superação dos problemas de degradação ambiental, iniciada principalmente através do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais locais, que contrários ao processo de colonização dirigida (1980) em Roraima buscam alternativas ao desenvolvimento.

No entanto, houve dificuldades na implantação do PDA devido, principalmente, à inexistência de parcerias significativas do Governo Estadual, bem como às perseguições e ameaças sofridas aos dirigentes da Cooperativa pelos poderes locais. Estas dificuldades refletiam conflitos nas relações de poder causadas, fundamentalmente, por duas ideologias divergentes produtivas e de entendimento sobre desenvolvimento. Uma proposta é a dos interesses estratégicos

de ocupação territorial dos governos de Roraima, visando a construção de um eleitorado dependente, bem como a priorização das políticas públicas idealizadas pelo capital e pelo mercado para a agricultura extensiva de monocultura e principalmente da pecuária de corte. Outra, as organizações sociais que buscavam a autonomia e o ecodesenvolvimento como meios para o desenvolvimento através da valorização de suas culturas, diversidades produtivas e de organização social.

Logo, o PDA não foi inicialmente aceito pelos setores do poder estadual e local. O PDA somente foi visto como uma alternativa e aceito enquanto política de desenvolvimento quando do episódio do incêndio florestal em Roraima no ano de 1998. Este incêndio fez com que iniciativas locais ao desenvolvimento alternativo, tais como este Projeto, fossem valorizadas e ampliadas com incentivo do Ministério do Meio Ambiente do governo brasileiro no Estado de Roraima. Esta valorização chamou a atenção do governo local que encontrou oportunidade na elaboração de projetos embasados no desenvolvimento sustentável, financiados então pelas instituições do governo federal e também internacional.

O incêndio de 1998 foi um marco histórico de destruição do ecossistema roraimense, notadamente na região do Apiaú. Esta catástrofe trouxe ao debate no Estado de Roraima as inovações das políticas de desenvolvimento que há anos vinham sendo discutidas nos setores dos agricultores familiares e movimentos sociais (1970 a 1990), mas não reconhecidas pelas esferas públicas locais e seus governos. Os movimentos sociais, por sua vez, conquistavam lentamente as políticas públicas nacionais através de projetos tal como o PDA.

Os setores públicos governamentais de Roraima passam então, após insistências do Ministério do Meio Ambiente, a criar espaços participativos debatendo e discutindo com os setores sociais possíveis políticas alternativas. No entanto, após o período conturbado do incêndio (1998), estas iniciativas foram sendo deixadas de lado. Não obstante, práticas assistenciais aos agricultores familiares enraízam dependência ao Governo Estadual o que contraria os pressupostos do ecosustentável. Esta prática responde a dificuldade deste Governo ao apoio com instituições da agricultura familiar, tais como a CEPRRA, bem como parcerias nos projetos alternativos de desenvolvimento, como o PDA.

Assim como há o fator da dificuldade para a sustentabilidade dos agricultores e agricultoras familiares da CEPRRA, devido à escassez de uma política estadual específica e viável para este setor, ou até mesmo contrária a ela, há outro fator da desconsideração das diferenças culturais enquanto processos identitários distintos e de usos do espaço territorial, que atuam nas práticas dos agricultores familiares camponeses. Estas especificidades e classificações identitárias e de uso do espaço territorial, não são consideradas nas políticas públicas distinguindo entre os agricultores familiares suas diferenças enquanto grupos identitários. Esta desconsideração das diferenças está inserida dentro de um contexto, conforme Habermas e outros, que orienta as políticas públicas na agricultura familiar unicamente na ideologia de mercado do capital em contraposição daquelas que buscam a produção visando a conservação e manutenção dos recursos naturais.

As demonstrações das experiências da CEPRRA com o PDA corroboram que há diferentes grupos entre os agricultores familiares. Uns que veem no uso da terra a produção unicamente voltada ao mercado e capital. Outros que possuem uma lógica cultural diferente de pensamento, de relações sociais, de uso da terra. Esta lógica visa a produção nos pressupostos do ecodesenvolvimento, das relações sociais cujos valores construções da identidade cultural estão inseridos com a vida na terra e da terra, não priorizando-a como valor de mercado e capital.

Por isso, as políticas públicas com a experiência do PDA/PPG7 em Roraima, no período referido, demonstram práticas culturais de uso da terra diferentes, bem como de organização social, ou seja, a construção identitária de um grupo que, como demonstrado, leva à propor classificações e especificidades para futuras destas políticas.

Para isto, a relação da terra enquanto importância de valores culturais diferentes que respeitam o meio ambiente e, não priorizam o capital de mercado, podem ser chamados de agricultores familiares camponeses. Esta terminologia corresponde aos conceitos da antropologia política e das teorias de construção do espaço territorial como crítica ao modelo capitalista de construção do espaço e produção através de grupos diferentes na sociedade.

Conclui-se assim que a prática das políticas públicas governamentais do Estado de Roraima dificulta um desenvolvimento equitativo devido às relações de poder serem conflituosas, bem como não reconhecer e priorizar as diferenças culturais e territoriais em organizações sociais distintos culturalmente, no caso específico, com a CEPRRA. Logo, um processo de desenvolvimento só poderá ocorrer, em um de seus pressupostos, com a valorização e priorização dos aspectos culturais diferentes entre os grupos nas políticas da esfera pública. Outro aspecto, estas políticas ainda não contam com a participação efetiva e empoderada, de fato, das representações da sociedade civil, como dos agricultores familiares camponeses, na construção das políticas públicas viáveis ao desenvolvimento numa proposta alternativa no Estado de Roraima.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Universalização e localismo**: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Org). Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- ALMEIDA, Jalcione. **A problemática do desenvolvimento sustentável**. In: Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- ALENTEJANO, P. R. **As relações cidade-campo no Brasil do século XXI**. Terra Livre, São Paulo, v.2, n.21, p. 25-39, jul/dez. 2003.
- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**: pilhagem ambiental e a nova des) ordem mundial. São Paulo: UNESP, 1992.
- AMBTEC. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. **Roraima o Brasil do Hemisfério Norte** – Diagnóstico Científico e Tecnológico para o Desenvolvimento. Boa Vista, 1994.
- ANJOS, F. e CALDAS, N.V. **Pluriatividade e Ruralidade**: Falsas Premissas e Falsos Dilemas, In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (eds) O Novo Rural Brasileiro: Novas ruralidades e urbanização, v. 7. Brasília: Embrapa, 2004, p. 71-105.
- ATHIAS, Renato. **A noção de identidade étnica na antropologia brasileira**: de Roquete Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira. Recife: Ed. UFPE, 2007.
- BAHIANA, Luís Cavalcanti. **O Norte na organização regional do Brasil**. In.: Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística., v. 3, 1991.
- BAINES. Stephen G. OLIVEIRA, Roberto C. de. (orgs). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Coleção Américas. Brasília: Ed. UNB, 2005.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. **Análise do setor madeireiro do Estado de Roraima**. Boa Vista: INPA, Núcleo de pesquisa de Roraima, 1990.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. e FEARNSSIDE, Philip Martin. **As Lições do Fogo**. In.: Revista Ecologia, nº 26, janeiro/fevereiro de 2000. São Paulo: Ciência Hoje.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. **Unidades de conservação em Roraima** – Interesses políticos perpetuam modelo de desenvolvimento não-sustentável. São Paulo: Revista Ecologia-Ciência Hoje, setembro de 1999.
- BARTH, F. **Grupos Étnicos e suas fronteiras**. In.: POUTIGNAT, P & STREFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Unesp, 1998 e 2000

BARROS, Nilson Crócia de. **Roraima: paisagem e tempo na Amazônia setentrional**. Recife:Universitária – UFPE, 1995.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. vol.5 no.1 Belém jan./abr. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222010000100003>

BECKER, Bertha K.; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BIAZZO, Pedro Paulo. **Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária**. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Org.). **Interações Geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. 1. ed. Uberlândia: Roma, 2007. 207 p. p. 10 - 22.

BIBIANO, Luiz Antônio Giester. **Entrevista gravada concedida a Valter Diaules Wolschick Freitag, 05 maio 2005, Apiaú, Mucajaí, RR**.

BLUME, Roni. **Território e ruralidade: A desmistificação do fim do rural**. Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2004. Disponível em:<[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos\\_teses/2010/Geografia/dissertacoes/disserta\\_territorio.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/2010/Geografia/dissertacoes/disserta_territorio.pdf)> Acesso em: dezembro de 2016.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade – para uma teoria geral da política**. 4º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2002.

BRASIL. Constituição. (1988).**Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA, BRASIL. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Sub-programa Projetos Demonstrativos. **Estudos da Amazônia: Avaliação de vinte projetos PDA**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais. Sub programas PDA. **Chamadas para apresentação de propostas de projetos para o componente Projeto Alternativas ao desmatamento e às queimadas PADEQ**. Brasília: Governo Federal, 2004.

\_\_\_\_\_. **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Sub programas PDA.** Disponível em: [www.mma.gov.br/ppg7/Subprogramas/pda](http://www.mma.gov.br/ppg7/Subprogramas/pda). Acesso em 30/11/2005.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade.** Traduzido por: Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4.ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. **Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo.** In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARNEIRO, M. J. **Política de desenvolvimento e o “novo rural”.** In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (Ed.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas.** Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 117- 150

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Políticas públicas e pretensões judiciais determinativas.** In: Políticas públicas, possibilidade e limites. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Tradução de Arlene Caetano. Ed. Revisada, acompanhada de um posfácio (1975). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CAVALCANTI, Araújo. **Recuperação e desenvolvimento do vale do Rio Branco.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia. 1949.

CEPRRA. **Ata de fundação.** Mucajaí-Apiaú, 30 de maio de 1994.

\_\_\_\_\_. **Ata da Assembleia.** 1996

\_\_\_\_\_. **Ata de reunião ordinária do PDA,** Mucajaí-Apiaú, 12 de maio 1998.

\_\_\_\_\_. **Relatório de avaliação PDA/PPG7,** 2001.

CIAMPA, Antonio. **A estória do Severino e a história da Severina:** um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CIMA. **O desafio do desenvolvimento sustentável.** Brasília: Secretaria de Imprensa – Presidência da República do Brasil, 1991.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva,** 2 ed, Rio de Janeiro, Lúmen Júris. 2000.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado:** pesquisa de antropologia política. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Nalfy, 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **CPT-25 anos.** São Paulo: Vozes, Petrópolis RJ, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Estatuto**. Boa Vista RR, 25 de novembro de 1998.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Relatório de Avaliação**. 1999, Boa Vista RR, 18 de novembro de 1999. a.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Relatório do I Encontro Estadual de Unificação das Lutas entre Rurais, Urbanos e Indígenas**. Boa Vista RR, 12 de dezembro de 1999. b.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTÁVEL DE RORAIMA. **Ata de fundação do Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável**, Boa Vista, 2001.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DE RORAIMA. **Ata de reunião de avaliação**, DEMA: maio 1998, Boa Vista RR.

COSTA, Luis Pereira. **Análise da Política Fundiária do Estado de Roraima**. Boa Vista/RR Unigráfica Ltda, 1998.

COSTA, Paolo. **Verso un'ontologia dell'umano**. Antropologia e antropologia filosofica in Charles Taylor, Unicopli, Milano. 2001.

COSTA, Raimundo Soares. **Agricultor familiar**. *Entrevista* gravada concedida a Valter Diaules Wolschick Freitag, 06 maio 2005, Apiaú Mucajaí, RR.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. **Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional**. Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 797, 8 set. 2005. Disponível em <<http://jus2.uaol.com.br/doutrina/texto.asp?id=754>>, Acesso em 10/08/2015.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. São Paulo, EDUSC, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB; USP, 2000.

DINIZ, Alexandre. **A Evolução da Fronteira em Roraima: O caso das Confianças I, II, III**. IN: ALVES, Cláudia Lima Esteves (org). *Formação do Espaço Amazônico e relações fronteiriças*. Boa Vista: UFRR, 1998.

ESTERCI, Neidi; VALLE, Raul Silva do (orgs). **Reforma agrária e meio ambiente** In: Documento do II Fórum Social Mundial. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, 2003.

FREITAG, Valter D. W. **Diário de campo**. Boa Vista, 5 maio 2005.

FREITAS, Aimberê, **Geografia e História de Roraima**. 4<sup>o</sup> Edição.2001.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros**. 2. ed. [S.l.] Corprint, 1997 a.

FROEHLICH, José Marcos. **Turismo Rural e Agricultura Familiar**: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. São Paulo: INTERCOM; Recife: Bagaço, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo:Nacional, 1987

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, LTC, 1988.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Trad.: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad.: Flávio R. Kothe.2a Ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições**. 3<sup>a</sup> Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura – o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964 – 1978**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário Tabela 1 (1995-1996)**.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000**.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**.

JACOB, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil, representação social e complexidade de articulação de práticas coletivas.** In: RIBEIRO, W. (ORG.). Patrimônio Ambiental. São Paulo: EDUSP, 2003.

JOUTARD, Philippe. **História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos.** IN: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes; **Usos & abusos da história oral.** Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

KIRCHHOFF, Volker W. J. H. e ESCADA, Paulo A. S. **O mega-incêndio do século – 1998.** São José dos Campos, SP:TRANSTEC, 1998.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar.** Campinas: UNICAMP, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução Carlos Irineu da Costa. 1999.

LIPIETZ, Alain. **A Ecologia Política, solução para a crise da instância política?** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2002. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D2527.dir/2lipietz.pdf>. Acesso: dezembro de 2016.

MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima: informações históricas.** 4. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997.

MAHAR, Dennis. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais.** Rio de Janeiro: IPEA, 1978. (Relatório de Pesquisa, 39).

MALHEIROS, Telma M. M. **A questão ambiental e o desenvolvimento sustentável.** São Paulo:Revista ARCHÉ, anoVIII, número 25, 1999.

MARTINS, José Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo.** Estudos Sobre As contradições da Sociedade Agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 1996

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MATTEI, L. **Pluriatividade no contexto da ruralidade contemporânea: evolução histórica dos debates sobre o tema.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 39, n. 3, p. 411-422, jul./set. 2008.

MIRANDA, Alcir Gursen De. **Perfil Territorial do Estado de Roraima.** Boa Vista: GTE/RR 2003.

NASCIMENTO, Lurenes Cruz do. Agricultor familiar. **Entrevista gravada** concedida a Valter Diaules Wolschick Freitag, 07 maio 2005, Apiaú Mucajaí, RR.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006

PINHEIRO, Maria R. B., TRUSEN, Christoph. **Planejando o Desenvolvimento Local**. Conceitos, metodologias e experiências. Secretaria Executiva de Agricultura, PRORENDA RURAL, PARÁ, 2002.

PIRES, André. **Um sentido dentre outros possíveis**: o rural como representação. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO da Silva, José. O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização. Brasília, DF: Embrapa Informação tecnológica, 2004. p. 149- 171.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Traduzido por: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 1985.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. IN: In: BURSZTYN, Marcel (org). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1989.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Educar e conviver na cultura global**: as exigências da cidadania. Trad. de Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED EDITORA S.A., 2002.

SAHLINS, Marshall. **Introdução; Estrutura e história**. In: Ilhas de história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_, **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16 ed. Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Hucitec – Ampur. SP, 2000, p. 24.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Matuchos: Exclusão e Luta** – Do sul para a Amazônia. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, economia e poder**: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Tese de Doutorado, Belém: NAEA/UFPA, 2004. 270 f.

SANTOS, Raimundo Soares. Agricultor familiar. **Entrevista gravada** concedida a Valter Diaules Wolschick Freitag, 07 maio 2005, Apiaú Mucajaí, RR.

SEYFERTH, Giralda. **Campesinato e o Estado no Brasil**. Mana, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 395-417, Aug. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132011000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000200006&lng=en&nrm=iso)>. access on 29 Dec. 2016.

SILVA, Altiva Barbosa. Geopolítica na Fronteira Norte do Brasil: **O papel das Forças Armadas nas transformações sócio-espaciais do Estado de Roraima**. Tese do Departamento de Geografia da FFLCH/USP, SP, 2007.

SILVA, Altiva Barbosa. **Geopolítica e transformação sócio-espacial na última fronteira**: o papel do Calha Norte no espaço roraimense. In: Estudos Comparados e Políticas Públicas em Regiões de Fronteira. Francilene dos Santos Rodrigues; Mariana Cunha Pereira. (Orgs.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, v. 1, p. 168-183

SILVA, Maria Mendonça da. **Entrevista gravada** concedida a Valter Diaules Wolschick Freitag, 06 maio 2005, Apiaú Mucajaí, RR. a.

SILVA, Roberval Pereira da. **Entrevista gravada** concedida a Valter Diaules Wolschick Freitag, 06 maio 2005, Apiaú Mucajaí, RR. b.

SILVEIRA, Isolda Maciel da, e GATTI, Marcelo. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização**. In.: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Antropologia Vol. 4, Nº 1, Julho de 1988 Belém/PA.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima**. Coleção Histórica – 42. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2001.

SOUZA, Juarez Pereira de. **Entrevista concedida** a Valter Diaules Wolschick Freitag, 10 de maio 2005, Boa Vista, RR.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista*. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Anuário Antropológico/84. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda,

SHIKI, Shigeo. **Crítica ao desenvolvimento dominante nos cerrados e à transição agroecológica**. In.:Rio de janeiro: Encontro Nacional de Agro-ecologia (ENA), 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Manual de Normas para apresentação dos trabalhos técnicos-científicos da UFRR**. Baseados nas normas da ABNT. Boa Vista RR: Editora UFRR, 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

TEIXEIRA, Jerônimo. **Contra o mito da "nação bicolor"** - As falácias da política de cotas raciais na análise demolidora de Ali Kamel. Revista Veja. Edição 1969. 16 de agosto de 2006. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/160806/p\\_126.html](http://veja.abril.com.br/160806/p_126.html). Acesso: dezembro de 2016.

TURNER, Terence. **Anthropology an multiculturalism**: what is Anthropology that multiculturalists should be mindful of it? In: GOLDBERG, David. **Multiculturalism: a critical reader**. Oxford: Blackwell, 1994.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: autores associados, 2002.

VEIGA, I.P.A. **Projeto político-pedagógico**: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (Org.). **Dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas** – O Rural como Espaço Singular e Coletivo. In: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, nº15, outubro, 2000.

WEID J. M. **A promoção do desenvolvimento rural sustentável e o papel do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais**: comentários e subsídios ao documento base para o 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais. Brasília: CONTAG, 1997.

WOLF, Eric R. **Antropologia do Poder**. Coleção Antropologia. Organizado por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro; Tradução de Pedro Maia Soares. Brasília: UNB; São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora Unicamp: 2003.